



**UFAM**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E  
CULTURA NA AMAZÔNIA (PPGSCA)**

**MIGRAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA PERUANA E  
ECONOMIA ÉTNICA NO BAIRRO DE COIMBRA EM  
BENJAMIN CONSTANT/AMAZONAS NA FRONTEIRA  
BRASIL-PERU**

SELOMI BERMEGUY PORTO

MANAUS  
2022

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA**  
**AMAZÔNIA (PPGSCA)**

**SELOMI BERMEGUY PORTO**

**MIGRAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA PERUANA E ECONOMIA ÉTNICA NO**  
**BAIRRO DE COIMBRA EM BENJAMIN CONSTANT/AMAZONAS NA**  
**FRONTEIRA BRASIL–PERU**

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia. Linha de Pesquisa 2: Redes, Processos e Formas de conhecimento.

Orientadora: Prof. Dra. Heloísa Helena Corrêa da Silva.

**MANAUS**  
**2022**

Ficha Catalográfica

(Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo autor)

P853m Porto, Selomi Bermeguy.  
Migração transfronteiriça peruana e economia étnica no bairro de Coimbra em Benjamin Constant/Amazonas na fronteira Brasil-Peru/Selomi Bermeguy Porto. – Manaus, 2022.  
150 f. : il. color.

Orientadora: Heloísa Helena Corrêa da Silva.  
Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas.

1. Migração Transfronteiriça . 2.Economia étnica. 3. Comércio peruano. 4. Bairro de Coimbra. I. Silva, Heloísa Helena Corrêa da. II. Universidade Federal do Amazonas. III. Título.

**SELOMI BERMEGUY PORTO**

**MIGRAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA PERUANA E ECONOMIA  
ÉTNICA NO BAIRRO DE COIMBRA EM BENJAMIN  
CONSTANT/AMAZONAS NA FRONTEIRA BRASIL–PERU**

Manaus, AM, 22 de novembro de 2022

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Heloísa Helena Corrêa da Silva (presidente)  
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

---

Profa. Dra. Elenise Faria Scherer (membro)  
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

---

Profa. Dra. Rosa Ester Rossini (membro)  
Universidade de São Paulo (USP)

---

Prof. Dr. Luis Eduardo Aragón (membro)  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

---

Prof. Dr. Gonçalo Dias Guimarães (membro)  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

---

Profa. Dra. Maria das Graças Santos Dias Magalhães (Suplente)  
Universidade Federal de Roraima (UFRR)

---

Prof. Dr. Sidney Antônio da Silva (Suplente)  
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Se pensas que sozinho consegues avançar na tua trajetória, tolo és; a cada degrau escalado, mãos te sustentavam para não cair. Entendo que o alcance de um sonho não é fruto de uma ação individual. Por isso, dedico esta conquista a todas as mãos que ajudaram a tecer esta trajetória, sendo possível a transformação de sonho em realidade. Em especial, dedico a Deus, minha maior fonte de inspiração e fé, e a minha família, meu porto seguro e grande incentivadora. (Selomi Porto, 2022).

## AGRADECIMENTOS

A gratidão é um sentimento que nos faz lembrar que alguém em algum momento se importou conosco, preocupou-se, ajudou, amou. Por isso, extendo minha gratidão àqueles de quem, ao longo desta trajetória, recebi apoio e incentivo.

Se eu não existisse, nada disso faria sentido, creio que minha existência não é fruto do acaso, mas fruto da obra-prima de Deus. Agradeço a Deus por ser meu Criador, Mantenedor, Pai e Amigo de todas as horas, por me emprestar sabedoria, conhecimento, força e ânimo na busca deste sonho.

O aconchego de um lar salva vidas e inspira sonhos, minha família é minha inspiração. Cada palavra de incentivo, cada atitude e ato de amor e cuidado são combustíveis para meu avanço, ainda que esteja ferido. Obrigado, minha família, por sempre acreditar em mim, agradeço os vários apoios de ordem diferente. Meu pai, Pedro Porto da Cruz, minha mãe, Radigem Bermeguy da Cruz, meus irmãos Sandio Bermeguy Porto, Zandio Bermeguy Porto, Semeide Bermeguy Porto e minhas irmãs, Seleide Bermeguy Porto, Samara Bermeguy Porto, Simare Bermeguy Porto e Salaniza Bermeguy da Cruz, vocês merecem ter seu nome registrado aqui, pois este trabalho é fruto do apoio de todos vocês.

A escrita de uma tese, por vezes, é um processo de isolamento, de ausência, e isso, no meu caso, muito é sentido na figura da minha esposa, Simone Cavalcante Barbosa Porto, e minha filha, Sâmilly Cavalcante Barbosa Porto. Aqui, meus agradecimentos pelo apoio e compreensão. Foram vocês quem mais vivenciaram de perto meus momentos de frustração e de quem recebi alento.

Uma caminhada sozinho é muito mais difícil; quão bom quando temos pessoas generosas que compartilham conosco seus conhecimentos e contribuem para construir os nossos. Expresso, aqui, minha gratidão a minha orientadora, Profa. Dra. Heloísa Helena Corrêa da Silva, por sempre acalmar este coração inquieto e acreditar em minha capacidade intelectual para desenvolver este trabalho. Aproveito para agradecer à Profa. Dra. Marinilde Ferreira Verçosa, minha primeira orientadora da graduação, quando comecei a dar os primeiros passos na pesquisa. Sempre foi uma grande incentivadora, sou grato pelas oportunidades a mim concedidas. Não posso deixar de agradecer à Profa. Dra. Elenise Farias Scherer, que, com uma generosidade tremenda, me ajudou muito na escrita desta tese. Suas aulas e conversas foram imprescindíveis.

Minha gratidão à UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, que oportunizou minha formação acadêmica desde a graduação até agora, o doutorado, possibilitando a expansão da pós-graduação para o interior por meio do *Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia* (PPGSCA). Obrigado ao PPGSCA por sua bravura de levar qualificação acadêmica e profissional à população do interior. Agradeço imensamente aos professores que, com paciência, dedicação e esforço, ofereceram apoio, orientação e socializaram seus conhecimentos.

Agradeço ao INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS (IFAM), minha instituição, onde trabalho desde 2014, o apoio, o incentivo e a disposição em fornecer aos seus servidores oportunidades de qualificação profissional.

Enfim, obrigado a todos os amigos e às demais pessoas, que sempre emanaram apoio e palavras de incentivo.

## RESUMO

A migração é uma questão de abrangência social, econômica, cultural, política, étnica e de direitos humanos, com capacidade de influenciar o paisagismo do lugar, as relações sociais, os traços culturais e a economia da região. O processo de migração gera novas demandas para a sociedade, criando a necessidade de desenvolver estudos que deem conta de debater essas e outras questões emergidas das demandas do processo migratório. Com base em uma reflexão da trilogia migração–economia–etnicidade, este trabalho tem como pano de fundo o cenário do comércio peruano em cidade fronteiriça brasileira situada no interior do estado do Amazonas, que resultou no trabalho Migração Transfronteiriça Peruana e Economia Étnica no Bairro de Coimbra em Benjamin Constant/Amazonas na Fronteira Brasil–Peru. A pesquisa realizou-se entre os anos de 2018 e 2022. Em termos gerais, buscou-se analisar a formação e expansão do comércio peruano no bairro de Coimbra na cidade fronteiriça de Benjamin Constant (Brasil–Peru), refletindo sobre a relação entre imigração e a formação de uma economia socioespacial de negócio étnico e suas possíveis implicações para o desenvolvimento econômico da cidade. A pesquisa conduziu-se por uma reflexão com base na teoria da economia étnica em uma dialogia com o método valor–trabalho. Estabelece-se um diálogo, para além da economia e administração, relacionando conceitos fundamentais da sociologia, antropologia, história, geografia que, de forma integrativa, contribuiriam para melhor compreender os fatores de atração/expulsão que estimulam a migração peruana, por conseguinte, como se estabelecem esses imigrantes e organizam suas atividades comerciais/econômicas na cidade receptora. Utilizou-se a observação, a aplicação de formulários e entrevistas narrativas com 14 comerciantes peruanos do ramo varejista alimentício do bairro de Coimbra, com uma representação de 100% de amostragem, uma vez que foram entrevistados todos os comerciantes peruanos com o perfil traçado na pesquisa: comerciantes peruanos localizados no bairro de Coimbra no perímetro correspondente à Rua Frei Ludovico e Rua 13 de Maio, atuantes no setor varejista alimentício (mercado de bairro). A pesquisa revelou que a migração peruana para a cidade de Benjamin Constant motiva-se por fatores de atração de ordem étnica e econômica. O comércio peruano é formado por uma economia étnica alimentada por uma rede de relações sociais étnico–familiar–comerciais, que incentivam o processo de imigração peruana para a cidade de Benjamin Constant. Esse contato entre os dois países provoca uma migração em trânsito na fronteira Brasil-Peru movida por variados motivos que estimulam a constante transição dos imigrantes entre os dois países associada a trabalho, comércio, passeio, estudo, lazer, dentre outros. Ademais, ainda que de forma implícita, identificou a contribuição do comércio peruano para a cidade de Benjamin Constant/AM em âmbito social, cultural e econômico. Há necessidade, contudo, de um planejamento governamental que atenda bem as necessidades de estruturação do comércio peruano no município.

**Palavras-chave:** Migração transfronteiriça. Economia étnica. Comércio peruano. Bairro de Coimbra.

## ABSTRACT

Migration is a matter of social, economic, cultural, political, ethnic and human rights scope, with the capacity to influence the landscaping of the place, social relations, cultural traits and the economy of the region. The migration process generates new demands for society, creating the need to develop studies that are able to discuss these and other issues arising from the demands of the migration process. Based on a reflection of the migration–economy–ethnicity trilogy, this work has as its background the scenario of Peruvian commerce in a Brazilian border city located in the interior of the state of Amazonas, which resulted in the work *Migração Transfronteiriça Peruana e Economia Étnica no Bairro de Coimbra in Benjamin Constant/Amazonas on the Brazil–Peru Border*. The research was carried out between 2018 and 2022. In general terms, we sought to analyze the formation and expansion of Peruvian commerce in the Coimbra neighborhood in the border city of Benjamin Constant (Brazil-Peru), reflecting on the relationship between immigration and the formation of a socio-spatial economy of ethnic business and its possible implications for the economic development of the city. The research was conducted by a reflection based on the theory of ethnic economy in a dialogue with the value-labor method. A dialogue is established, beyond economics and administration, relating fundamental concepts of sociology, anthropology, history, geography that, in an integrative way, contributed to a better understanding of the attraction/expulsion factors that stimulate Peruvian migration, therefore, how where these immigrants settle and organize their commercial/economic activities in the receiving city. Observation, application of forms and narrative interviews were used with 14 Peruvian traders in the food retail sector in the Coimbra neighborhood, with a 100% sample representation, since all Peruvian traders with the profile outlined in the survey were interviewed : Peruvian traders located in the Coimbra neighborhood in the perimeter corresponding to Rua Frei Ludovico and Rua 13 de Maio, operating in the food retail sector (neighborhood market). The research revealed that Peruvian migration to the city of Benjamin Constant is motivated by ethnic and economic attractiveness factors. Peruvian commerce is formed by an ethnic economy fed by a network of ethnic-familial-commercial social relations, which encourage the process of Peruvian immigration to the city of Benjamin Constant. This contact between the two countries causes a migration in transit on the Brazil-Peru border driven by various reasons that encourage the constant transit of immigrants between the two countries associated with work, commerce, sightseeing, study, leisure, among others. Furthermore, albeit implicitly, it identified the contribution of Peruvian trade to the city of Benjamin Constant/AM in the social, cultural and economic sphere. However, there is a need for government planning that meets the structuring needs of Peruvian trade in the municipality.

**Keywords:** Cross-border migration. Ethnic economy. Peruvian trade. Neighborhood of Coimbra.

## RESUMEN

La migración es un asunto de alcance social, económico, cultural, político, étnico y de derechos humanos, con capacidad de influir en el paisajismo del lugar, las relaciones sociales, los rasgos culturales y la economía de la región. El proceso migratorio genera nuevas demandas para la sociedad, creando la necesidad de desarrollar estudios que sean capaces de discutir estas y otras cuestiones derivadas de las demandas del proceso migratorio. A partir de una reflexión de la trilogía migración–economía–etnicidad, este trabajo tiene como trasfondo el escenario del comercio peruano en una ciudad fronteriza brasileña ubicada en el interior del estado de Amazonas, que resultó en la obra *Migração Transfronteiriça Peruana e Economia Etnica no Bairro de Coimbra em Benjamin Constant/Amazonas en la frontera entre Brasil y Perú*. La investigación se desarrolló entre 2018 y 2022. En términos generales, se buscó analizar la formación y expansión del comercio peruano en el barrio Coimbra de la ciudad fronteriza de Benjamin Constant (Brasil-Perú), reflexionando sobre la relación entre la inmigración y el formación de una economía socio-espacial de negocios étnicos y sus posibles implicaciones para el desarrollo económico de la ciudad. La investigación se llevó a cabo mediante una reflexión basada en la teoría de la economía étnica en diálogo con el método valor-trabajo. Se establece un diálogo, más allá de la economía y la administración, relacionando conceptos fundamentales de la sociología, la antropología, la historia, la geografía que, de manera integradora, contribuyeron a una mejor comprensión de los factores de atracción/expulsión que estimulan la migración peruana, por lo tanto, cómo se ubicaron estos inmigrantes. establecerse y organizar sus actividades comerciales/económicas en la ciudad receptora. Se utilizó la observación, aplicación de formularios y entrevistas narrativas a 14 comerciantes peruanos del rubro retail de alimentos del barrio Coimbra, con una representatividad muestral del 100%, ya que se entrevistó a todos los comerciantes peruanos con el perfil planteado en la encuesta: comerciantes peruanos ubicados en el Barrio de Coimbra en el perímetro correspondiente a Rua Frei Ludovico y Rua 13 de Maio, operando en el sector minorista de alimentación (mercado de barrio). La investigación reveló que la migración peruana a la ciudad de Benjamín Constant está motivada por factores de atractivo étnico y económico. El comercio peruano está conformado por una economía étnica alimentada por un entramado de relaciones sociales étnico-familiares-comerciales, que incentivan el proceso de inmigración peruana a la ciudad de Benjamín Constant. Este contacto entre los dos países provoca una migración en tránsito en la frontera Brasil-Perú impulsada por diversas razones que incentivan el tránsito constante de inmigrantes entre los dos países asociados al trabajo, comercio, turismo, estudio, ocio, entre otros. Además, aunque de forma implícita, identificó el aporte del comercio peruano a la ciudad de Benjamin Constant/AM en el ámbito social, cultural y económico. Sin embargo, existe la necesidad de una planificación gubernamental que responda a las necesidades estructurantes del comercio peruano en el municipio.

**Palabras clave:** Migración transfronteriza. Economía étnica. Comercio peruano. Barrio de Coimbra.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	–	Amazônia internacional, Amazônia Legal e região Norte .....	24
Figura 2	–	Território ocupado pela Amazônia e percentual para cada país .....	25
Figura 3	–	Mapa da Amazônia Legal 2020 .....	32
Figura 4	–	Mapa da região Norte do Brasil .....	33
Figura 5	–	Número absoluto relativo de trabalhadores imigrantes no Brasil 2011/2015/2019/2020 .....	50
Figura 6	–	Proporção de trabalhadores migrantes no Brasil Grandes Regiões – 2010/2014/2018 .....	52
Figura 7	–	Taxas médias anuais de crescimento do número de imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro, total e continentes – 2011 a 2020	53
Figura 8	–	Distribuição percentual dos trabalhadores imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro, segundo nacionalidades selecionadas, 2011 a 2020	54
Figura 9	–	Municípios brasileiros situados em faixa de fronteiras .....	61
Figura 10	–	Gráfico da variação de imigrantes no Brasil de acordo com o país de origem, 2014, 2010 e 2000 .....	76
Figura 11	–	Tríplice fronteira representada por Tabatinga–Brasil, Letícia–Colômbia e Santa Rosa–Peru .....	81
Figura 12	–	Municípios fronteiriços Benjamin Constant/Brasil e Islândia/Peru .....	82
Figura 13	–	Navio/barco peruano para transporte de mercadorias e pessoas de Iquitos/Peru aos municípios peruanos da tríplice fronteira que servem de porta de acesso para Benjamin Constant e Tabatinga .....	84
Figura 14	–	Estrutura física dos empreendimentos peruanos na tríplice fronteira BR– CO–PE .....	85
Figura 15	–	Empreendedorismo peruano na tríplice fronteira Brasil–Colômbia–Peru, Benjamin Constant/AM, Tabatinga/AM .....	86
Figura 16	–	Principais pontos de concentração dos comércios peruanos em Benjamin Constant/AM .....	91
Figura 17	–	Venda de roupas, materiais escolares, eletrônicos, utensílios de cozinha e estivas em geral no Centro .....	92

Figura 18 – Venda de produtos e serviços variados no Centro como restaurantes, assistência técnica e hotelaria .....	93
Figura 19 – Comércio peruano no ramo alimentício no Centro .....	94
Figura 20 – Concentração de comércio peruano no bairro de Coimbra .....	95
Figura 21 – Concentração de imigrantes peruanos no bairro de Coimbra .....	96
Figura 22 – Gráfico representativo do sexo dos entrevistados .....	100
Figura 23 – Gráfico representativo da idade dos entrevistados .....	101
Figura 24 – Gráfico representativo da escolaridade dos entrevistados .....	102
Figura 25 – Gráfico representativo do estado civil dos comerciantes peruanos .....	103
Figura 26 – Gráfico representativo do número de pessoas residentes na casa .....	104
Figura 27 – Gráfico representativo da região de onde provêm os imigrantes do Peru .....	104
Figura 28 – Gráfico representativo da migração para o Brasil sozinho ou acompanhado .....	106
Figura 29 – Gráfico representativo da acolhida ao chegar ao Brasil .....	107
Figura 30 – Gráfico representativo do tempo de residência no Brasil .....	108
Figura 31 – Percentual de comerciantes que já trabalhavam no comércio do Peru .....	117
Figura 32 – Gráfico representativo da origem étnica dos trabalhadores .....	119
Figura 33 – Gráfico representativo do motivo para migrar para o Brasil .....	122

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO 1 – MIGRAÇÃO INTERNACIONAL NA AMAZÔNIA: REFLEXÃO SOBRE OS DESDOBRAMENTOS DA PRESENÇA DO IMIGRANTE NA REGIÃO</b> .....	22
<b>1.1 Amazônia ou Amazônias: reflexão sobre a dimensão territorial</b> .....	23
<b>1.2 Migração internacional e a formação socioeconômica da Amazônia brasileira</b> ..	35
1.2.1 A formação e ocupação da Amazônia brasileira na perspectiva da migração .....	38
1.2.2 Reflexão sobre a inserção dos imigrantes na Amazônia região Norte do Brasil e sua performance na economia regional .....	42
<b>CAPÍTULO 2 – MIGRAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS E O COMÉRCIO DE IMIGRANTES PERUANOS EM ÁREA FRONTEIRIÇA DO AMAZONAS, BRASIL</b> .....	59
<b>2.1 Reflexões teóricas da trilogia fronteira–migração–etnicidade</b> .....	60
<b>2.2 Emigração e imigração peruana para o Brasil</b> .....	68
<b>2.3 Migração e comércio de imigrantes peruanos na Tríplice Fronteira Colômbia–Brasil–Peru</b> .....	80
2.3.1 Vivência na Tríplice Fronteira Colômbia–Brasil–Peru .....	80
2.3.2 O comércio peruano na Tríplice Fronteira Colômbia–Brasil–Peru .....	83
2.3.3 Expansão do comércio peruano na cidade amazônica fronteira Benjamin Constant	87
<b>CAPÍTULO 3 – A CAMINHADA: DA IMIGRAÇÃO AO EMPREENDEDORISMO ÉTNICO</b> .....	97
<b>3.1 Quem é o comerciante peruano do bairro de Coimbra da cidade fronteira de Benjamin Constant?</b> .....	98
3.1.1 Perfil sociodemográfico dos comerciantes peruanos do bairro de Coimbra .....	100
<b>3.2 Existe uma economia étnica na cidade de Benjamin Constant?</b> .....	114
<b>3.3 O olhar do governo municipal aos comerciantes peruanos em Benjamin Constant: desafios e perspectivas</b> .....	129
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	137
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	141

## INTRODUÇÃO

De minha memória, borbulham as lembranças que tenho como espelho da vida refletindo os vários momentos vividos, escolhas realizadas, oportunidades aproveitadas, relações formadas, experiências vividas, que, hoje, refletem quem me tornei por meio dos caminhos percorridos ao longo desta caminhada.

Nascido em berço amazônico, no interior do município de Coari, estado do Amazonas/Brasil, tenho orgulho do meu pedaço de chão, do sabor, do cheiro, do viver amazônico. Contudo, foi a vivência na Tríplice Fronteira Brasil–Colômbia–Peru, ao longo desses vinte anos, que me permitiu criar uma afinidade com a proposta de pesquisa que resultou neste trabalho. Desde minha chegada à região fronteira, a presença do imigrante nunca passou despercebida. Na verdade, antes mesmo de chegar à região, ao planejar a viagem, a curiosidade de conhecer o imigrante, de saber como era o processo de comunicação e a interação do estrangeiro com brasileiros já despertava em mim o interesse pela figura do imigrante. Hoje, com um olhar mais maduro, esse interesse pelo imigrante ganhou espaço em minha vida, conduzindo-me a uma discussão da temática no campo científico.

Além da experiência pessoal, a minha trajetória acadêmica contribuiu para direcionar meu interesse para o campo de pesquisa sobre migração e economia. Seja na pesquisa de graduação estudando sobre o cooperativismo na região, seja no mestrado refletindo sobre a economia solidária como alternativa para a organização de grupos de trabalhadores informais, a figura do imigrante, direta ou indiretamente, sempre se fez presente.

Esses grupos de trabalhadores imigrantes, diagnosticados nas pesquisas anteriores nos municípios fronteiriços brasileiros da região da tríplice fronteira Brasil–Colômbia–Peru, fazem parte de uma realidade maior no que se refere à presença do imigrante em várias atividades econômicas na região, como no comércio varejista, gastronomia, serviços e construção civil, atuando tanto na formalidade quanto na informalidade.

Esse contexto nos conduziu para nossa proposta de pesquisa de doutorado, dando oportunidade de realizá-la com o ingresso, por meio do processo seletivo de 2018, no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA)/UFAM sobre *Migração Transfronteiriça Peruana e Economia Étnica no Bairro de Coimbra em Benjamin Constant/Amazonas na Fronteira Brasil–Peru*; uma reflexão que exigiu um olhar interdisciplinar sobre as questões étnicas e a formação de atividade econômica por imigrantes peruanos em território brasileiro.

O processo de migração gera novas demandas para a sociedade criando a necessidade de desenvolver estudos que deem conta de debater essas questões emergidas das demandas do processo migratório.

A migração é uma questão de abrangência social, econômica, cultural, política, étnica e de direitos humanos, com capacidade de influenciar o paisagismo do lugar, as relações sociais, os traços culturais e a economia da região.

As consequências e mudanças que o processo de migração provoca são sentidas tanto no lugar de origem quanto no lugar de destino. Quando analisamos a migração no contexto de cidades fronteiriças, como é o caso da região da tríplice fronteira Brasil–Colômbia–Peru, essas mudanças tornam-se mais dinâmicas e instáveis.

Geograficamente, a tríplice fronteira Brasil–Colômbia–Peru situa-se na Amazônia, região sul-americana compartilhada. No Brasil, encontra-se situada no extremo oeste do estado, na região do Alto Solimões. Por parte da Colômbia, é representada pelo Departamento colombiano do Amazonas, e no que se refere ao Peru, faz parte do Departamento de Loreto. Os municípios mais próximos, que possibilitam fácil acesso entre os países na região são: Letícia na Colômbia; Islândia e Santa Rosa no Peru; Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Tabatinga no Brasil. Logo, o município de Benjamin Constant apresenta uma frequente interação com os municípios brasileiros e estrangeiros supracitados.

Benjamin Constant pertence ao estado do Amazonas, com uma população estimada em 44.873 habitantes em 2021 de acordo com IBGE (2022). O município fica distante de Manaus a 1.118 km em linha reta e em via fluvial a 1.638 km de distância. Faz parte da mesorregião do sudoeste amazonense, localizada na microrregião do Alto Solimões, tendo como municípios limítrofes Tabatinga, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença, Ipixuna, Eirunepé, Jutá e, em território internacional, a República do Peru. Trata-se de um município com presença marcante de imigrantes dos países vizinhos, com predominância de peruanos.

Por estar localizada em área de fronteira, Benjamin Constant recebe muitos imigrantes dos países vizinhos. A rota pelo território peruano só tem opção de transporte fluvial em embarcações de ferro ou em lancha. Geralmente, faz-se o trajeto de Iquitos/Peru com desembarque em Islândia ou Santa Rosa. Islândia é vizinha de Benjamin Constant a 10 minutos de transporte fluvial, e Santa Rosa é vizinha de Tabatinga a 5 minutos de transporte fluvial. Não existe fiscalização ordenada da entrada de estrangeiros no país, sendo de fácil acesso a entrada e permanência desses estrangeiros nos municípios brasileiros fronteiriços, a exemplo de Benjamin Constant. Já a entrada pela Colômbia, ocorre pela cidade de Letícia, onde tem um aeroporto internacional; por estar interligada à cidade de Tabatinga por via terrestre, o acesso

ao município brasileiro torna-se muito mais fácil uma vez que, na fronteira entre essas duas cidades, não existe nenhum tipo de fiscalização de entrada e saída, sendo livre o acesso.

Existe uma frequente mobilidade de pessoas e mercadorias entre o município brasileiro Benjamin Constant e o município peruano Islândia. Em Islândia, vivem aproximadamente 3 mil peruanos, município com uma arquitetura diferenciada, pois toda a cidade é suspensa por pontes, porque nos períodos de enchente do rio a localidade fica totalmente inundada. A principal relação de Benjamin Constant com esse município peruano é por questões comerciais.

O cenário revela que Benjamin Constant se encontra em uma região de população heterogênea, formada por brasileiros, colombianos e peruanos; dentre esses, os indígenas de etnias diversificadas, com predominância para a etnia Ticuna. As interações culturais, sociais, territoriais e comerciais fazem parte do cotidiano fronteiriço.

Esse contexto de interação sociocultural e econômica existente na fronteira Brasil-Peru indica uma nova realidade territorial que Gonçalves (2009, p. 18) afirma que propicia o “aparecimento de comunidades transnacionais que conseguem gerir a pertença a espaços sociais diferentes, criando elos intereconômicos, interculturais e outros”.

A migração transfronteiriça de imigrantes peruanos para o Brasil tem acarretado uma aglomeração de peruanos em atividades comerciais como estratégia para conseguir ocupação e renda, atuando em pequenos negócios, com destaque para a atuação no comércio varejista e estivas em geral, e na prestação de serviços no ramo da gastronomia, serviço de estética e beleza, construção civil, entre outras atividades de menor expressão.

Existem dois pontos principais de concentração do comércio peruano na cidade de Benjamin Constant: um no centro da cidade e outro no bairro de Coimbra.

No centro da cidade, localizam-se os empreendimentos mais antigos dos peruanos atuando no ramo do comércio e serviço diferindo em seus ramos de atividade. É um mercado heterogêneo no que se refere aos segmentos de negócios existentes e à origem étnica dos proprietários, uma vez que se encontram comerciantes brasileiros e peruanos, com predominância dos peruanos.

Já no bairro de Coimbra, trata-se de uma expansão do comércio peruano diferindo em alguns aspectos dos comerciantes do centro da cidade. Todos os comércios varejistas (mercadinhos de bairro) localizados no bairro de Coimbra são geridos por imigrantes peruanos, concentrados em duas principais vias de acesso do bairro. É um mercado homogêneo, tanto em relação à atividade de negócio desses imigrantes quanto à sua origem étnica. Considerando o contexto analisado, o foco desta pesquisa direcionou-se para os comerciantes do bairro de Coimbra uma vez que nos interessou não apenas compreender a formação do comércio peruano

em Benjamin Constant, mas os fatores que estimulam sua expansão na cidade no sentido bairros.

Logo, o estudo do comércio peruano que se apresenta como uma figuração do cotidiano da cidade de Benjamin Constant, na fronteira Brasil–Peru, alcança sua relevância para debate em esfera social, política e acadêmica uma vez que o fluxo de imigração peruana para o município tem influenciado em termos populacionais, nas demandas por serviços públicos, principalmente de saúde e educação, na disputa por postos de trabalho e na economia empresarial em razão da inserção e expansão do comércio peruano em vários segmentos de negócios, com maior expressão no ramo varejista do comércio alimentício.

Além disso, outro aspecto associado à relevância deste estudo é o fato de que, embora existam alguns estudos referentes à presença do imigrante peruano e sua atuação no comércio do município de Benjamin Constant, não encontramos nenhum que desse enfoque a esse processo no viés da economia étnica, capaz de integrar os aspectos econômicos e étnicos como elementos fundantes do comércio peruano.

Isso ressalta a relevância da realização deste estudo uma vez que a temática retrata um interesse de cunho acadêmico e econômico para a região, pois, como explica Arjona Garrido e Checa Olmos (2006, p. 118): “desde los inicios, el fenómeno de la economía étnica há interesado tanto desde una perspectiva económica como académica, debido a las importantes consecuencias laborales, financieras y sociales que se producen en los lugares donde se origina.” Essa perspectiva de tratar o comércio peruano por esse viés não se visualizou nos trabalhos encontrados sobre o comércio peruano na cidade de Benjamin Constant/AM.

Em termos gerais, procuramos analisar a formação e expansão do comércio peruano no bairro de Coimbra na cidade fronteira de Benjamin Constant (Brasil–Peru), refletindo sobre a relação entre a imigração e a formação de uma economia socioespacial de negócio étnico e suas possíveis implicações para o desenvolvimento econômico da cidade. Em termos específicos, buscou-se:

- a) refletir sobre o processo de migração internacional na Amazônia, com ênfase na Amazônia brasileira, ponderando sobre a influência da migração na formação territorial, social e econômica da região;
- b) caracterizar o comércio de imigrantes peruanos no bairro de Coimbra na cidade fronteira de Benjamin Constant;
- c) descrever o perfil dos comerciantes imigrantes concentrados no bairro de Coimbra, buscando identificar os fatores que estimulam, formam e sustentam a expansão do comércio peruano na cidade;

d) examinar se a economia gerada pelos imigrantes peruanos em suas atividades de negócios caracteriza-se como uma economia étnica, identificando a relação entre a imigração e a formação de uma economia socioespacial de imigrantes peruanos e suas possíveis implicações para o desenvolvimento econômico da cidade de Benjamin Constant.

Assim, a pesquisa conduziu-se por uma reflexão com base na teoria da economia étnica (BONACICH, 1973) em uma dialogia com o método valor-trabalho (MARX, 2008). O comércio peruano faz parte de uma realidade que comporta relações, processos e acontecimentos que fazem parte de uma totalidade, que se fundamentam em um todo significativo. “Trata-se, portanto, de buscar as relações e os processos que são constitutivos dos acontecimentos que expliquem a natureza de seu movimento.” (GOHN, 2005, p. 257). Foi o que se procurou fazer neste estudo, uma reflexão na compreensão e interpretação da realidade que circunda o comércio peruano em seus aspectos exógenos e endógenos, além de “explicitar também as ideias, os valores e as ideologias que organizam os interesses e a forma de os sujeitos e grupos sociais pesquisados se colocarem no mundo” (GOHN, 2005, p. 267).

Por nossa pesquisa estar inserida no campo das Ciências Humanas e Sociais, foi preciso que os instrumentos metodológicos atendessem o caráter interdisciplinar da pesquisa. Para Chizzotti (2003, p. 221), “a pesquisa qualitativa recobre, hoje, um campo transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas e sociais”, o que contribuiu para elegermos como tipologia de nosso trabalho a abordagem qualitativa. Além disso, esse tipo de abordagem nos aproximou mais dos objetivos pretendidos em nossa pesquisa já que “implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível” (CHIZZOTTI, 2003, p. 21).

Em uma análise pela práxis do comércio peruano e suas múltiplas relações, o uso da abordagem qualitativa contribuiu para “observar, diretamente, como cada indivíduo, grupo ou instituição experimenta, concretamente, a realidade pesquisada” (GOLDENBERG, 2004, p. 63).

Por meio da abordagem qualitativa, buscamos analisar as questões mais profundas da pesquisa, que não podiam ser observadas apenas à luz dos dados quantitativos; necessitam de um olhar para os indivíduos que formam o grupo de comerciantes imigrantes peruanos que carregam em suas práticas comerciais aspectos de relações de poder, cultura, interdependência e interação, o pertencimento de grupo, suas motivações para a atividade comercial e escolha do

lugar destino, em um entender de conhecer aspectos que estimulam, tecem e formam o comércio peruano, os fios condutores da migração transfronteiriça, a forma de reprodução de vida desses imigrantes por meio do comércio e sua influência na economia local. Assim, em nossa pesquisa, utilizamos dados qualitativos e na medida do possível e dada a necessidade, dados quantitativos.

Uma pesquisa de natureza qualitativa não busca uma realidade determinada, mas aquela que se apresenta em caráter construtivo fruto de profunda reflexão do saber, do ouvir, do sentir, do pensar, sendo fios condutores para compreender a realidade social.

Em nosso estudo, os participantes da pesquisa assumiram o lugar de informantes potenciais, essenciais para conseguirmos atender com os objetivos propostos neste trabalho. Assim, fizeram parte da pesquisa todos os comerciantes peruanos que possuíam estabelecimentos comerciais no ramo do comércio varejista alimentício no bairro de Coimbra, situados na Rua 13 de Maio e na Rua Frei Ludovico.

A abordagem aos participantes da pesquisa foi por meio da observação, da aplicação de formulários e da entrevista, submetendo tais instrumentos de coleta de dados a uma crítica reflexão do exercício da pesquisa, questionando e problematizando-os na tentativa de lapidar “o olhar, o ouvir e o escrever” para a construção e produção de conhecimento (OLIVEIRA, R., 2006, p. 18).

Ressaltamos que a pandemia da Covid-19, que provocou o isolamento social, interrompeu o período de aplicação da pesquisa, uma vez que o contato com os participantes era unicamente de forma pessoal. O pré-teste assim como a observação e alguns registros fotográficos foram feitos antes das medidas de isolamento social. Após a flexibilização das medidas de segurança, aplicou-se com os devidos cuidados de biossegurança a entrevista narrativa. Entre esses períodos, algumas mudanças ocorreram no que tange ao número de comerciantes peruanos e o deslocamento desses imigrantes, os quais foram devidamente registrados na discussão deste trabalho.

Foi pela observação que nos atraímos por nosso objeto de pesquisa, ela representa a primeira maneira de ver a realidade do fato pesquisado. “Na realidade, qualquer observação pressupõe um critério para escolher, entre as observações possíveis, aquelas que supostamente sejam relevantes para o problema em questão.” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999, p. 4). Embora inicialmente essa observação seja alimentada por ideias preconcebidas influenciando na interpretação da realidade que, por vezes, se manifesta carecendo ser acurada, isso não diminui sua significativa participação na teorização e construção do trabalho, sendo combinados com outros instrumentos metodológicos adotados

nesta pesquisa. Assim, em nossa pesquisa, a observação não participante se apresentou desde os passos iniciais de nosso estudo e avançou até a fase de conclusão da pesquisa.

Somada a observação com registro do diário de campo, utilizamos outro instrumento de coleta de dados: o formulário. A aplicação de formulários teve como objetivo a obtenção de dados sobre os comerciantes imigrantes que nos forneceram base para traçarmos o perfil desses comerciantes. Assim, os 14 comércios identificados no bairro de Coimbra fizeram parte da pesquisa.

Outro instrumento de coleta de dados foi a entrevista narrativa, por permitir um aprofundamento da investigação e possibilitar combinações “de histórias de vida com contextos sócio-históricos, tornando possível a compreensão dos sentidos que produzem mudanças nas crenças e valores que motivam e justificam as ações dos informantes” (MUYLAERT *et al.*, 2014, p. 193). Nisso a entrevista narrativa se mostra adequada para os fins de nossa pesquisa como meio para entendermos a formação do comércio peruano em Benjamin Constant com base na história de vida desses imigrantes.

Não nos interessou conhecer toda a história de vida do imigrante peruano, pois como explica Schutz (1983), por meio da entrevista narrativa, pode-se eleger uma questão narrativa que pode orientar sobre toda a história de vida ou sobre uma fase da história de vida do pesquisado. Sobre o imigrante peruano, interessou-nos a fase da história de vida que corresponde a parte de sua vivência no seu país de origem para entendermos sua forma de produção de vida e as motivações da partida até a sua chegada ao país hospedeiro e sua inserção e permanência no comércio.

Com isso, buscou-se dar voz para que o imigrante pudesse contar a sua história, e pelos relatos, fazíamos uma reflexão entrelaçando as experiências, os fatos e acontecimentos em sintonia com o contexto social, histórico, cultural e político que contribuíram para a formação do comércio peruano na cidade de Benjamin Constant e contribuem para sua atual figuração.

Assim, buscamos combinar a observação, o formulário e a entrevista, refletidos no ato de olhar e ouvir como instrumentos metodológicos de nossa pesquisa, já que “evidentemente tanto o ouvir quanto o olhar não podem ser tomados como faculdades totalmente independentes no exercício da investigação. Ambas complementam-se e servem para o pesquisador como muletas [...]” (OLIVEIRA, R., 2006, p. 21). Esses instrumentos nos forneceram luz científica, por meio dos dados coletados, a qual nos habilitou à escrita da construção do nosso trabalho, entendendo que existe “uma continuidade do olhar e do ouvir no escrever” (OLIVEIRA R., 2006, p. 33). Assim, buscou-se por meio da escrita reivindicar a atenção dos leitores (MILLS, 2009) em uma escrita que imprima o respeito ao ser humano, zelo e ética que exige a academia.

Quando se focaliza a atenção para estudos de empreendimentos formados por imigrantes, existe uma tendência de tratar o assunto sob a visão disciplinar. De um lado, a corrente formada por economistas e administradores preocupa-se com a atividade empresarial, já a questão da etnicidade assume a preocupação de sociólogos, antropólogos, geógrafos e historiadores. É preciso um olhar que supere a disciplinaridade do estudo, e nisso consistiu a proposta desta pesquisa, tratar a temática em questão pelo viés da interdisciplinaridade.

Nesta pesquisa buscamos estabelecer um diálogo para além da economia e administração, relacionando conceitos fundamentais da sociologia, antropologia, história, geografia que, de forma integrativa, contribuíram para melhor compreender os fatores de atração/expulsão que estimulam a imigração peruana, por conseguinte, como esses imigrantes se estabelecem e organizam suas atividades comerciais/econômicas na cidade receptora.

O estudo direcionou-se pelas seguintes questões norteadoras: quais os aspectos que influenciam a imigração peruana e sua expressiva inserção, concentração e expansão no comércio, como donos de pequenos negócios no bairro de Coimbra na cidade de Benjamin Constant? A existência de uma economia étnica,<sup>1</sup> incentivada por uma rede de relações sociais, pode ser um indicativo para explicar o crescente fluxo da imigração e da expansão do comércio peruano no bairro de Coimbra na cidade de Benjamin Constant?

A pesquisa revelou que a migração peruana para a cidade de Benjamin Constant é motivada por fatores de atração de ordem étnica e econômica, e o comércio peruano é formado por uma economia étnica alimentada por uma rede de relações sociais étnica-familiar-comercial que incentivam o processo de imigração peruana. Ainda, a formação do comércio peruano na cidade tem contribuído para dinamizar a economia da região, influenciando, por exemplo, o setor comercial, imobiliário, demográfico, cultural e social, mas requer um olhar mais planejado do governo para melhor estruturar e aproveitar a potencialidade do comércio peruano na região, desde aspectos de capital financeiro quanto humanos.

Este trabalho estrutura-se em três capítulos divididos em subseções. No primeiro capítulo, dispendemos um esforço para apresentar a Amazônia em sua dimensão internacional e nacional, abrindo um debate sobre o processo de migração para a Amazônia com foco nos aspectos de formação social e econômica, com especial atenção para a Amazônia brasileira, em

---

<sup>1</sup> Existem várias teorias que buscam explicar a situação do imigrante no mercado de trabalho no país hospedeiro. Dentre as quais, destaca-se a de Bonacich (1973), que sustenta a inserção de imigrantes em atividades intermediárias da hierarquia ocupacional, atuando como empreendedores. Como desmembramento de sua teoria, surge a abordagem sobre Economia Étnica (LIGHT; GOLD, 2000), fazendo referência à atividade comercial formada e sustentada por imigrantes, caracterizada principalmente pelas relações étnicas e coétnicas.

uma reflexão que se estende até a inserção dos imigrantes na Amazônia, região Norte do Brasil, com ênfase na atuação desses imigrantes na economia regional.

No segundo capítulo, procuramos refletir sobre a migração de peruanos para o Brasil, por conseguinte, sua inserção no comércio, com ênfase na região fronteiriça situada no norte do estado do Amazonas, a saber: a tríplice fronteira Brasil–Colômbia–Peru, com enfoque no município de Benjamin Constant, Amazonas. No primeiro momento, apresentamos a tessitura teórica sobre a trilogia fronteira–migração–etnicidade em uma reflexão conceitual que serve de base para auxiliar no debate proposto neste trabalho. No segundo momento, pontuamos sobre os fluxos migratórios de peruanos com ênfase nas emigrações de 1920 a 1992 (ALTAMIRANO RÚA, 2006) e sua imigração para o Brasil. No terceiro momento, fazemos uma análise das migrações transfronteiriças de peruanos na Tríplice Fronteira Colômbia–Brasil–Peru, com atenção de análise para a expressiva presença e expansão do comércio peruano na região fronteiriça, com destaque para a cidade de Benjamin Constant, Amazonas.

O terceiro capítulo estrutura-se em três seções: 1) “quem é o comerciante peruano do bairro de Coimbra?” Nessa seção, fazemos uma caracterização do perfil desses comerciantes que atuam no bairro de Coimbra na cidade de Benjamin Constant, com base no formulário de entrevista aplicado a esses comerciantes; 2) apresentamos uma discussão com base em toda pesquisa de campo levantada na entrevista profunda por meio da história oral e da observação com base teórica, o que nos possibilitou discutir a questão-problema deste trabalho: “Existe uma economia étnica no bairro de Coimbra em Benjamin Constant, Amazonas? 3) discutimos sobre “o olhar do governo municipal para os imigrantes peruanos em Benjamin Constant” buscando refletir sobre seus desafios e suas perspectivas.

**CAPÍTULO 1**  
**MIGRAÇÃO INTERNACIONAL NA AMAZÔNIA: REFLEXÃO SOBRE OS**  
**DESDOBRAMENTOS DA PRESENÇA DO IMIGRANTE NA REGIÃO**

*Amazônia: mãe de múltiplos povos*  
*No banzeiro dos teus rios;*  
*No balançar da tua mata verde;*  
*No viver do ser amazônico;*  
*Encontramos teu canto.*  
*Canto que atrai, que acolhe, que amamenta, que dá colo.*  
*De braços abertos, recebe quem te quer, fica quem consegue lidar com sua*  
*esfinge.*  
*Tua descendência revela tua maternidade.*  
*Filhos que teve e os que te escolheram.*  
*Tu és a Amazônia, mãe de múltiplos povos.*

Selomi Porto, 2022.

Escrever sobre a Amazônia é uma árdua tarefa de desafios imagináveis. Sou um aprendiz a desbravar essa incógnita que, de longe, sei que não conseguirei esgotar nestas linhas escritas, nem alimento tal pretensão. O que busco é refletir sobre este enigma que tanto tem a nos ensinar.

Entendo que cada traço que se apresenta na Amazônia – seja histórico, social, econômico, cultural, ambiental, geográfico, entre outros – é um mundo a ser desvendado. A Amazônia é peculiar e diferente ao mesmo tempo. A heterogeneidade faz parte de sua textura biológica, está na sua formação social, mas são essas diferenças e singularidades que revelam o sobrevoos da sua peculiaridade.

Neste capítulo, dividido em duas seções, existe um esforço para fazer uma reflexão inicial de apresentar a Amazônia em sua dimensão internacional e nacional, com o objetivo de não apenas nos situarmos em seu pertencimento territorial e heterogêneo, mas refletir também nas simbologias e representações lançadas sobre a Amazônia disseminada principalmente pelo mercado de publicidade e explorada na agregação de valor de produtos e serviços amazônicos. Em seguida, fazemos um debate sobre o processo de migração para a Amazônia com foco nos aspectos de formação social e econômica, com especial atenção para a Amazônia brasileira, em uma reflexão que se estende até a inserção do imigrante na Amazônia, região Norte do Brasil, com ênfase na atuação desses imigrantes na economia regional.

## 1.1 Amazônia ou Amazônias: reflexão sobre a dimensão territorial

Não é de hoje que a Amazônia vem despertando interesse e tornando-se pauta de debates de muitos países, tanto dos que integram essa região quanto dos que não fazem parte dela. O fato é que a Amazônia passou a representar um interesse mundial, seja associado a seus aspectos de conservação ambiental, seja associado à exploração do seu potencial econômico.

Antes, para início de reflexão, e para melhor entendimento da Amazônia em termos territoriais, e para não cair no equívoco de pensar na Amazônia restringindo-a à sua nacionalidade, adotamos a expressão Amazônia Internacional para nos referirmos à sua abrangência territorial nos países que a integram. Quanto ao território da Amazônia Brasileira, usamos o termo Amazônia Legal e para a região da Amazônia específica, onde está inserido o estado do Amazonas, adotamos o termo Região Norte da Amazônia Legal (RNAL).

Assim, para melhor entendimento do leitor, três divisões são importantes para se refletir em sua dimensão e atuação: Amazônia Internacional,<sup>2</sup> Amazônia Legal<sup>3</sup> e a região Norte.<sup>4</sup>

Na Figura 1, o mapa descreve os países que pertencem à Amazônia Internacional, os estados brasileiros que integram a Amazônia Legal e os estados da Amazônia Legal que fazem parte da região Norte.

---

<sup>2</sup> Além desse termo, outras expressões como Amazônia, Amazônia Sul-Americana, Região Amazônida ou Grande Amazônia são usados para se referir à região que apresenta a maior selva úmida do planeta da América do Sul (GUTIÉRREZ REY; ACOSTA MUNOZ; SALAZAR CARDONA, 2004, p. 21). A Amazônia Internacional corresponde à extensão de cerca de 7 milhões de km<sup>2</sup> entre 8 países da América do Sul: Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname além do território ultramarino da Guiana Francesa.

<sup>3</sup> A Amazônia Legal foi criada no governo de Getúlio Vargas por meio da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), órgão já extinto, com vista a facilitar a delimitação da soberania nacional sob seus estados e melhor pensar politicamente a região. A Amazônia Legal, criada em 1953, é delimitada para fins políticos e econômicos. Trata-se da Amazônia brasileira, que apresenta uma área de cerca de 5.034.740 km<sup>2</sup> entre 8 estados brasileiros (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e uma parte do estado do Maranhão.

<sup>4</sup> É a maior região dentre as cinco regiões do Brasil. Integra os estados do Amazonas, Acre, Pará, Roraima, Rondônia, Amapá e Tocantins.

Figura 1 – Amazônia internacional, Amazônia Legal e região Norte

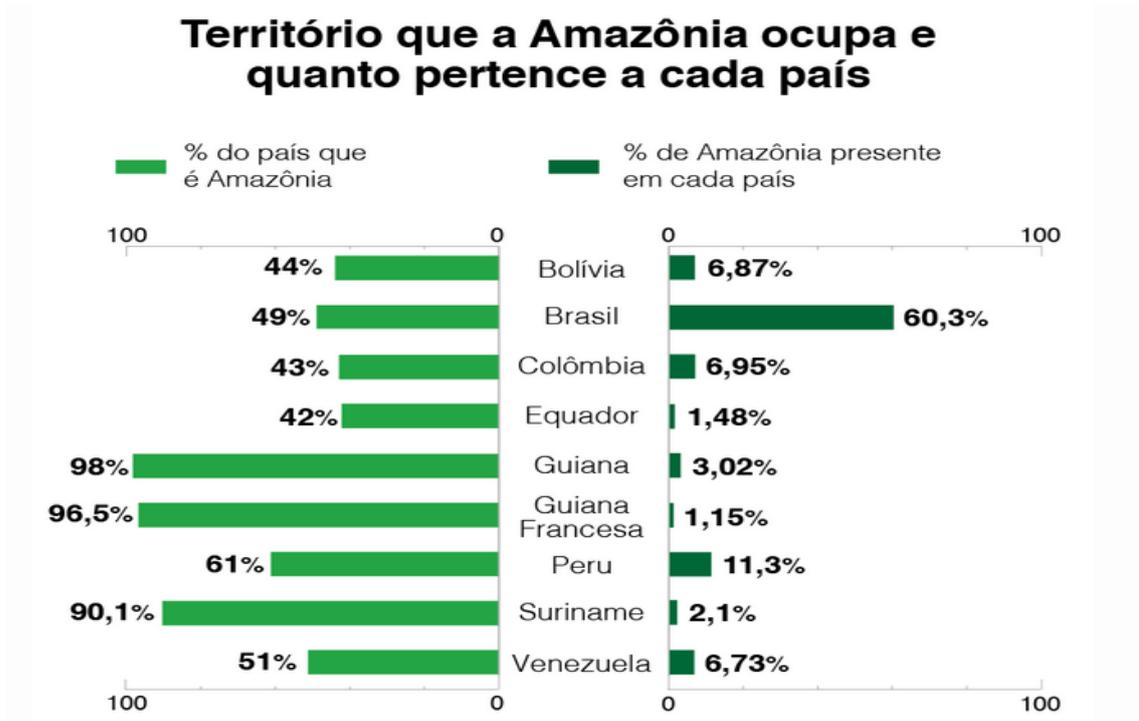


Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/650418371167800973/>

A Amazônia Internacional integra territórios dos países Brasil, Colômbia, Peru, Equador, Bolívia, Venezuela, Suriname, Guiana e o território ultramarino da Guiana Francesa. Quanto ao Brasil, forma-se por 26 estados e 1 distrito federal; dentre esses, 9 têm seus territórios ou parte deles em área considerada amazônica, sendo os estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Pará, Roraima, Amapá, Tocantins, Mato Grosso e parte do estado do Maranhão. Desses estados brasileiros, apenas Mato Grosso e Maranhão não fazem parte da região Norte da Amazônia Legal, como bem mostra o mapa na Figura 1, delimitado pela linha amarela.

Considerando a dimensão da Amazônia, seu território internacional e as subdivisões regionais, surge um questionamento: afinal, temos uma Amazônia ou várias Amazônias? Quando se fala na Amazônia Internacional, refere-se a um extenso território que integra cerca de 7 milhões de km<sup>2</sup> em 9 territórios de diferentes nacionalidades, conforme apresentados na Figura 2.

Figura 2 – Território ocupado pela Amazônia e percentual para cada país



Fonte: RAISG, mongabay.com. ONU.OTCA (apud COSTA, 2020).

Brasil (60,3%), Peru (11,3%) e Colômbia (6,95%) são os países que concentram maior presença territorial da Amazônia em seu território comparando-se com os outros países que integram a Amazônia Internacional. Juntos, são responsáveis por quase 80% de área territorial de toda a Amazônia. O Brasil lidera o pódio, pois é responsável por concentrar cerca de 60,3% da Amazônia em seu território.

Estima-se que a Amazônia concentra cerca de 30 milhões de habitantes. Pensar na Amazônia tomando como parâmetro a sua esfera internacional, faz-nos ponderar sobre sua rica diversidade cultural, econômica, social, ambiental, política e administrativa em termos da soberania de cada país que integra essa grande região.

Por isso, faz sentido pensar que a região amazônica se apresenta em um contexto físico, social e político com particularidades de cada país; embora possa apresentar semelhanças em alguns aspectos, não se trata de uma região homogênea com alinhamento de cultura e políticas.

Nisso consiste um dos desafios iniciais de se pensar na Amazônia ou de considerá-la para além dos seus traços nacionais reconhecendo sua dimensão e atuação internacional. Como bem esclarece Aragón (2018), embora a Amazônia seja formada por 9 países, percebe-se que, quando se fala da Amazônia em quaisquer desses países, geralmente as pessoas se referem à Amazônia de seu país.

É preciso desconstruir o pensamento da Amazônia como manto verde homogêneo. Sobre essa ofuscada visão de pensamento da Amazônia, vejamos:

[...] a ciência tem se encarregado de demonstrar precisamente o contrário; a Amazônia é, antes de tudo, caracterizado por sua rica diversidade, em todos os aspectos: físicos, biológicos, culturais, políticos e sociais. Essa mesma diversidade a torna única; a região representa, na realidade, a unidade do diverso. (ARAGÓN, 2015, p. 6).

Aqui se apresenta um pensamento primordial para se pensar na Amazônia na ótica da diversidade e unidade do diverso. A unidade do diverso está para a integração de seus diferentes traços geográficos que formam o território da Amazônia internacional, figurando em uma identidade única para o mundo. Ao passo que a diversidade vem representar a singularidade de traços existentes entre esses vários territórios da Amazônia internacional e, de forma mais específica, a diversidade regional de uma mesma Amazônia nacional.

Além da diversidade dos traços físicos, sociais, econômicos e culturais, segundo Aragón (2015, p. 6), existe a “diversidade política” na Amazônia. Isso ocorre, de acordo com o autor, porque “cada país trata de forma diferente sua própria Amazônia”. São criadas políticas que não são apenas diferentes, mas se contradizem às vezes. O autor chama a atenção para a necessidade de se pensar na integração das políticas na Amazônia. Embora faça parte de diferentes soberanias de Estado, ao mesmo tempo, representa uma região unificada, em que há o estabelecimento de determinada política ou ausência dessa influência em outros espaços amazônicos e no mundo em sua totalidade.

Aragón (2015, p. 6) ainda esclarece: “existem somente iniciativas nacionais, que não envolvem cooperação ou estabelecimento de responsabilidades mútuas entre os países vizinhos.” Acrescenta:

É necessário um organismo forte na região, que estimule a cooperação e a integração regional e que defina marcos regulatórios de atuação que gerem sinergia entre os diversos territórios amazônicos em vez de prejuízo – alegando-se a soberania nacional. (ARAGÓN, 2015, p. 6).

Como exemplo, podemos citar o desmatamento e as queimadas na Amazônia Legal, com prejuízos não apenas para a região do país, mas para o mundo, pois essas ações ameaçam a biodiversidade e influenciam diretamente na poluição do ar e no aquecimento global. Assim, as consequências das queimadas não se restringem ao país, pois, em razão da rotação do planeta, as massas de ar movimentam as cinzas das queimadas espalhando para outras localidades. Essas

queimadas afetam diretamente, por exemplo, a Bolívia e o Peru, como se refere um estudo realizado por pesquisadores brasileiros e franceses. Vejamos:

Bolívia e Peru são diretamente afetados pela ameaça das queimadas, por estarem localizados em uma zona com mais potencial impacto. Devido aos ventos, as colunas de fumaça provenientes das queimadas florestais na região amazônica atingem a linha de neve das montanhas nestes países. [...]. O que contribui para o derretimento das geleiras nos Andes [...]. O derretimento pode chegar de 3% a 14% por ano. (INCÊNDIOS..., 2019).

Para além dos efeitos ambientais, o cenário apontado na pesquisa supracitada revela que a Amazônia, embora dividida entre territórios de nacionalidades diferentes, necessita ser pensada de forma integrada pelos países que a compõem. Muitas ações e decisões, ou ausência dessas em esfera local, têm influência em outras regiões da Amazônia internacional, que podem ocasionar efeitos negativos no âmbito ambiental, econômico, social, cultural e político com consequências locais, regionais, nacionais e mesmo mundiais.

Não se trata de negar as diferenças entre esses países amazônicos ou de unificar as políticas sem considerar as peculiaridades de cada região, mas é preciso pensar na Amazônia de forma local, regional e mundial, pois as Amazônias nacionais têm as suas características físicas e culturais, que deverão ser consideradas.

Fica claro, pois, “que a região não poderá ser tratada sem se considerar suas particularidades espaciais” (ARAGÓN, 2015, p. 6), o que significa que “existem várias amazônias as quais conformam uma grande região, onde cada uma tem uma distribuição regional diferente” (GUTIÉRREZ REY; ACOSTA MUNOZ; SALAZAR CARDONA, 2004, p. 21). Considerar essas diferenças, inclusive a física espacial da Amazônia, é um fator importante para definir estratégias de desenvolvimento regional. Sobre isso, vejamos o que diz Aragón (2015, p. 6):

[...] em cada Amazônia nacional a escala espacial não pode ser ignorada em qualquer iniciativa de desenvolvimento regional. Na Amazônia peruana se fala de selva baixa, selva alta e ceja de selva, conforme a temperatura e a vegetação variam de acordo com a altitude; na Amazônia colombiana, as características físicas e culturais diferenciam-se entre Amazônia Ocidental e Amazônia Oriental e nas Guianas os contrastes são marcantes entre a faixa costeira e a floresta do interior. Enfim, as Amazônias nacionais têm suas próprias características físicas e culturais, que deverão ser levadas em conta.

Pensar estrategicamente na Amazônia com a finalidade de desenvolvimento da região requer pensá-la tanto no macro como no micro; considerando seus vários traços, que se

integram em um grande manto amazônico, mas, ao mesmo tempo, provocam uma vasta heterogeneidade.

Conforme supracitado, a Amazônia Internacional envolve países que possuem soberania sobre território amazônico. Considerando o aspecto físico-geográfico, é difícil delimitar onde termina uma soberania e onde começa outra sobre os territórios amazônicos, mesmo porque essas faixas fronteiriças do território amazônico são flexíveis, são faixas, por vezes, imaginárias, maleáveis, podendo sofrer reajuste conforme o interesse e o plano econômico.

Essa maleabilidade de integração/exclusão e disputa de espaço amazônico ocorre tanto em âmbito internacional quanto no nacional. No internacional, o conflito entre Peru e Colômbia movido por disputa territorial gerou tensões na região da tríplice fronteira norte do Brasil. A disputa ocasionou-se quando se estabeleceram os limites internacionais entre os três países limítrofes, demarcados pelo *Tratado Salomón-Lozano*.<sup>5</sup> Sobre esse fato, o historiador Fernando da Silva Rodrigues declara:

Segundo o *Tratado Salomón-Lozano*, assinado em 24 de março de 1922, pela Colômbia e pelo Peru, o território de Letícia foi incorporado à Colômbia. Foi cedida toda área situada entre os rios *Putumayo* e *Caquetá*, e uma parte do território entre os rios *Putumayo* e Amazonas (Trapézio Amazônico), parte que interessava à Colômbia por conta da acessibilidade a esse rio. Ao Peru foi cedida uma área entre rios Napo, Amazonas e *Putumayo*, que pertencia à Colômbia. (RODRIGUES, 2019, p. 35).

Se, por um lado, esse novo acordo estabelecido no *Tratado Salomón-Lozano*,<sup>6</sup> que repassava a posse de terras peruanas para a Colômbia, preocupou o Brasil devido a seu território a leste da linha Apaporis-Tabatinga, que era reconhecida pelo Peru como território do Brasil, com o novo acordo, houve a preocupação do governo brasileiro de que a Colômbia pudesse reivindicar a posse desse território, não reconhecendo os limítrofes fronteiriços acordados outrora entre Peru e Brasil.

Por outro lado, o tratado gerou insatisfação por parte dos peruanos, que não aceitavam o repasse do seu território para a Colômbia. Os peruanos contestavam a legitimidade do tratado por ter sido assinado durante o regime ditatorial do presidente Augusto Leguía y Salcedo, ocasionando, assim, uma frente resistente dos peruanos.

---

<sup>5</sup> A área em questão vinha sendo reivindicada pelos dois países desde as guerras da Independência no século XIX, até que, em 1922, foi assinado um tratado que ficou conhecido como *Salomón-Lozano*, em uma homenagem aos ministros que o negociaram, a saber: Ministro de Relações Exteriores do Peru, Alberto Salomon, e Ministro de Relações Exteriores da Colômbia, Fabio Lozano. (WANDERLEY JUNIOR, 2019).

Esse Tratado de Limites entre a República Peruana e a República da Colômbia tinha como propósito resolver as desavenças existentes em relação à soberania dos territórios fronteiriços, e, desse modo, garantir uma relação harmoniosa entre os dois países vizinhos. Apresentamos uma parte do Tratado de Limites que, para garantir a integridade do texto, foi feita a transcrição na íntegra do artigo 1.º.

Artículo I – La línea de frontera entre la República Peruana y la República de Colombia queda acordada, convenida y fijada en los términos que em seguida se expresan: Desde el punto em que el meridiano de la boca del río Cuhimbé em el Putumayo corta al río San Miguel o Sumcumbíos, sube por esse mismo meridiano hasta dicho boca del Cuhimbé; de allí por el thalweg del río Putumayo hasta la confluência del río Yaguas; sigue por uma línea recta que de esta confluência vaya a la del río Atacurí em el Amazonas, y de allí por el thalweg del río Amazonas hasta el limite entre el Perú y el Brasil, establecido em el tratado perú-brasileno de 23 de octubre de 1851.

Colombia declara que pertencen al Perú em virtude del presente tratado, los territorios comprendidos entre la margen derecha del río Putumayo, hacia el oriente de la boca del Cuhimbé y la línea establecida y amojonada como frontera entre Colombia y el Ecuador em las hoyas del Putumayo y del Napo, em virtude del tratado de limites celebrado entre ambas Repúblicas el 15 de julio de 1916.

Colombia declara que se reserva respecto del Brasil sus derechos a los territorios situados al oriente de la línea Tabatinga-Apapóris, pactada entre el Perú y el Brasil por el Tratado de 23 de octubre de 1851.

Las Altas Partes Contratantes declaran que quedan definitivamente e irrevocablemente terminadas todas y cada uma de las diferencias que, por causa de los limites entre el Perú y Colombia, habían surgido hasta ahora, sin que em adelante pueda surgir ninguna que altere de cualquier modo la línea de frontera fijada em el presente tratado. Texto del Tratado de Limites com Colombia (1922). (VALCÁRCEL, 1931, p. 21).

As inquietações em relação às linhas divisórias entre os três países resultou na assinatura do Protocolo Washington em 4 de abril de 1925, que buscou resolver os problemas entre esses países no que diz respeito à linha divisória fronteiriça, assegurando a legitimidade do *Tratado Salomón-Lozano*. Essa articulação diplomática foi intermediada pelo Secretário de Estado dos Estados Unidos da América.

Como desdobramento dessas articulações diplomáticas e assegurada a legitimidade do tratado, a Colômbia reconheceu a linha divisória Apapóris-Tabatinga como limite com o Brasil, e o Brasil permitiu o acesso livre ao rio Amazonas e a outros rios adjacentes para navegação da Colômbia. O que resultou, em 15 de novembro de 1928, em um tratado de limites assinado entre Brasil e Colômbia.

Já a relação diplomática em termos geopolíticos entre Colômbia e Peru, não seguiu tão amistosa assim, uma vez que, mesmo após o Tratado, houve uma disputa pela soberania do território amazônico de Letícia, conflito que ficou conhecido como Questão Letícia.<sup>7</sup> Vejamos o relato do historiador Fernando da Silva Rodrigues:

Já estava solucionada a questão de limites entre Colômbia e Peru no campo diplomático, quando oficiais peruanos da guarnição de Chimbote, da cidade de Loreto, comandando um grupo de forças regular (cinquenta praças e cerca de duzentos civis), e inconformado com a transferência da região para os colombianos, atacaram e ocuparam Letícia. Durante os meses de setembro de 1932 a fevereiro de 1933, ocorreu a concentração das tropas de ambos os países na região de Letícia, servindo o rio Amazonas brasileiro como via de transporte e de reabastecimento as forças estacionadas. As tensões diplomáticas entre os dois países aumentaram, e o primeiro choque ocorreu no dia 14 de fevereiro de 1933. (RODRIGUES, 2019, p. 35-36).

O conflito pela soberania do território de Letícia entre Peru e Colômbia passou a ser acompanhado pela Sociedade das Nações, a qual conseguiu fazer os dois países assinarem um acordo permitindo a constituição de uma comissão formada por um oficial da Marinha do Brasil, um diplomata da Espanha e um oficial do Exército dos Estados Unidos, que formariam uma comissão administradora do território até ser resolvida a sua questão da soberania nacional. Essa comissão administrou o território de Letícia por um ano enquanto seguiam as negociações diplomáticas<sup>8</sup> entre os dois países.

Desfecho dessa disputa territorial: “Apesar das negociações tensas, as delegações chegaram a um acordo, firmado em 25 de maio de 1934, pelo qual os dois países aceitaram os termos do *Tratado de Salomón-Lozano*.” (RODRIGUES, 2019, p. 36). Ou seja, o Território de Letícia pertenceria à soberania do governo colombiano.

Essa reflexão sobre conflitos e disputa por soberania de espaços amazônicos serve para nos revelar que a Amazônia não se limita a uma nacionalidade; que as demarcações territoriais são apenas para administração e demarcação de soberania governamental. A mesma Amazônia

---

<sup>7</sup> Ao longo da história, houve diversos conflitos nesse longínquo recanto do território sul-americano. Um deles, e talvez o mais marcante, ficou conhecido como Questão Letícia, nome dado ao conflito militar entre o Peru e a Colômbia, iniciado entre agosto e setembro de 1932, tendo como objeto uma área do extremo sul do território colombiano fronteira ao Peru e ao Brasil, na qual se localiza a cidade de Letícia (WANDERLEY JUNIOR, 2019).

<sup>8</sup> Em outubro de 1933, ocorria, na cidade do Rio de Janeiro, uma conferência entre o representante diplomático peruano e o colombiano. A conferência foi presidida pelo então embaixador brasileiro Afrânio de Melo Franco (RODRIGUES, 2019).

que outrora era peruana agora é colombiana. A Amazônia não nasce com sua identidade nacional, cria-se a identidade nacional para ela.

A Amazônia tem sua existência independentemente de nacionalidade no que se refere à sua essência biológica, mas no campo geopolítico diplomático, define-se pelo interesse das soberanias do Estado. Ela se apresenta de várias faces, por vezes, moldadas pela ação diplomática e de interesses políticos e econômicos, mas, ainda assim, a Amazônia é uma só, dividida em várias.

Em relação à Amazônia brasileira, politicamente definida como Amazônia Legal,<sup>9</sup> sofre mudança geopolítica conforme interesse do governo. É pertinente lembrar que as políticas ambientais, econômicas, sociais e administrativas influenciam diretamente na figuração da Amazônia Legal, incluindo na demarcação dos espaços amazônicos; pois esses limites territoriais não necessariamente são definidos por espaço geográfico do bioma Amazônia, mas por aspecto sociopolítico, porque, além da Amazônia Legal integrar todo o bioma Amazônia, abriga parte do bioma cerrado e do pantanal mato-grossense. O que se explica porque insere em sua faixa da área Amazônia estados que estão fora do bioma Amazônia. Vejamos a descrição que o IBGE faz da Amazônia Legal.

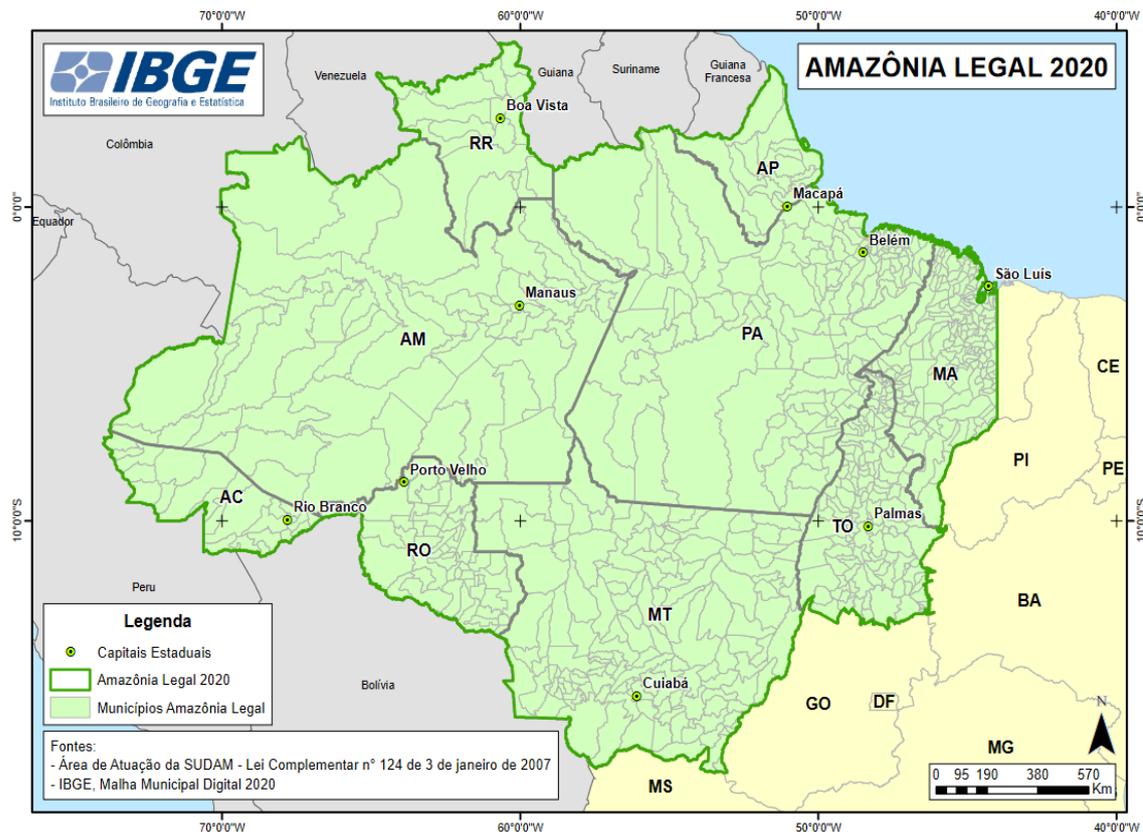
A Amazônia Legal corresponde à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM delimitada em consonância ao **Art. 2º da Lei Complementar n. 124, de 03.01.2007**. A região é composta por 772 municípios distribuídos da seguinte forma: 52 municípios de Rondônia, 22 municípios do Acre, 62 do Amazonas, 15 de Roraima, 144 do Pará, 16 do Amapá, 139 do Tocantins, 141 do Mato Grosso, bem como, por 181 Municípios do Estado do Maranhão situados ao oeste do Meridiano 44º, dos quais, 21 deles, estão parcialmente integrados na Amazônia Legal. Possuindo atualmente área aproximada de 5.015.067,75 km<sup>2</sup>, correspondente a 58,9% do território brasileiro. (SILVA, A., 2022).

Assim, a Amazônia Legal é formada por todos os estados da região Norte, integrando, ainda, o estado de Mato Grosso e parte do estado do Maranhão, correspondendo a uma extensão territorial de 5.015.067,75 km<sup>2</sup>, o que representa cerca de 58,9% do território brasileiro. O mapa a seguir mostra a faixa de área da Amazônia Legal e seus limítrofes (Figura 3).

---

<sup>9</sup> O conceito de Amazônia Legal foi instituído em 1953, e seus limites territoriais decorrem da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico da região e, por isso, não se resumem ao ecossistema de selva úmida, que ocupa 49% do território nacional e se estende pelo território de oito países vizinhos. Os limites da Amazônia Legal foram alterados várias vezes em consequência de mudanças na divisão política do país (IPEA, 2008, p. 64).

Figura 3 – Mapa da Amazônia Legal 2020



Fonte: IBGE, 2020.

A Amazônia Brasileira, instituída pela Lei n.º 1.806, em 6 de janeiro de 1953, atualmente definida como Amazônia Legal, teve várias mudanças na extensão de seus territórios. Trata-se de uma área geográfica dinâmica, com viés de planejamento político, econômico e social. Isso explica as alterações sofridas em seus limites territoriais ao longo dos anos, no que se refere à inserção de outros territórios na faixa de área da Amazônia, “em consequência de mudanças na divisão política do país” (IPEA, 2008, p. 64).

A Carta Aberta da Região Tocantina, de 16 de agosto de 2008, propôs a retirada do estado do Maranhão da Amazônia Legal. Entre os 10 itens propostos na carta, vejamos o que diz o item 1:

Item 1 – Que o Estado do Maranhão, já beneficiado com recursos do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) e dos benefícios institucionais para a Região de Abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, seja excluído da área de abrangência da Amazônia Legal. (REPÓRTER BRASIL, 2009).

Essa carta é um anseio de empresários da região que visam expandir suas atividades econômicas, alegando o fato de que parte da região do Maranhão está sob a proteção da reserva da área Amazônia e impede o desenvolvimento econômico, assim como a promoção de emprego e renda; por conseguinte, o desenvolvimento social da população. Essas iniciativas têm encontrado apoio de alguns prefeitos e governadores; todavia, existe também uma frente de resistência ao acatamento dessa proposta, uma vez que, caso seja aceita, aumentará problemas já sofridos na Amazônia como o desmatamento e a questão dos povos tradicionais.

A situação descrita revela, mais uma vez, que os limites territoriais da Amazônia são dinâmicos, podem sofrer alterações conforme o interesse político, econômico ou social, e o planejamento e as ações administrativas de cada soberania da Amazônia têm uma influência muito grande na organização e no desenvolvimento desses espaços.

Em relação aos estados da região Norte do Brasil, todos fazem parte de forma integral da Amazônia Legal, sendo Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, conforme apresentado na Figura 4.

Figura 4 – Mapa da região Norte do Brasil



Fonte: SILVA, W. (2014).

Essa região, formada por sete estados brasileiros, segundo o IBGE (2021), tem uma área territorial de 3.853.575,6 km<sup>2</sup>, o que corresponde, aproximadamente, a 45% do território brasileiro, considerada a maior região em extensão territorial do país. Já sua população, é

estimada em 18.430.980 habitantes, tendo uma densidade demográfica de 4,73 habitantes por km<sup>2</sup>, sendo a região menos habitada por quilômetro quadrado. No que tange ao Produto Interno Bruto (em reais), é responsável por gerar R\$ 201.511.748.000,00.

A região é detentora do maior bioma brasileiro, mundialmente conhecida pela rica biodiversidade e por concentrar a maior bacia hidrográfica do planeta. Esses atributos posicionam a Amazônia no cerne de debates de cunho científico, político, econômico, social, ambiental, cultural em esfera pública e privada e de sociedades civis. Isso gera uma polissemia de conceitos e entendimentos do que seja essa região e de como referenciá-la diante de tantos olhares de interesses, por vezes, divergentes, mas, ao mesmo tempo, simplificada em duas visões, norteadas pelo prisma de quem olha a Amazônia de fora e de quem olha a Amazônia de dentro.

A Amazônia foi construída no imaginário global a partir de diversas interpretações datadas em espaços e tempos diferentes. Viajantes, cronistas, cientistas, intelectuais, escritores foram responsáveis pelas primeiras construções imagéticas da região. Na contemporaneidade, meios de comunicação (TV, rádio, jornais, revistas e internet), ajudam a projetar reverberações daquelas primeiras imagens. A Amazônia existe a partir das ideias, dos signos e dos símbolos que foram e são atribuídos a ela. (GOMES JUNIOR, 2018, p. 606).

Se antes esse imaginário foi construído pelas falácias e escritos de viajantes, cronistas e intelectuais da época, hoje, a mídia vem assumindo essa função, por vezes, contribuindo para enraizar bem mais a ideia da Amazônia homogênea; representada pela floresta em sua vasta biodiversidade, pela presença de povos indígenas, atrelada a uma região atrasada para o desenvolvimento, vista como fonte de recursos valiosos para o desenvolvimento sustentável do planeta.

São esses atributos da Amazônia que hoje têm sido muito explorados nos negócios de fins lucrativos e não lucrativos uma vez que “a contínua mercantilização da natureza converteu a Amazônia numa marca<sup>10</sup> global, ou representação simbólica” (ARAGÓN, 2018, p. 24). Essa representação simbólica relaciona-se diretamente com a visão de fora da Amazônia e de como é apresentada ao mundo. A comercialização de produtos e serviços atrelados à marca Amazônia realiza-se “a partir de apropriações de elementos reconhecidamente amazônicos que representam um fator decisivo no processo de persuasão do cliente, pois atribuições são

---

<sup>10</sup> Utilizamos o entendimento de Amaral Filho, Castro e Costa (2015, p. 107) para referenciar a marca Amazônia no sentido de representação simbólica da região, ou seja, o uso de elementos amazônicos como estratégia de obter vantagens competitivas e econômicas no mercado e com diferencial publicitário.

percebidas na floresta e quase sempre são positivas devido à homogeneização que a mídia faz” (CRUZ; LEÃO, 2015, p. 7).

A forma como a mídia referencia a Amazônia influencia diretamente na construção do imaginário das pessoas ao lançar o olhar sobre produtos que carregam algum apelo a questão amazônica. Sabe-se que as representações simbólicas atreladas ao termo Amazônia são fortemente explorado mercadologicamente como meio para garantir vantagens econômicas sobre a comercialização e aceitação do produto e/ou serviço pelo público. Sobre este cenário, é significativo o pensamento de Aragón (2018) ao afirmar:

O termo Amazônia simboliza meio ambiente, ecologia, índios, populações tradicionais, floresta, oxigênio, água, biodiversidade, preservação, etc., e, nesse sentido, o que importa não é a representação física, mas o valor simbólico que leva seu nome. Agregar aos produtos e serviços o termo Amazônia ou alguma coisa que a ele remete, eleva o valor econômico desses produtos e serviços. (ARAGÓN, 2018, p. 24).

Amaral Filho, Castro e Costa (2015, p. 107) afirmam que essa representação simbólica lançada sobre a região é “institucionalizada por parâmetros socioeconômicos e culturais publicizados em escala mundial pelo campo da comunicação”. Os autores acrescentam, ainda, que se trata de uma idealização disseminada pelos meios de comunicação “sob forma de mensagens jornalísticas, publicitárias e ficcionais, plena de valores e carregada de efeitos de sentido”. Uma imagem distante do viver amazônico, porém representa a percepção homogênea e dominante sobre o que é a Amazônia.

A história e o presente da Amazônia nos mostra que ela continua sendo uma fonte de exploração de recursos físicos e simbólicos. Hoje se apresenta uma Amazônia de forma mais sutil, com discursos mais elaborados, entretanto, na realidade, continua apresentando uma Amazônia parcial, desfocada da sua realidade total, mostra-se aquilo que esteja alinhado aos interesses de quem compra, de quem lê, de quem investe e até mesmo dos que defendem uma causa. Sendo assim, muitas vozes e muitos atores da Amazônia são deixados de lado porque não têm lugar na Amazônia inventada e disseminada para o mundo.

## **1.2 Migração internacional e a formação socioeconômica da Amazônia brasileira**

### **Chão Amazônico**

*Na linha do tempo tu testemunhou luta, sangue, derrotas e conquistas.  
Vidas nascidas e outras ceifadas.*

*Te maquiaram de sonhos, que para alguns se transformou em apenas ilusão;*

*Hipnotizados e atraídos por tua beleza, riqueza e mistérios buscaram desbravar-te;  
Sofreste calada as injúrias de quem pisava o teu chão;  
Mau agradecidos que só te usavam sem piedade e compaixão  
Mas tu saltaste mais alto, sobrevivendo essa exaustão.  
Até hoje luta como guerreira;  
Sendo um enigma para quem queira desbravar-te.  
É terra de encontro e desencontro, de sabores e dissabores, de amor e solidão, de povo amazônico que tem na miscigenação a história de uma nação.*

Selomi Porto, 2022.

A Amazônia experimentou desde cedo os efeitos do processo de migração. Os rastros migratórios são percebidos no processo de formação e ocupação da Amazônia em um espaço histórico-tempo diferente, mas em todos eles a presença do imigrante aparece seja no processo de colonização à conquista da Independência, na economia da borracha, nos projetos das colônias agrícolas, na abolição do trabalho escravo, até experimentar a estagnação das migrações internacionais e começar a vivenciar a imigração inter-regional, principalmente da saída da selva amazônica para as cidades.

Não é nossa pretensão esgotar a temática “migração na Amazônia”, porque o tempo e a fugacidade da temática não nos permitem. Por outro lado, o que propomos aqui é a reflexão sobre a influência da migração na formação e ocupação da Amazônia, na busca de apresentar sua contribuição para o desenvolvimento da região, com destaque para seus traços socioeconômicos.

A imigração na Amazônia sempre acompanhou as questões econômicas. O que motivou a exploração da região pelos colonos europeus foi o desejo de riqueza, domínio do território e exploração de seus recursos, inicialmente formando uma economia na base do agromercantil extrativista. Nesse período, muitos imigrantes europeus, como também de origem africana, aportaram na Amazônia.

O ciclo da borracha foi outro período que concentrou muitos imigrantes na Amazônia; além da presença do imigrante europeu, a Amazônia experimenta de forma intensiva o fluxo de imigração de nordestinos que, fugindo da crise ocasionada pela seca no Nordeste, buscavam no seringa a triste ilusão de enriquecer e voltar para sua terra.

A abolição do sistema escravocrata em 1888 acarretou a escassez de mão de obra, além disso, o declínio na economia da borracha ocasionou a dispersão e o deslocamento de pessoas, muitas buscando nas cidades novas formas de sobrevivência. Nesse período o Brasil, por meio do projeto das colônias agrícolas, estabeleceu uma política de imigração de mão de obra

européia. Ocorre, então, a imigração subsidiada pelo governo de imigrantes europeus para trabalhar na agricultura, e os grupos com maior presença foram os portugueses, espanhóis, italianos, e em número menor, grupos de imigrantes internacionais de outras regiões.

Registra-se, ainda, a imigração voluntária e pessoal, que, diferentemente da imigração subsidiada pelos governos, buscava como destino as cidades. Com o fracasso do projeto das colônias agrícolas, muitos imigrantes se envolveram com o comércio e a prestação de serviços nos mais variados segmentos.

Existe uma herança histórica, cultural, econômica e social da migração na formação e ocupação da Amazônia. É por isso que, como argumenta Castiglioni (2009), a relevância do estudo da migração se revela pela possibilidade de nos fazer compreender aspectos políticos, sociais e econômicos e seus efeitos na vida do imigrante e do receptor, porque a migração apresenta um caráter bilateral, ou seja: “provoca modificações na distribuição, na dinâmica e na composição da população, interferindo na vida econômica, política e social das comunidades de partida e de chegada dos migrantes.” (CASTIGLIONI, 2009, p. 39).

Ao refletir sobre o processo de formação e ocupação da Amazônia, é possível vislumbrar a migração como forte influenciador desse processo. É seguindo essa reflexão que traçamos como objetivo de nosso trabalho apresentar a migração no contexto da formação e ocupação da Amazônia, apresentando sua influência na formação social e econômica da região, com destaque para a Amazônia brasileira.

O estudo das migrações revela vozes que precisam ter visibilidade e espaço na história da Amazônia. Não se pode negar que os fluxos migratórios apresentam sua parcela de contribuição para o desenvolvimento econômico e social que a Amazônia ganhou com o trabalho dessas pessoas. Além disso, existem inúmeros descendentes de imigrantes em toda a Amazônia, inclusive no Amazonas, foco do nosso estudo. Em uma dialogia teórica sobre a temática, elegemos como arcabouço teórico Marilene Silva (2004); Samuel Benchimol (2009), Francisco Foot Hardman (2009), Ana Pizarro (2012) e Patrícia Melo Sampaio (2012), que discutem qualitativamente sobre a formação e ocupação na Amazônia, fornecendo-nos fios condutores para examinar a influência das migrações no processo de formação e ocupação da região. Para tratar sobre a migração na Amazônia recorreremos a Emmi (2009) e Aragón (2009).

A discussão traçada nesta seção nos faz refletir que a migração faz parte da história da Amazônia, está em sua textura social, cultural, econômica, territorial e até mesmo, por que não dizer, biológica.

### 1.2.1 A formação e ocupação da Amazônia brasileira na perspectiva da migração

O conhecer, o saber, o viver e o fazer na Amazônia colonial foi um processo predominantemente indígena.

(BENCHIMOL, 2009, p. 25).

Ao refletir sobre a Amazônia, cabe considerar que sua ocupação e povoamento são traços que antecedem o processo de colonização. Se existia ocupação e povoamento, existia também o uso do território, “território onde os limites eram modos de ser e de estar em natureza, com diversidades e complexidades de organização e de laços societários” (SILVA, M, 2004, p. 22). A formação e ocupação da Amazônia têm raízes e influência dos povos indígenas.

O discurso colonial sobre o descobrimento da América –, que, por décadas, foi enaltecido, que invalidava a vida na Amazônia antes da chegada do europeu, desconsiderando seu povo, modo de vida e sua cultura – não se sustenta mais com tanta consensualidade. Nos relatos de viajantes e cronistas, podemos encontrar registros que sustentam a forma de organização social, econômica e territorial de grupos indígenas antes da chegada do europeu.

Patrícia Sampaio (2012) mostra um painel da diversidade étnica na Amazônia, antes da conquista colonial, ao apresentar a ocupação territorial de grupos indígenas no rio Negro, como os Baré, que se concentravam no curso médio e, em especial, superior do rio Negro, com domínio territorial de aproximadamente 165 km<sup>2</sup>; já no baixo rio Negro, às margens esquerdas, encontravam-se os Turumã, estabelecidos nos rios Turumã e Ajurim.

A autora afirma, ainda, que a diversidade étnica nos rios Amazonas, Madeira e Solimões não é diferente, uma vez que nessas localidades de várzea concentravam-se as maiores taxas de densidade demográfica indígena. Chama a atenção para o fato de que, por volta do século XVI, “a várzea amazônica surpreendeu os cronistas com uma população numerosa, internamente estratificada, estabelecida em extensos povoados, produzindo excedentes que abasteciam um significativo comércio intertribal de produtos manufaturados e primários” (SAMPAIO, 2012, p. 16). Nesses relatos podemos perceber uma organização social, territorial e econômica.

Esses registros sustentam o pensamento de Euclides da Cunha de nunca ter acreditado “na representação fácil do ‘vazio na selva’, com que certa ideologia colonialista e, depois, nacional-brasileira, tentou pensar a região [...]” (HARDMAN, 2009, p. 57). A história da Amazônia não começa com o processo de colonização, antes de este chegar já existia povo, cultura, valores, grupos sociais, vida na Amazônia.

Os povos indígenas assumiram uma posição de destaque no processo de ocupação e desenvolvimento da Amazônia, pois como explica Benchimol (2009, p. 26), sem a

“contribuição indígena cabocla [...] a tarefa de descoberta e exploração teria sido impossível” pelos colonizadores, que só conseguiram avançar na descoberta e exploração da região graças ao conhecimento e à vivência dos povos indígenas; quer seja nos moldes de “submissos, subordinados, adaptados ou integrados, eles ensinavam aos novos senhores e imigrantes os segredos do rio, da terra e da floresta. Dessa herança cultural indígena-cabocla destacam-se muitas contribuições [...]” (BENCHIMOL 2009, p. 26), uma delas, a da formação e ocupação da Amazônia.

Preocupamo-nos em fazer essa reflexão da figura do indígena no processo de formação e ocupação da Amazônia para evidenciar que, embora nosso foco de abordagem seja a influência da migração na formação e ocupação da Amazônia, não desconsideramos o papel dos povos indígenas nesse processo; apenas fazemos um corte epistemológico para atender ao objetivo da pesquisa em considerar quanto o processo de migrações, especialmente internacionais, sem desconsiderar as migrações nacionais, influenciou na formação social, territorial e econômica da região.

Benchimol (2009, p. 17) faz lembrar que a vida amazônica antes consistia, predominantemente, nos modos de conhecer, saber, viver e fazer indígena, mas o processo de colonização, além de provocar a incorporação de novas práticas e modos de vida inseridos mediante “adaptação, assimilação, competição e difusão, novas instituições, instrumentos, técnicas, incentivos e motivações” – tendo como mentor o colonizador –, ao mesmo tempo, provocou uma nova dinâmica de povoamento. Entre os colonizadores, destacam-se “portugueses, espanhóis, em particular, europeus, com algumas contribuições africanas, semíticas e asiáticas, além de novos valores aqui aportados por migrantes nordestinos e outras regiões brasileiras” (BENCHIMOL, 2009, p. 17).

Aqui percebemos as fortes influências que a Amazônia sofreu em seu processo de formação e povoamento tanto na esfera da migração internacional, com a presença dos europeus, africanos, asiáticos, quanto com os fluxos migratórios de outras regiões do Brasil, com destaque para os nordestinos. A presença desses povos na região amazônica intensificou a pluralidade étnica, cultural, social e econômica na região, o que nos faz vislumbrar os rastros da migração na história e no presente do viver amazônico.

Nessas contribuições teóricas, percebemos que a figura do imigrante começa a se inserir na história da Amazônia por meio da migração internacional com a chegada dos primeiros colonizadores europeus, com registro principalmente de portugueses e espanhóis. A “Nova

Andaluzia e Lusitânia<sup>11</sup> são o primeiro marco territorial do conquistador europeu nos espaços amazônicos anexados pelos reinos de Espanha e Portugal” (SILVA, M., 2004, p. 22), que mais tarde se integram a esse quadro de desbravamento, disputa e conquista de territórios ingleses, franceses e holandeses que interferem significativamente no espaço, na vida e na organização das populações amazônicas (SILVA, M., 2004, p. 22).

A presença do imigrante colonizador europeu assume a figuração de dominador, e busca apropriar-se não apenas dos ricos recursos naturais da região, mas da vida de seus habitantes. Tanta foi a influência dos imigrantes colonizadores europeus que é possível perceber seus rastros em vários traços da região amazônica, mas, por conta de tempo e do interesse de pesquisa, iremos refletir em três traços: econômicos, sociais e territoriais.

A vinda dos europeus para a região amazônica teve como principal motivo o aspecto econômico como estimulador das expedições coloniais. “A Amazônia configura-se nos momentos e movimentos da exploração estrangeira (espanhóis, portugueses, ingleses, franceses e holandeses) de novos mercados.” (SILVA, M., 2004, p. 26). Isso explica a disputa mercantil entre os imigrantes colonizadores europeus na corrida colonial e colonização da Amazônia, que, para conseguir essa façanha, se utilizariam da apropriação do território e dos respectivos recursos e da dominação da população nativa.

Nesse período, graças ao favorecimento florestal e fluvial da região, assim como as práticas de sobrevivência indígena, estabeleceu-se a atividade agromercantil-extrativista como base econômica (BENCHIMOL, 2009). Foi dessa forma que o estrangeiro se inseriu na Amazônia buscando apropriar-se do território, estabelecendo domínio e exploração de seus recursos. Como estratégia de assegurar posse do território, a ocupação e seu povoamento eram necessários. Se, por um lado, a apropriação de território e a exploração dos recursos potenciais atendiam a fins econômicos, por outro, a dominação das populações nativas apresentava finalidade política (SILVA, M. 2004).

Os recursos amazônicos foram intensamente explorados para fins de acúmulo de riqueza europeia. Seu território sofreu demarcações que influenciaram diretamente a vida dos povos indígenas provocando deslocamento de muitos grupos étnicos, eliminação de outros, contato com outras culturas, novas formas de relações de trabalho, moradia, alimentação, contato linguístico, disseminação de doenças, imposição de novas crenças. Enfim, um viver que se

---

<sup>11</sup> Lusitânia (parte oriental portuguesa) e Nova Andaluzia (parte ocidental espanhola) são as primeiras denominações da Amazônia, e características de uma posse que precedeu a conquista; isso porque foi fruto do Tratado de Tordesilhas (1494) em que a América Espanhola e a América Portuguesa assinalaram uma divisão do ainda desconhecido território, que hoje conhecemos como Amazônia (SILVA, M., 2004, p. 22).

distanciava da gênese amazônica em que os indígenas viviam antes da chegada do imigrante colonizador europeu, e passaram a incorporar a sua vivência amazônica, seja por imposição, submissão, medo, seja por estratégia de sobrevivência.

Avançando na história e tomando como marco histórico o ciclo da borracha, a Amazônia passou por outro significativo fluxo migratório. Aqui aproveitamos para inserir mais uma voz, a da figura do imigrante nordestino. A chegada dos imigrantes nordestinos à Amazônia foi dois séculos depois do início do processo de colonização. “Os cearenses”, como faz lembrar Benchimol (2009), eram chamados todos os nordestinos que viviam na Amazônia, advindo do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Bahia. Uma descrição do contexto que influenciou a vinda desses imigrantes nordestinos para a Amazônia e as condições que viviam na região é feita por Pizarro (2012, p. 116):

No Brasil, traziam mão de obra do Nordeste, nesse momento atravessando uma grande crise econômica em razão de uma seca; os que viajavam à Amazônia eram movidos pelo desespero da luta contra a subsistência e com a expectativa de voltar com dinheiro para alimentar suas famílias. A realidade encontrada estava longe daquela com a qual tinham sonhado, pois viviam uma situação de semiescavidão, em que a possibilidade de regressar não figurava no horizonte.

Algo em comum das migrações internacionais e nacionais, tomando como cenário o contexto da vinda dos imigrantes nordestinos e dos imigrantes internacionais para a Amazônia, tanto na época e posterior ao período da conquista e colonização, o fator econômico foi o principal atrativo para a região. Somado-se geralmente à crise enfrentada no seu lugar de origem.

A história dos imigrantes na Amazônia apresentam vivências diferentes a depender do tempo e dos grupos de imigrantes referenciados, uma vez que receberam contribuições, influências e tiveram experiências diferentes quando se analisa sua atuação segregada. Os imigrantes colonizadores do período da conquista foram os principais exploradores dos recursos, sua *performance* estava centrada no poder, na posse e riqueza. Já no período da borracha e pós-período, os imigrantes internacionais assumiram um papel primordial para o desenvolvimento da região em relação às práticas comerciais/industriais contribuindo para o desenvolvimento da economia e o povoamento da região, assim como os nordestinos no olhar da migração nacional.

Esse processo civilizador entre imigrantes internacionais/nacionais e nativos resultou em uma miscigenação de etnias, cultura, línguas, mas, ao mesmo tempo, mostra uma Amazônia

reservada que, apesar de ser invadida e usurpada, ainda conserva traços que o homem não conseguiu metamorfosear. Euclides da Cunha, ao escrever sobre a Amazônia, faz uma análise territorial e social ao afirmar que não se trata de uma terra, mas são várias terras em forma de labirintos, contornadas por águas; não se trata de um homem sertanejo, fazendo referência ao sertão amazônico, “mas uma multitude de raças, línguas, dialetos, restos de povos, arremedos de judas, [...]” (HARDMAN, 2009, p. 58), referenciando o isolamento e os flagelos da vida no seringal.

Sobre a contribuição do imigrante nordestino para a Amazônia, Benchimol (2009, p. 18) responde que, ao considerar que os nordestinos foram acolhidos pela Amazônia e contribuíram significativamente para o seu desenvolvimento, uma vez que “durante quase um século do ciclo da borracha, os nordestinos tornaram a Amazônia mais rica, melhor, maior e, sobretudo, mais brasileira”. Além disso, quando acaba o período da borracha são os nordestinos que ajudam no povoamento da região se deslocando para outros lugares da região de melhor acesso, o que acaba contribuindo para o povoamento de outros espaços amazônicos.

### 1.2.2 Reflexão acerca da inserção dos imigrantes na Amazônia região Norte do Brasil e sua performance na economia regional

Ainda durante o ciclo da borracha, é possível aqui mencionar a participação do imigrante internacional na pessoa do regatão ou aviador, caracterizado como “um comerciante ambulante dos rios”. Tratava-se de imigrantes de origem judia e de imigrantes árabes (PIZARRO, 2012, p. 116). “Entretanto, mesmo após o colapso da borracha, imigrantes continuaram chegando.” (EMMI, 2009, p. 265).

A afirmação que a autora faz é com base no censo de 1920, que indica um número expressivo de imigrantes vivendo na Amazônia, mesmo com a decadência do ciclo da borracha.

Tanto as novas entradas, como a permanência de grupos de imigrantes que passaram a instalar pequenas fábricas para abastecer o mercado local iniciaram um processo de substituição de importação de produtos que não mais podiam ser importados do mercado europeu. (CASTIGLIONI; EMMI, 2011, p. 21).

Esse fluxo de imigração desacelerou a partir da década de 1940, conforme leitura do censo de 1940-1950. Em um quadro referente ao período de 1872 a 1950, a autora faz uma análise aproximada com base no censo sobre o quantitativo de imigrantes vivendo na Amazônia, no estado do Pará e no Amazonas, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – População estrangeira no Pará e no Amazonas conforme a nacionalidade (1872-1950)

Origem	1872		1920		1940		1950	
	PA	AM	PA	AM	PA	AM	PA	AM
<b>EUROPA</b>	<b>5.076</b>	<b>814</b>	<b>19.662</b>	<b>9.963</b>	<b>8.268</b>	<b>3.801</b>	<b>5.744</b>	<b>2.501</b>
Portugal	4.463	689	14.211	7.615	5.657	2.863	4.113	1.844
Espanha	158	35	3.355	986	1.065	322	778	198
Itália	37	12	1.114	726	566	342	376	279
França	210	13	316	92	177	45	70	29
Inglaterra	93	56	310	363	363	99	126	59
Alemanha	64	5	163	72	186	64	114	25
Outros países	-	3	193	109	154	66	167	67
<b>AMÉRICA</b>	<b>177</b>	<b>1.246</b>	<b>559</b>	<b>5.807</b>	<b>662</b>	<b>2.169</b>	<b>712</b>	<b>1.733</b>
<b>ÁSIA</b>	-	-	<b>1.463</b>	<b>843</b>	<b>1.310</b>	<b>760</b>	<b>1.027</b>	<b>519</b>
Turquia Asiática	-	-	1.460	811	27	36	19	5
Lábano e Síria	-	-	-	-	821	424	586	314
Japão	-	-	3	32	458	297	413	195
Outros países	-	-	-	-	4	3	2	5
<b>ÁFRICA</b>	<b>1.256</b>	<b>88</b>	-	-	<b>126</b>	<b>64</b>	<b>68</b>	<b>33</b>
Sem identificação	19	15	399	323	7	2	12	11
Total	6.529	2.199	22.083	16.936	10.373	6.796	7.563	4.797

Fonte: Emmi (2009, p. 265).

Nas últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, período conhecido como a era das grandes migrações, conforme argumenta Aragón (2012), o Brasil foi um dos destinos favoritos das grandes migrações internacionais. O autor destaca os fatores que estimularam a imigração internacional, entre eles: a expansão do capitalismo, o empobrecimento de alguns países europeus, as políticas favoráveis à imigração europeia e o fim da escravidão.

Os dados mostram que, principalmente no período da economia da borracha, os grupos de imigrantes europeus que se dirigiram para a Amazônia com maior expressão foram os portugueses, os espanhóis e os italianos; em menor escala, os franceses, ingleses, alemães, e de outras regiões. Registram-se, também, grupos asiáticos como os libaneses e japoneses, que migraram para a região atraídos por outras razões, já que a economia da borracha estava em seu declínio. Imigrantes africanos também viviam na região, muitos trazidos, ainda, como escravos pelos colonizadores.

Ao fazer a leitura dos dados, percebemos que, mesmo após o período da economia da borracha, a Amazônia continuou a receber imigrantes internacionais, principalmente pela necessidade de mão de obra, uma vez que, com a abolição escrava em 1888, associada mais tarde à crise da economia da borracha, houve a dispersão demográfica, migração inter-regional,

principalmente para as cidades, o que acarretou a escassez de mão de obra e despovoamento na Amazônia profunda.

Nesse período o Brasil utilizou as políticas estatais para “atrair europeus para suprir a escassez de mão-de-obra deixada pela libertação dos escravos, principalmente na agricultura, e com isso construir uma ‘civilização’ nos moldes europeus segundo a ideologia eugenista da época” (ARAGÓN, 2009, p. 31).

O foco inicial era promover o desenvolvimento da Amazônia por meio do projeto das colônias agrícolas fazendo uso da mão de obra europeia. A vinda de muitos desses grupos foi subsidiada pelo governo, mediante uma política de imigração geralmente pensada em uma imigração coletiva e com preferência de imigrantes que dominavam a técnica da agricultura. Registram-se, ainda, as migrações voluntárias e individuais que se concentravam nas cidades, na prestação de serviços variados, pois apesar dos esforços dos governos para estabelecer as colônias agrícolas, explica Aragón (2009, p. 31) que “os projetos não prosperaram e a migração internacional se deu principalmente de forma espontânea e concentrou-se majoritariamente nas cidades”.

Para contribuição acerca da temática debatida, apresentamos a fala, por meio de entrevista, de três professores pesquisadores: Profa. Dra. Maria das Graças Santos Dias Magalhães (UFRR); Prof. Dr. Luís Eduardo Aragón (UFPA) e o Prof. Dr. Sidney Antônio da Silva (UFAM), que enriquecem o debate sobre imigrantes na Amazônia.

Sobre a atuação do imigrante na Amazônia, em entrevista, o Prof. Dr. Luís Eduardo Aragón faz uma reflexão, principalmente em relação ao período da economia da borracha, sobretudo das décadas posteriores:

*A história da Amazônia revela importantes contribuições da imigração internacional em diversos aspectos, destacando a economia, a cultura e a política. Sem remeter a época da conquista e colônia, durante a época da economia da borracha e sobretudo nas décadas posteriores, os imigrantes contribuíram ao desenvolvimento da economia amazônica, destacando italianos, espanhóis, portugueses, sírio-libaneses e japoneses, estes sobretudo após a queda do ciclo econômico da borracha. Foram os imigrantes que substituíram a produção dominada por empresas estrangeiras, após a queda da economia da borracha. O comércio manteve-se em grande parte graças aos sírio-libaneses, cuja influência perdura até hoje. Os italianos desenvolveram indústrias de calçados, de confecções e outras; os portugueses padarias. Os japoneses conseguiram já na década de 1930 desenvolver a agricultura, e seu impacto em diversos setores é sentido até hoje. (Informação verbal, 30 abr. 2020).*

Para analisar a contribuição e influência do imigrante na Amazônia, o Prof. Dr. Aragón faz um corte epistemológico-temporal a partir da economia da borracha e, principalmente, após esse período para elucidar o papel que os imigrantes assumiram para o desenvolvimento econômico da Amazônia por meio das variadas práticas comerciais de distintos grupos étnicos de imigrantes, com destaque para os italianos, espanhóis, portugueses, sírio-libaneses e japoneses.

Emmi (2009) faz reflexão sobre alguns desses grupos de imigrantes citados pelo Prof. Dr. Aragón, apresentando a inserção deles na Amazônia brasileira e sua contribuição, notadamente para a economia da região.

A autora relata que os imigrantes portugueses deixam na Amazônia suas marcas “no comércio, nas associações esportivas e recreativas, além da arquitetura e da denominação portuguesa de várias cidades amazônicas” (EMMI, 2009, p. 266). A principal contribuição dos imigrantes espanhóis na Amazônia relaciona-se com o projeto de colonização agrícola.

O fluxo migratório dos italianos ocorre de duas formas: por imigração subsidiada pelo governo, sendo direcionados para as colônias agrícolas, e pela imigração voluntária dirigida para as cidades. Assim, a contribuição desse grupo pode ser notada tanto na economia agrícola quanto no comércio, no ensino, na saúde, na arquitetura, na música, na pintura, dentre outras formas artísticas.

O fluxo de imigrantes libaneses na Amazônia se apresentou como uma imigração familiar, que tem na união da vida familiar com os negócios sua principal característica. Já a imigração japonesa para a Amazônia ocorreu de forma tardia se comparada com outros grupos, formada por grupo familiar de agricultores, vêm para a Amazônia sendo subsidiado pelo governo japonês

Sobre os fluxos migratórios, Gustavo Junger Silva (2020, p. 142) enfatiza que “a migração internacional é um processo que percorre a própria história moderna, constituindo-se como elemento indissociável do movimento ininterrupto de formação das sociedades,” e acrescenta:

Ao longo dos séculos, em diálogo com as transformações econômicas, sociais e políticas que atravessam os territórios, desempenhou papel central no processo de expansão comercial, formação de nações, fomentando uma série de transformações sociais, culturais e econômicas. (SILVA, G., 2020, p. 142).

Assim, ao longo da história, a migração internacional carrega traços econômicos, sociais, culturais e políticos refletidos em sua influência na ocupação de territórios, formação de grupos sociais e na expansão comercial, promovendo variadas atividades econômicas.

Nessa mesma linha de pensamento, a Profa. Dra. Maria das Graças (UFRR) faz sua análise desde o período da economia da borracha, considerando que a migração internacional para a Amazônia foi de fundamental importância em todos os campos.

*Historicamente podemos abordar os migrantes internacionais que vieram para atuar na região durante o 'boom' da borracha, de diversos países. Os sírios e libaneses começaram a chegar em 1872, trazendo consigo suas famílias. Inicialmente, dedicaram-se às atividades de mascate, regatão e varejo fixo. Há razões para crer que essa migração expressiva fosse espontânea, de um lado a construção da estrada de ferro Madeira- Mamoré e de outro, o atrativo do crescimento econômico regional. Nesse contexto, foram se mesclando com os indígenas e os nordestinos, resultando na miscigenação das culturas, questão bem discutida por Samuel Benchimol. Nesse período migraram ainda Portugueses, Espanhóis, Ingleses, Turco-Árabes, Franceses, Alemães, Italianos, Norte-americanos, etc. Destacamos também migração japonesa para a Amazônia, os primeiros colonos vieram para o estado do Pará, 1929 (Tomé-Açu), Maués (1930) e Parintins (1931) no estado Amazonas. Vieram trabalhar com a agricultura. Contribuíram com o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia. (Informação verbal, 16 abr. 2020).*

Utilizando-se do método histórico para organizar sua ideia sobre a atuação dos imigrantes na Amazônia, a Profa. Dra. Maria das Graças apresenta um cenário resumido da atuação, por conseguinte, a contribuição dos imigrantes no aspecto social, econômico e cultural. Deixa em destaque a ocupação geográfica desses vários grupos, assim como sua prática comercial e sua integração relacional com os indígenas e nordestinos ocasionando a miscigenação cultural na Amazônia.

Na fala de Benchimol (2009), percebemos o resultado do contato entre europeus, nordestinos e indígenas, citado pela Profa. Maria das Graças, principalmente para estes últimos. Vejamos:

Muitos deles estão aculturados por força de sua miscigenação com outros grupos étnicos, como portugueses nos tempos coloniais e, mais recentemente, com os cearenses-nordestinos, quando estes abandonaram os altos rios de seringa para viver na calha central do baixo, médio e alto Amazonas, Solimões, Marañon e Ucayali. Outros, no entanto, conservam grande parte de sua pureza e ascendência indígena, pois ficaram mais distantes da assimilação nordestina na medida em que se distancia do baixo e médio Amazonas e se aproxima do Alto Solimões e Marañon, onde vamos encontrar caboclos brasileiros e *cholos* peruanos mais próximos de suas origens e menos

aculturados do que seus irmãos do baixo amazonas. (BENCHIMOL, 2009, p. 31).

Esse processo civilizador entre imigrantes internacionais/nacionais e nativos resultou em uma miscigenação de etnias, cultura, línguas, e ao mesmo tempo, mostra uma Amazônia de traços reservados, que, apesar de ter na sua história vivências de constantes mudanças, ainda conserva traços que o homem não conseguiu metamorfosear.

O Prof. Dr. Sidney Silva considera que a migração se apresenta na história da Amazônia com diferentes relações e dinâmicas que perpassam os aspectos econômico, político, social, cultural, religioso, etc. Em sua fala, ele se prende a analisar o imigrante do ponto de vista econômico, cultural e político.

*Do ponto de vista econômico, a visão dos ‘ciclos econômicos’, como os da borracha, da Zona Franca, não ajuda a pensar outras facetas da migração, como por exemplo, o empreendedorismo dos migrantes e suas estratégias de reprodução econômica. Do ponto de vista do Capital, o migrante se torna tão somente ‘força de trabalho’, ou na visão de Sayad, um ‘trabalhador temporário’, isto é descartável. Do ponto de vista cultural, as contribuições são múltiplas e diferenciadas, algumas mais valorizadas, outras toleradas e outras silenciadas. Por exemplo, a gastronomia japonesa é altamente valorizada e visível em Manaus através da moda do sushi, já a colombiana ou peruana se restringe às demandas do próprio grupo e a de alguns simpatizantes desse tipo de comida ou música. Já no caso dos haitianos é totalmente invisibilizada, em razão da forma de inserção socioeconômica, em grande parte informal. Além disso, acrescenta-se a questão racial, já que enfrentam preconceito, velado e explícito, pelo fato de serem negros. Do ponto de vista político, o tratamento que se tem dado à questão da imigração venezuelana é diferente em relação à dos haitianos. Nesse caso, a gestão e tomada de decisões esteve a cargo do Ministério da Justiça, já no caso daqueles se volta para o Ministério da defesa, como eles fossem ‘nvasores’. Isto tem a ver com a mudança de governo em 2019, o qual vê a Venezuela como inimiga do Brasil. (Informação verbal, 13 maio 2020).*

A fala do Prof. Dr. Sidney denuncia a invisibilidade que se lança sobre os imigrantes e se agrava a depender do grupo étnico ao qual pertence. Em vários aspectos que movem a sociedade, mostra-se como se ofusca a atuação do imigrante em uma visão seletiva que categoriza os imigrantes e na voz de resistência e falta de reconhecimento do “ser” e “fazer” imigrante.

A questão “trabalho” como forma de reprodução de vida no país hospedeiro é apresentado pelos entrevistados, e de forma pontual na fala do Prof. Sidney, como condutor da vida do imigrante. Como afirma Sayad (1998, p. 55):

[...] foi o trabalho que fez ‘nascer’ o imigrante, que o fez existir: é ele que, quando termina, faz ‘morrer’ o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o não ser. E esse trabalho que condiciona toda a existência do imigrante.

A busca do imigrante pelo trabalho é a busca pela sobrevivência, pelo bem-estar e melhoria da condição de vida. Todavia, o mercado de trabalho para o imigrante, na maioria, reserva-se a uma corrida de obstáculos e desafios a começar, quase sempre, pela questão linguística, habitacional e legal associada ao preconceito e disputa de vaga com os nacionais, o que empurra os imigrantes, na maioria, que se encontram nessa situação para o trabalho precário, temporário e, por vezes, informal, pois “como imigrante, continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório, ou seja, revogável a qualquer momento” (SAYAD, 1998, p. 55), o que contribui para condicionar a submissão do imigrante.

Afinal, um imigrante só tem razão de ser no modo do provisório e com a condição de que se conforme ao que se espera dele; ele só está aqui e só tem sua razão de ser pelo trabalho e no trabalho; porque se precisa dele, enquanto se precisa dele, para aquilo que se precisa dele e lá onde se precisa dele. (SAYAD, 1998, p. 55).

A fala de Sayad reflete a realidade do mercado de trabalho para os imigrantes; assumindo geralmente a figura de provisórios, substituíveis, acabam representando uma mão de obra mais barata, por vezes, explorada. Quem não se insere nesse mercado busca no empreendedorismo uma saída para garantir sua sobrevivência, quase sempre iniciando as atividades no mercado informal.

Ao refletir sobre o mercado de trabalho para o imigrante, conseqüentemente sua contribuição econômica para o País, o Prof. Dr. Sidney Silva faz uma importante reflexão baseada no pensamento de Sayad (1998), contextualizando para a realidade do nosso país.

*Seguindo o pensamento do Sayad, a inserção econômica dos imigrantes depende, em grande parte, do que o mercado de trabalho lhes oferece, ou seja, haveria um mercado de trabalho para imigrantes, reservando-lhes ocupações que os nacionais não querem fazer, como o caso da limpeza pública e o trabalho em frigoríficos, ocupados por haitianos em outras cidades do Brasil, especificamente no Sul. Nessa perspectiva, há um desvio de função ou uma ‘inconsistência de status’, já que a inserção deles não depende exclusivamente da sua qualificação. No caso dos profissionais liberais, como médicos, por exemplo, eles enfrentam um penoso e custoso caminho para a revalidação de seus diplomas. Isto significa que este mercado é restritivo quanto à entrada de novos profissionais estrangeiros. (Informação verbal, 13 maio 2020).*

O mercado de trabalho, por si só, é seletivo para todos, mas quando se trata de imigrantes, além de seletivo, é restritivo e precário, como ponderou o Prof. Dr. Sidney Silva. Além disso, quase nunca os cargos assumidos pelos imigrantes são compatíveis com suas qualificações profissionais, a minoria consegue trabalho com carteira assinada, e a maioria se concentra na informalidade, seja de forma assalariada, seja de forma autônoma, ingressando no empreendedorismo imigrante. Esse cenário é mostrado no Relatório Anual do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), que as trabalhadoras e trabalhadores imigrantes inseridos no mercado de trabalho informal possuíam bom nível de instrução, portanto, “representavam uma força de trabalho potencial, porém em alguma medida subutilizada” (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2020, p. 187). Os dados apontaram, ainda, o registro de 107.472 imigrantes no mercado formal e 85.227 imigrantes no mercado de trabalho informal. Em atividade formal, destacam-se 50,3% empregados com carteira assinada; já entre os imigrantes informais, inserem-se 59,3% como empreendedores e 5,8% como empregadores (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2020).

O olhar para o imigrante é um reflexo do julgamento de que a presença do imigrante pode provocar no lugar receptor: vantagens ou custos, benefícios ou malefícios? A resposta a essa inquietação é pensar nos fluxos migratórios como fator social total, conforme orientado por Sayad (1998) em uma perspectiva interdisciplinar, já que a presença do imigrante envolve vários aspectos da sociedade como econômico, social, jurídico, cultural, político, geográfico, entre outros. Assim, as ciências, nos seus vários saberes, precisam dialogar para trazer luz a essa questão.

A Profa. Dra. Maria das Graças, ainda discorrendo sobre a atuação do imigrante internacional na Amazônia, faz uma reflexão sobre as migrações recentes que a Amazônia da região Norte do Brasil passou a apresentar:

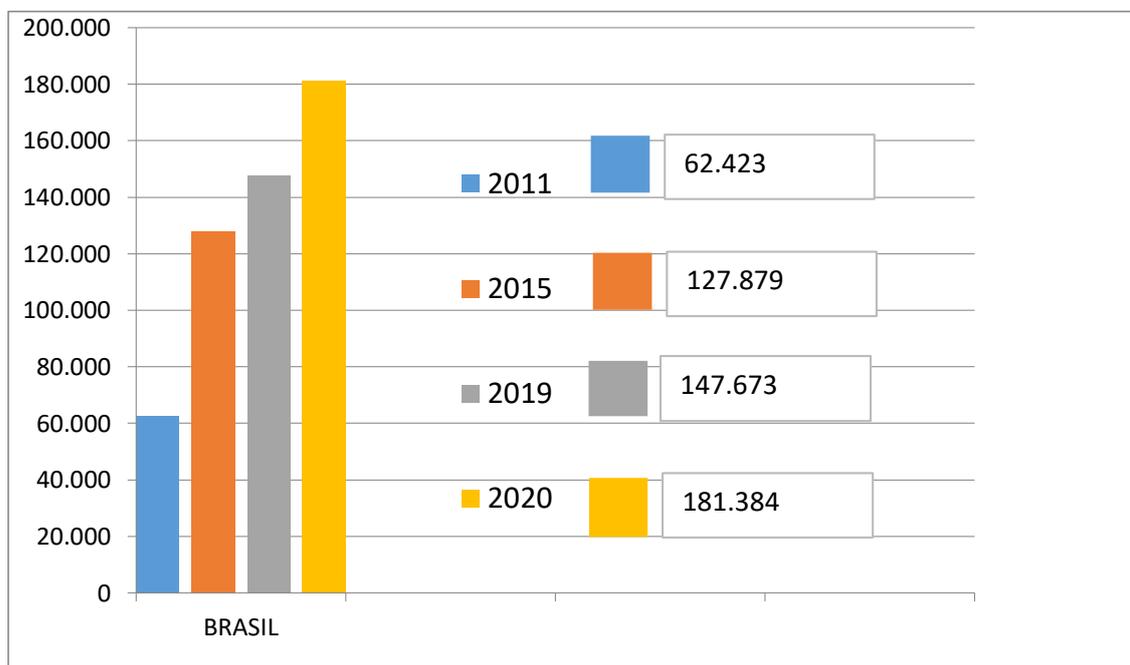
*Em tempos recentes, destacamos a migração dos haitianos. O processo migratório teve início em 2010 em função do terremoto que atingiu o país. Em 2014, a migração venezuelana em função da crise humanitária, faz sentir-se no estado de Roraima, via município de Pacaraima, em solo brasileiro; alguns solicitam proteção como refugiados, outros buscam trabalhos temporários e permanentes. Nesse contexto de migração internacional também fazem parte de novas configurações internacionais, a globalização e o processo de integração estão impondo novas formas e lógicas de articulação territorial. (Informação verbal, 16 abr. 2020).*

Em 2019, segundo o OBMigra (2020), predominaram os fluxos oriundos da América do Sul e Caribe, com destaque para a nacionalidade venezuelana e haitiana.

O Relatório Anual do OBMigra 2021 apresenta o número de trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal no Brasil entre os anos de 2011-2020. Os dados revelam uma evolução, a cada ano consecutivo do período analisado, do número de registros de trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal no país.

No gráfico (Figura 5), apresenta-se o número absoluto relativo de trabalhadores imigrantes no Brasil 2011/2015/2019/2020. O período analisado de 2011-2020 apresenta um território fértil para as imigrações. É marcado por uma década em que os fluxos migratórios para o Brasil se apresentaram com novas características associadas à maior diversidade de nacionalidade e um novo perfil desses imigrantes. Partindo de uma análise do mercado de trabalho, verifica-se o crescimento consecutivo de inserção desses imigrantes em território brasileiro.

Figura 5 – Gráfico representativo do número absoluto relativo de trabalhadores imigrantes no Brasil 2011/2015/2019/2020



Fonte: O autor com base nos dados do OBMigra, Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2011-2020.

Se compararmos o ano de 2011, que registrou 62.423 trabalhadores imigrantes com o ano de 2020 registrando 181.384 trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal, percebemos o expressivo aumento de 3 vezes mais do que o ano de 2011, correspondendo a um crescimento percentual de mais de 190%.

Esse cenário da década analisada mostra o Brasil como polo de atração de imigrantes, inclusive de novas nacionalidades, e relaciona-se com uma conjunção de fatores pontuada por Cavalcanti, Oliveira e Silva (2021), que resumimos em dois aspectos:

- a) aspecto econômico – o dinamismo da economia do Brasil e do mercado de trabalho nos primeiros anos da década de 2010; enquanto os países desenvolvidos ainda padeciam do reflexo da crise financeira de 2008, com a redução das atividades produtivas e consequente desemprego, o Brasil apresentava uma economia mais aquecida com maiores oportunidades de mercado, o que atraiu trabalhadores imigrantes;
- b) aspecto jurídico – a aprovação de legislações favoreceu o recebimento e acolhimento de mais imigrantes; tais legislações possibilitaram aos imigrantes a garantia dos mesmos direitos dos nacionais; nisso destaca-se o Decreto n.º 6.975, de 7 de outubro de 2009;<sup>12</sup> a promulgação da Lei n.º 13.445 de 2017,<sup>13</sup> ou Nova Lei de Migração brasileira; as crises humanitárias que atingiram o Haiti e Venezuela,<sup>14</sup> e a Portaria<sup>15</sup> Interministerial n. 10, de 6 de abril de 2018. A decisão jurídica somada ao contexto das crises humanitárias resultou em medidas que ampliaram os direitos e a acolhida dos imigrantes e possibilitaram uma nova reconfiguração do mercado de trabalho formal brasileiro.

Todo esse cenário econômico e jurídico explica o resultado do Relatório de Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2019, referente à análise dos dados que compreende o período 2010-2018 sobre o mercado de trabalho formal do imigrante, e revela que houve um expressivo crescimento do volume de imigrantes no mercado de trabalho formal brasileiro, com

---

<sup>12</sup> Chamado de Acordo de Residência do Mercosul, que conferiu direitos de residência aos nacionais de países-membros do Mercosul, Bolívia e Chile no território brasileiro, com igualdade dos direitos civis e de tratamento com os nacionais, considerando a aplicação da legislação trabalhista, especialmente em matéria de remuneração, condições de trabalho e seguro social (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2021).

<sup>13</sup> Nova Lei de Migração brasileira, que orientada por uma perspectiva de direitos humanos, ampliou as oportunidades de acolhida dos imigrantes, em especial daqueles em situação de maior vulnerabilidade social. Cabe ressaltar que, na parte que determina os princípios que regem a referida lei (artigo 3.º), o parágrafo X menciona como diretriz a inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2021).

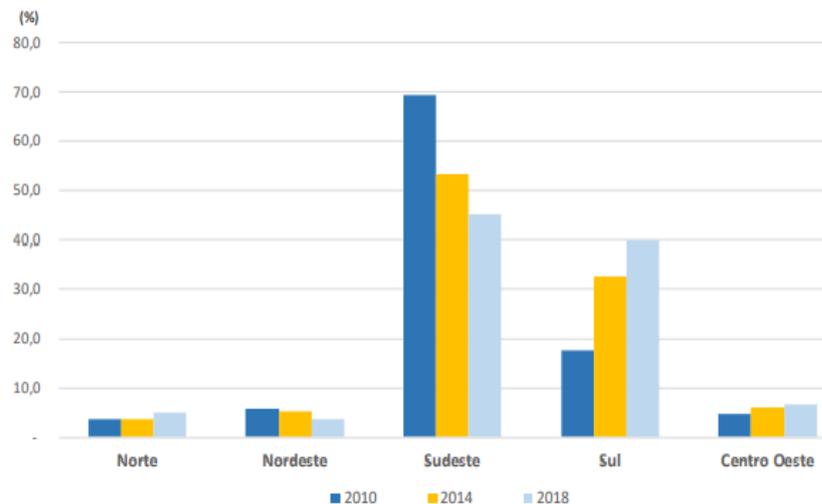
<sup>14</sup> A imigração de haitianos e venezuelanos é fruto da crise humanitária enfrentada nesses países. A imigração haitiana para o Brasil iniciou-se em 2010 quando o Haiti sofreu um terremoto devastador, um desastre ambiental que deixou milhares de haitianos em situação de vulnerabilidade econômica e social. Desde meados de 2013, a Venezuela vem enfrentando uma crise política, que resultou em crise econômica e humanitária; desde então, por volta do ano de 2014, o Brasil vivencia uma forte imigração de venezuelanos.

<sup>15</sup> Instituiu a concessão de visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas residentes na República do Haiti (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2021).

registro de maior diversidade de nacionalidade de imigrantes no país, o que contribuiu para o crescimento de trabalhadores imigrantes em outras regiões do país (SIMÕES *et al.*, 2019), conforme apresentado no gráfico (Figura 6) sobre a proporção de trabalhadores migrantes no Brasil Grandes Regiões – 2010/2014/2018.

Com exceção da região Sudeste e Nordeste, todas as outras apresentaram aumento do número de trabalhadores imigrantes. Todavia, chama a atenção, que, embora a região Sudeste não tenha apresentado crescimento nos anos analisados, diferentemente da região Sul que apresentou crescimento consecutivo, a região Sudeste ainda continua sendo, em números, a detentora da maior concentração de trabalhadores imigrantes no país.

Figura 6 – Gráfico representativo da proporção de trabalhadores migrantes no Brasil Grandes Regiões – 2010/2014/2018



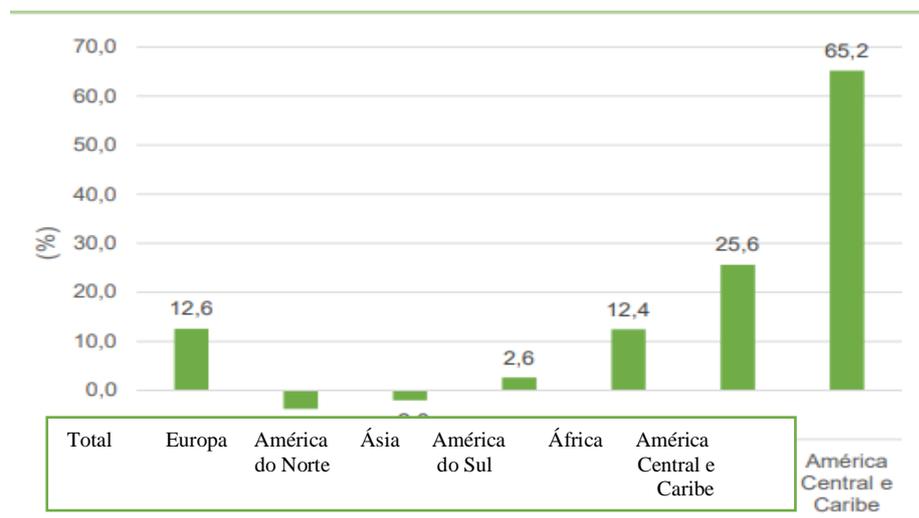
Fonte: Elaborado pelo OBmigra, com base em dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS – CTPS estoque, 2010-2018.

A inserção de outras nacionalidades de imigrantes no mercado de trabalho brasileiro contribuiu para desconcentrar esses grupos de imigrantes para outras regiões do Brasil, como no caso dos haitianos, que optaram por rota de destino a região Sul. Sobre os imigrantes haitianos, Sidney Silva (2017, p. 100) afirma que “num curto espaço de tempo, esses imigrantes se encontravam em todos os estados do Norte e Centro-Sul do Brasil, ou pelo menos por ali passaram, inserindo-se em diferentes atividades do mercado de trabalho”.

Essa maior dispersão dos trabalhadores imigrantes entre as regiões do país relaciona-se com as novas nacionalidades presentes nesses fluxos migratórios. A região Sudeste sempre concentrou a maior parte de trabalhadores imigrantes, com destaque para migrantes europeus e norte-americanos, na maioria, com boa qualificação acadêmica e profissional.

Todavia, nos últimos anos, esse grupo de imigrantes apresentou queda no cenário do mercado de trabalho formal brasileiro; já outras nacionalidades, em especial da América Central e Caribe, África e América do Sul, apresentaram aumento, conforme mostra gráfico referente a taxas médias anuais de crescimento do número de imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro, total e continentes – 2011 a 2020 (Figura 7).

Figura 7 – Taxas médias anuais de crescimento do número de imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro, total e continentes – 2011 a 2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, com base em dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2011-2020.

Os novos fluxos migratórios responsáveis pelo volume de imigrantes no mercado de trabalho formal partem de outros continentes. São imigrantes que apresentam características diferentes do grupo de imigrantes europeus e norte-americanos que refletem um padrão de imigração mais tradicional, com inserção mais qualificada no mercado de trabalho. Por possuírem maior escolaridade, buscam localidades com mais desenvolvimento, que tenham elevado conteúdo tecnológico e científico, assim como a existência de centros de ensino, pesquisa e gestão. Isso explica por que esses grupos de imigrantes se concentravam na região Sudeste. Por outro lado, os imigrantes com novas nacionalidades apresentam menor escolaridade e a inserção em postos de trabalho com menor exigência de qualificação (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2021).

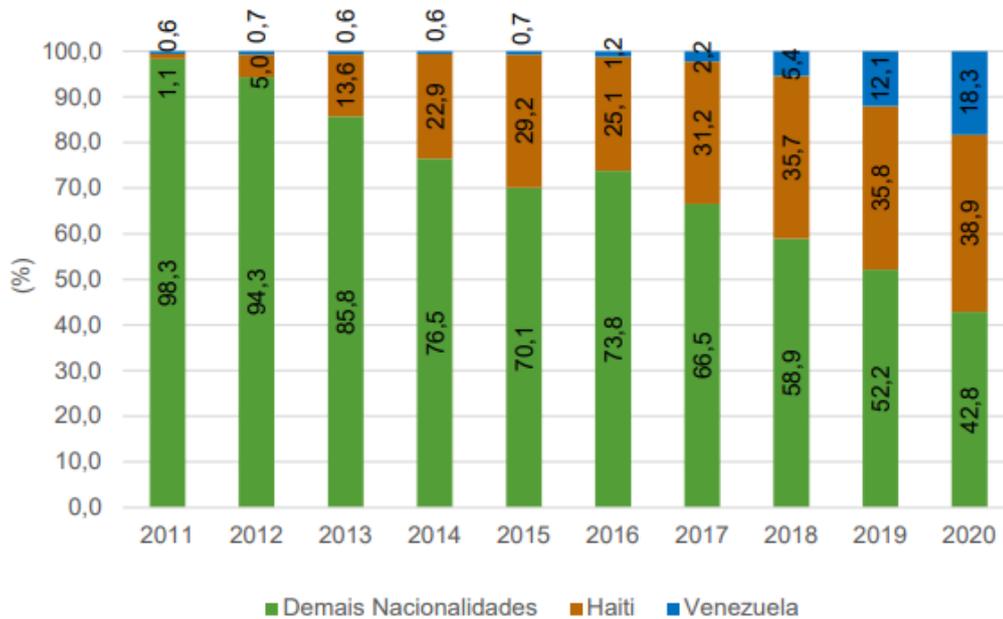
Além disso, é preciso considerar os motivos que impulsionaram a saída desses novos grupos de imigrantes do seu país e as condições como aqui chegaram, considerando também o cenário da economia causado pela pandemia, que restringiu alguns setores de atividade produtiva ao passo que aqueceu outros, por exemplo, da indústria de alimentação e demais

considerados essenciais, atraindo muitos desses imigrantes, principalmente haitianos e venezuelanos.

[...] parte do crescimento do número de trabalhadores destas duas nacionalidades pode estar relacionado à inserção dos mesmos em setores de atividades e ocupações que se beneficiaram das condições da economia mundial em 2020, como a cadeia do agronegócio, que tem absorvido especialmente os haitianos, mas também os trabalhadores venezuelanos. (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2021, p. 125).

Esse novo perfil de trabalhadores imigrantes ocasionou uma reconfiguração no mercado de trabalho, promovendo, como mencionado anteriormente (ver Figura 8), uma desconcentração da mão de obra imigrante entre as regiões e inserção em postos de trabalho diferentemente dos imigrantes mais tradicionais.

Figura 8 – Gráfico de distribuição percentual dos trabalhadores imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro, segundo nacionalidades selecionadas, 2011 a 2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, com base em dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2011-2020.

A crise humanitária que atingiu a Venezuela e Haiti é pontuada como um dos fatores que contribuíram para aumentar o número de trabalhadores imigrantes, pois como explicam Cavalcanti, Oliveira e Silva (2021, p. 125), esse período de 2011-2020 revela “queda do número de trabalhadores norte-americanos e europeus e crescimento do volume dos trabalhadores dos demais continentes, em especial da América Central e Caribe e da América do Sul, que tiveram

crescimento em torno de 30,0%”. Quando analisado especificamente o período de 2019 e 2020, os maiores responsáveis por esse crescimento de imigrantes no mercado de trabalho formal brasileiro são os haitianos e venezuelanos, conforme apresentado no gráfico a seguir sobre a distribuição percentual dos trabalhadores imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro, segundo nacionalidades selecionadas, 2011 a 2020.

O Prof. Dr. Sidney, ao analisar a inserção econômica desses imigrantes, faz lembrar a conjuntura que envolve a condição desse imigrante na categoria de trabalhador, seja no mercado formal, seja no informal; as condições de desvalorização da mão de obra imigrante predomina entre o grupo.

*No Brasil o que se vê em relação à inserção econômica de alguns grupos de imigrantes, como no caso de bolivianos em São Paulo, haitianos no Sul, colombianos, peruanos e agora de venezuelanos no Norte, é que ela tem sido de forma precária, via mercado de trabalho informal. Mesmo entre aqueles que têm carteira de trabalho assinada, há denúncias de péssimas condições de trabalho, direitos trabalhistas violados, salários não pagos, etc. (Informação verbal, 13 maio 2020).*

Isso porque os postos de trabalho para esses imigrantes são mais limitados e associados a vários fatores. Mesmo os que apresentam maior escolaridade e qualificação profissional, têm sua mão de obra subutilizada, não se trata apenas da limitação de postos de trabalho, mas do preconceito geográfico, racial e social.

Segundo o Relatório Anual do OBMigra (2020), entre 2010 e 2019, em relação à localização de residência desses imigrantes, as principais regiões a receber imigrantes de longo termo<sup>16</sup> foram: região Sudeste (276.761), correspondente a 44%, região Sul (142.2016), o que equivale a 22%, e região Norte (125.503), o que representa 20%, com registros concentrados nos estados de Roraima (84.785) e Amazonas (28.508). Contudo, os maiores números de registro de imigrantes de longo termo foram entre os nacionais da Venezuela (142.250), Paraguai (97.316), Bolívia (57.765) e Haiti (54.182), representando 53% do total de registros.

Em relação à inserção desses trabalhadores no mercado de trabalho formal, considerando especificamente a região Norte do Brasil, destaca-se o Amazonas como o principal concentrador de mão de obra imigrante no período analisado entre 2011-2020 (Tabela 2).

---

<sup>16</sup> Imigrantes que permanecem no país por um período superior.

Tabela 2 – Número absoluto e relativo de trabalhadores imigrantes na região Norte do Brasil, 2011/2015-2019/2020

	2011	2015	2019	2020
<b>Brasil</b>	62.423	127.879	147.673	181.384
<b>Norte</b>	2.690	3.781	8.502	10.749
<b>Acre</b>	179	209	149	202
<b>Amapá</b>	42	62	84	92
<b>Amazonas</b>	1.453	1.688	3.579	4.893
<b>Pará</b>	243	532	615	622
<b>Rondônia</b>	503	887	906	1.037
<b>Roraima</b>	72	228	2.579	3.733
<b>Tocantins</b>	98	175	176	170

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, com base nos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS - CTPS estoque, 2010-2020. Adaptação do autor.

Os números gerais do Brasil em termos de inserção de trabalhadores imigrantes são um reflexo do aumento desses imigrantes nas regiões do país. A região Norte apresentou aumento consecutivo de trabalhadores imigrantes no período analisado entre 2011-2020, com destaque para o ano de 2019 (8.502) e 2020 (10.749).

Em análise mais específica voltada para os estados da região Norte, percebe-se o mesmo cenário de crescimento, com destaque para o Amazonas e Roraima, mas o estado do Amazonas sobressai na contratação de trabalhadores imigrantes uma vez que, em 2020, registrou 4.893 trabalhadores imigrantes, o que representa mais de 45% dos trabalhadores imigrantes inseridos na região Norte.

Conforme anteriormente mencionado, o aumento dos trabalhadores imigrantes no período analisado, em parte, associa-se à crise humanitária que assolou o Haiti e a Venezuela. Durante esse processo do fluxo migratório, o Amazonas foi uma das principais rotas de imigração de haitianos e venezuelanos; muitos por aqui passaram com destino a outras regiões do país e outros optaram por permanecer na região.

Existe uma relação direta entre o aspecto econômico e geográfico que envolve o imigrante. Geralmente a concentração geográfica dos imigrantes está associada às potenciais oportunidades de se inserirem na economia, seja na formalidade, seja na informalidade. São atraídos pelas regiões onde visualizam maior oportunidade de inserção econômica e social.

Seja de maneira formal, seja informal, os imigrantes estão inseridos no mercado de trabalho, logo, de alguma forma, estão contribuindo para a economia do país. A esse respeito, o Prof. Dr. Luís Aragón pontuou:

*No mundo inteiro os imigrantes geram riqueza, impostos, e oferecem serviços pouco apreciados por nativos. Mesmo que a ênfase se faça nos encargos sociais assumidos pelo país hospedeiro e os choques culturais gerados, não se pode negar que a migração, ao longo prazo gera mais benefícios que malefícios. No Brasil, não é diferente, por exemplo, os trabalhadores bolivianos na indústria da confecção em São Paulo, sem contar a contribuições dos japoneses como seus descendentes na economia, cultura, ciência e política. (Informação verbal, 30 abr. 2020).*

Se, por um lado, os imigrantes geram alguns encargos para o país receptor, por outro lado, eles auxiliam na geração de divisas para esse país. Não se trata de fazer vista grossa aos problemas oriundos com os fluxos migratórios para o país receptor, principalmente quando se tem dificuldade em definir políticas migratórias para tratar a questão, mas é preciso considerar os benefícios oriundos dos imigrantes para o país hospedeiro, seja na economia mediante o trabalho, o empreendedorismo imigrante, seja por meio do multiculturalismo.

O que ficou em evidência na fala dos três entrevistados é que o imigrante faz parte da história da Amazônia com marcas no seu passado, no presente e com perspectivas. Com sua influência, sobretudo, nos aspectos econômicos, sociais e culturais, nas suas mais variadas formas de produção de vida, seja com práticas e habilidades comerciais, seja no paisagismo e organização de espaços territoriais de concentração de imigrantes; nos costumes culturais, que vão desde a língua, às músicas, à gastronomia, religião, etc.; e ao encontro do viver amazônico-brasileiro, transforma-se em uma grande miscigenação sociocultural e econômica, principalmente em espaços fronteiriços do país.

Ao olhar para a história da Amazônia, surge a figura do imigrante. Seja como figurante, seja como protagonista, ele vai deixando rastros na formação e ocupação da Amazônia. Contribui para a heterogeneidade da região, pois se a Amazônia, antes da presença do imigrante, já carregava os traços da diversidade, com a chegada do imigrante, pluralizou as questões étnicas, sociais, econômicas, culturais, porque, como argumenta Pizarro (2012, p. 25), “a Amazônia está longe de ser uma unidade homogênea”.

A Amazônia carrega em sua formação étnica, cultural, social, econômica, política e territorial heranças do processo de migrações que, ao longo da história amazônica, contribuíram para metamorfosear a região.

As demarcações territoriais e a formação de muitas cidades são marcas das estratégias políticas e econômicas do processo de colonização, expansão e povoamento da Amazônia. Suas marcas também se apresentam nos aspectos sociais, refletidas na demarcação, composição e distribuição populacional, contribuindo para a amplitude das questões étnicas e do pluralismo

cultural, relações construídas tendo como intermediadores o trabalho, a religião, a educação, as relações afetivas, a expressão cultural por meio da música, da pintura, da arte, entre outras formas de promoção das relações sociais. Nas influências econômicas, o imigrante contribuiu principalmente para a expansão comercial e a abertura de negócios. De fato, da agricultura ao comércio, os imigrantes contribuíram para o desenvolvimento da região.

Como protagonista ou figurante, mocinho ou vilão, o imigrante se faz presente na história da Amazônia. Não só na história, mas no presente, o fluxo de migrações para a Amazônia, seja como destino, seja como rota de migração, ainda ocorre e por onde passam deixam suas marcas na economia, no social, na cultura, no paisagismo do lugar. Assim, desconsiderar a migração nas relações estruturais de uma sociedade é ignorar parte da sua conjuntura social.

**CAPÍTULO 2**  
**MIGRAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA E O COMÉRCIO DE IMIGRANTES**  
**PERUANOS EM ÁREA FRONTEIRIÇA DO AMAZONAS, BRASIL**

*Sou imigrante, não me julgue*  
*Não me julgue por partir,*  
*Nem por aqui me abrigar,*  
*Tenho lutas, histórias e pertencimento,*  
*Eu sei o meu lugar,*  
*Para alguns intruso sou, para outros aproveitador,*  
*Mas há quem valorize o meu perfil empreendedor,*  
*As diferenças, elas existem,*  
*E não podem ser usadas para discriminar,*  
*E nem para escolher quem aqui deve ficar,*  
*Pois aqui quero lembrar,*  
*Que o respeito é uma regra universal,*  
*Que não se restringe a uma soberania nacional.*

Selomi Porto, 2022.

Os estudos sobre formação econômica de espaços urbanos e rurais, influenciados por migração transfronteiriça, requerem mais do que conhecimentos específicos das ciências sociais aplicadas como a Economia e Administração. É necessário, pois, abrir um diálogo com outras áreas do conhecimento que, de forma integrativa, contribuam para melhor compreender os elementos que tecem, formam e traduzem a dinâmica econômica da região, principalmente quando se trata de lugares situados em espaço fronteiro da Amazônia, como é o caso do município de Benjamin Constant, situado no estado do Amazonas, na região da Tríplice Fronteira Colômbia–Brasil–Peru. Trata-se de uma região de população miscigenada formada por brasileiros, colombianos e peruanos e, dentre estes, os indígenas de etnias diversificadas, com predominância para a etnia Ticuna.

Região rica em diversidade cultural, destaca-se pela forte interação sociocultural e econômica dos três países Colômbia–Brasil–Peru, em um compartilhamento e ao mesmo tempo disputa de espaço, fala, comida, músicas, trabalho, o que influencia no viver na tríplice fronteira.

O empreendedorismo em seus vários segmentos de negócios é uma marca da região, e nisso os peruanos se destacam pela expressividade de atividades comerciais geridas por imigrantes dessa nacionalidade em território brasileiro na tríplice fronteira. Com suas características, arraigadas em sua cultura, diferenciam-se dos demais empreendimentos locais, o que se pode perceber na forma de arquitetura dos estabelecimentos, tipo de produtos ofertados, método de trabalho e forma de abordagem ao cliente.

A tessitura teórica para tratar o tripé fronteira–migração–etnicidade assume o compromisso de considerar os grupos sociais, os comerciantes imigrantes peruanos, foco do nosso estudo, sob o olhar e pensar teórico crítico em um entendimento de atender com dois aspectos orientados por Márcia de Oliveira (2014, p. 25), a saber: o primeiro, de que os grupos sociais são constituídos “a partir de diferentes experiências culturais, religiosas e raciais”; segundo, “é preciso o máximo de cuidado na elaboração de análises e, principalmente, de conceitos, para não reproduzir os mecanismos dos dominadores e colonizadores”.

Este capítulo dedica-se a refletir sobre a migração de peruanos para o Brasil e sua inserção no comércio, com ênfase na região fronteira situada no norte do estado do Amazonas, a saber: a Tríplice Fronteira Colômbia–Brasil–Peru, com enfoque no município de Benjamin Constant, AM.

No primeiro momento, apresentamos uma tessitura teórica sobre a trilogia fronteira–migração–etnicidade em uma reflexão conceitual que serve de base para auxiliar no debate proposto neste trabalho. No segundo momento, pontuamos sobre os fluxos migratórios de peruanos com ênfase nas emigrações desde 1920 a 1992 (ALTAMIRANO RÚA, 2006) e sua imigração para o Brasil. No terceiro momento, fazemos uma análise das migrações transfronteiriças de peruanos na tríplice fronteira Colômbia–Brasil–Peru com atenção de análise para a expressiva presença e expansão do comércio peruano na região fronteira, com destaque para a cidade de Benjamin Constant, AM.

## **2.1 Reflexões teóricas da trilogia fronteira–migração–etnicidade**

A temática perquirida em nossa pesquisa, somada ao *loco* de sua realização, exige uma reflexão preliminar sobre a categoria fronteira. A fronteira é um tema carregado de sentidos que, em uma análise teórico-conceitual, transita em vários campos do conhecimento.

Maristela Ferrari (2014, p. 2) argumenta que “o termo tem sido empregado hoje em vários sentidos, que vão desde o limite entre dois países – talvez o de uso mais frequente – até em sentidos simbólicos ou figurados [...]”. Segundo Carla Águas (2013, p. 1): “é possível recorrer ao termo para tratar da divisão entre nações, da globalização, das identidades, da expansão agrícola e de muitos outros temas, a partir de diferentes ângulos, muitos deles contraditórios entre si.” Em harmonia com essas autoras, Flávio Silveira (2005, p. 20) considera o tema fronteira pluridimensional e híbrida, o qual escapa do domínio de uma única disciplina específica. Por isso, atribui à fronteira um caráter interdisciplinar, posto que esteja inserida em

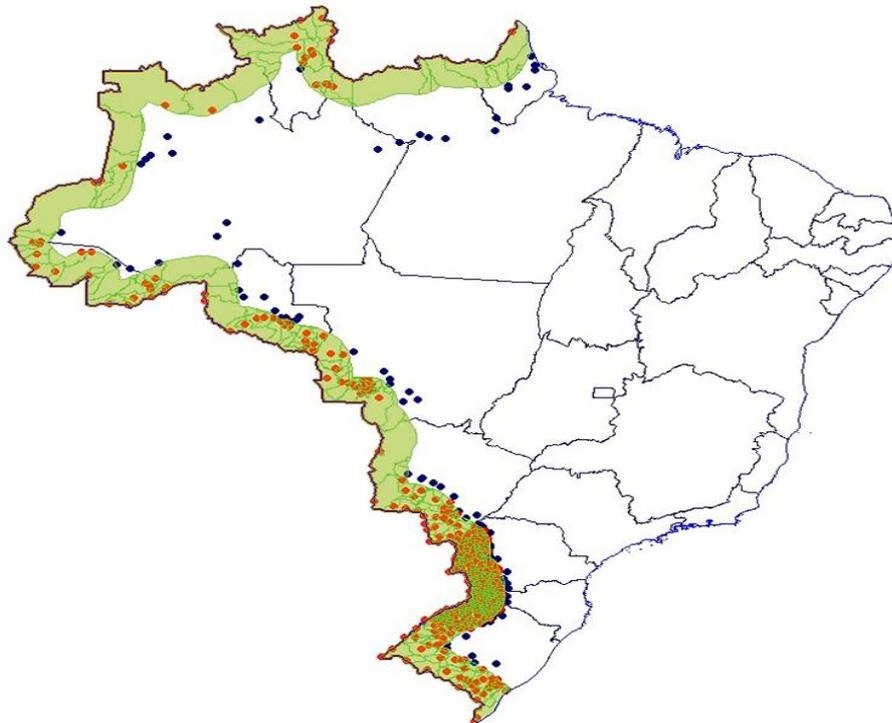
diversas áreas do saber, sendo alvo de análise teórico-conceitual e recebendo tratamento diversificado.

Por uma exigência da pesquisa, interessa-nos fazer a reflexão da fronteira tanto no campo físico, recorrendo à geografia em uma reflexão sobre zona de fronteira e limite fronteiro, quanto no campo do simbólico, com contribuição da antropologia e da sociologia, ampliando a discussão para o campo étnico, social, cultural e econômico.

O Brasil é um país que, atualmente, tem 588 municípios em faixa de fronteira. Correspondente a 16,6% do território brasileiro, essa faixa de fronteira tem 15,9 mil km de comprimento, 150 km de largura e área total de 1,4 milhão de km<sup>2</sup>, segundo informações divulgadas pelo IBGE (2019). Benjamin Constant, AM encontra-se entre os 588 municípios situados em faixa de fronteira.

A faixa de fronteira (Figura 9) de 150 km de largura, que separa o Brasil dos seus países vizinhos, é amparada pela Constituição Federal de 1988, que, no seu artigo 20, parágrafo 2.º, define que “a faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei” (BRASIL, 1988/2016).

Figura 9 – Municípios brasileiros situados em faixa de fronteiras



Fonte: IBGE, 2019.

Nesse primeiro momento a fronteira representa a delimitação de território como forma de estabelecimento da soberania do Estado-Nação. Quando se pensa na fronteira por esse viés, existe uma tendência para homogeneizar o entendimento de fronteira e limite. No entanto, autores como Machado (1998), Martin (1997) e Raffestin (1993) preocupam-se em fazer essa diferenciação. Existe um consenso entre esses autores em considerar o limite como uma forma de marcar território, para que o Estado exerça sua soberania na atuação e controle do território. Esse limite assume uma linha imaginária materializada apenas nos mapas cartográficos.

Já a fronteira, é considerada por esses autores como uma zona fronteira, representada por uma posição geográfica, que diferentemente do limite representado por uma linha imaginária que não é habitada, a fronteira é habitada, povoada e com variadas relações que ultrapassam os limites territoriais. Além disso, o limite é classificado como fator de separação, e a fronteira como fator de integração. Vejamos a análise sobre limite territorial na perspectiva de Maristela Ferrari (2014, p. 20):

Para o limite territorial define um campo de atuação social que instrumenta a atuação do poder, tanto para governar como para controlar ou para restringir determinadas ações sociais no espaço delimitado. Neste caso, o mapa é instrumento de apoio para estabelecer o limite, isto é, a delimitação se apoia antes de tudo na materialização cartográfica. Portanto, o limite não é visível fora do mapa, mas é justificado pelo marco de fronteira simbolizando a linha.

Maristela Ferrari (2014, p. 22) argumenta que, “enquanto o limite é criado pelo poder para controlar e regular atividade e interações, a fronteira pode ser concebida como espaço de construção social”. Essa concepção de fronteira apresentada pela autora mostra a necessidade de conceber a fronteira para além de seus traços físicos, incorporando nos estudos dos geógrafos traços sociais e culturais da fronteira. Para tanto, a geografia social e humana avança para estudos que deem conta de explicar as relações tecidas, formadas e organizadas nos espaços fronteiriços.

Para José de Souza Martins (2019, p. 11), “a fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica”. Em uma perspectiva da sociologia e antropologia, o autor expressa seu entendimento sobre fronteira.

Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, *fronteira do humano*. (MARTINS, 2019, p. 11, grifo do autor).

O humano assume o centro das discussões do autor que vê nas relações estabelecidas na fronteira a degradação do humano, isso porque, no entendimento do autor “a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora” (MARTINS, 2019, p. 11). O ponto de reflexão do autor parte de uma análise da apropriação do trabalho humano pelo capitalismo, principalmente nas fronteiras dos territórios do interior do Brasil onde as marcas da degradação do humano fazem parte das singularidades desses territórios.

É possível que essa degradação do humano na fronteira seja maximizada pelas diferenças sociais, econômicas, étnicas presente nas relações fronteiriças que acabam ocasionando o que Silveira (2005, p. 19) chama de permutas que denotam múltiplos sentidos, sendo:

[...] pontos de contato em que a troca pode ser favorável para ambos os lados da mesma; pontos de contato em que a ‘hibridização’ seja possível formando uma espécie de ‘terceiro incluído’, em que o fluxo seja vantajoso apenas para um dos lados com uma nítida desvantagem para o outro, ou ainda, pontos em que surjam focos de tensão e conflitos que podem estar marcados por tipos de intolerâncias que obstruam qualquer possibilidade de fluxo favorável entre as partes.

Considerando os múltiplos sentidos de fronteira, Carla Águas (2013) agrupa essas discussões em três modelos de análise – fronteira que separa, fronteira como frente e fronteira que une. No primeiro modelo, incorporam as abordagens que descrevem a fronteira como uma linha divisória que separa os vários espaços, seja no contexto físico relacionado com os limites territoriais, seja no simbólico no mapeamento das diferenças étnicas, culturais, sociais, políticas, econômicas, diferenciação de identidades.

No segundo modelo, fronteira como frente faz lembrar as fronteiras em movimento, as que apresentam possibilidades de avanço seja nas linhas físicas, seja simbólicas, trata-se de um movimento linear. O terceiro modelo de análise, fronteira que une, caracteriza-se como “um lugar de encontro e negociação”. Diferentemente dos outros modelos, não é linear nem avança, tem na fluidez sua principal característica, podendo surgir e desaparecer, assim como mudar de forma, portanto, suas relações são dinâmicas. A autora elucida que esses três modelos de análise não são excludentes uma vez que “num mesmo espaço-tempo, podem conviver diferentes formas de fronteira” (ÁGUAS, 2013, p. 13).

Nessa perspectiva a fronteira assume várias conjunturas, que vão do entendimento de barreiras quanto de interfaces. Essas interseções ocorrem entre os vários mundos da fronteira –

sociais, políticos, culturais, epistêmicos, econômicos, territoriais, étnicos, etc. (ÁGUAS, 2013, p. 2). Além disso, seja qual for o olhar e a concepção que se lança sobre a fronteira, as relações de poder estão presentes nessas interfaces influenciando a construção social desses espaços fronteiriços.

Isso nos leva a uma reflexão de que as fronteiras são lugares que apresentam singularidades de traços que as tornam uma “caixa de Pandora”, cheias de segredos e mistérios a serem desvendados. Lugar de afirmação e resistência, aceitação e exclusão, de troca de saberes, de busca de reconhecimento, de discursos plurais de atores que disputam e/ou compartilham espaço, tempo, identidade, cultura, enfim, suas vivências e experiências sob o grande guarda-chuva do pluralismo cultural, que torna essa região abundante em diversidade sociocultural.

Assim, considero a fronteira um lugar privilegiado para reflexões e investigação, pois, como bem explica Martins (2019, p. 10): “é na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem. É lá que melhor se veem quais são as concepções que asseguram esses processos e lhes dão sentido.”

É nessa perspectiva que apresentamos o espaço fronteiriço denominado de Tríplice Fronteira Colômbia–Brasil–Peru, onde o município de Benjamin Constant integra a zona de fronteira Brasil–Peru; em que as interações transfronteiriças, tendo como estimulador a migração entre os países e o deslocamento entre os povos que residem na região fronteiriça, fazem emergir as questões ligadas à etnicidade que refletem a forma de organização e interação desses grupos sociais fronteiriços, no caso da nossa pesquisa com foco nos imigrantes peruanos inseridos no ramo de negócios.

Hoje, os fluxos migratórios continuam sendo vistos como fortes influenciadores, provocando mudanças tanto nos lugares de partida quanto de destino. Cidades fronteiriças geralmente são eleitas como rota ou destino dos imigrantes. Esse é o caso da cidade fronteiriça de Benjamin Constant, que, nas últimas décadas, vem servindo de rota e destino de muitos imigrantes internacionais com destaque para os peruanos.

Além de o município contar com a presença permanente de imigrantes que se estabelecem na região estruturando-se com moradia, família, estudo, trabalho especialmente como autônomo “dono de empreendimentos”, existe um fluxo contínuo de estrangeiros, com finalidades específicas, que promovem o que caracterizamos em nosso trabalho de deslocamento transfronteiriço.

O termo deslocamento transfronteiriço utilizado aqui vem na mesma perspectiva de José Marcos da Cunha (2005, p. 6) ao considerar que os movimentos diários sem caráter permanente

não devem ser definidos como migração, “mas sim, genericamente, como um tipo de mobilidade populacional”. Segundo Moura, Castello Branco e Firkowski (2005, p. 124): “a migração envolve mudança de residência, os deslocamentos pendulares caracterizam-se por deslocamentos entre o município de residência e outros municípios, com finalidade específica.”

Luiz Antonio Farias (2012, p. 5) detalha melhor o que Moura, Castello Branco e Firkowski (2005) chamam de finalidades específicas, ao esclarecer “os diferentes significados das noções de migração (vinculada à mudança definitiva do município de residência) e pendularidade (expressando o deslocamento para fins diversos [trabalho, estudo, lazer, etc.] entre municípios, a partir de diferentes temporalidades e distâncias)”, sem a intenção de mudança permanente.

Os aspectos mencionados pelos autores são observáveis na região fronteiriça. Especificamente, considerando essa relação entre Brasil e Peru, podemos aferir, pela vivência na região, que o deslocamento de brasileiros para os municípios fronteiriços peruanos é motivado, especialmente, por questões comerciais; Por outro lado, além do aspecto econômico e laboral, os peruanos buscam no Brasil usufruir dos serviços públicos, principalmente relacionados com saúde, educação e benefícios sociais.

Márcia de Oliveira (2014) considera a livre circulação entre os países fronteiriços como um fator relevante para os estudos migratórios. Salienta que se trata de uma questão presente “nos itinerários migratórios e se inscreve no conjunto dos processos de mobilidade humana em âmbitos regional e internacional. No Amazonas, essa temática vem emergindo com certa intensidade devido à migração de trabalhadores peruanos para a Amazônia [...]” (OLIVEIRA, M., 2014, p. 32).

Essa dualidade de trânsito transfronteiriço presente na região *locus* da pesquisa respalda nossa preocupação em definir o uso do termo migração transfronteiriça e deslocamento transfronteiriço.

Gonçalves (2009), ao considerar a migração como um fenômeno social, diverso e complexo, reforça as contribuições de Márcia de Oliveira (2014) de que esses grupos sociais apresentam vivências múltiplas que os diferenciam tanto entre si como em relação a outros grupos. “Pois, embora os migrantes tenham experiências comuns [...] podem ser diferenciados pelo gênero, classe social, etnicidade, pela razão da migração, pela idade, pela forma de migração, pela natureza e influência na economia global” (GONÇALVES, 2009, p. 23).

As considerações dos autores supracitados contribuem diretamente para compreendermos fatos sociais que envolvem o grupo alvo de nossa pesquisa, uma vez que nessa

zona fronteiriça os imigrantes peruanos apresentam tanto diferenças entre si quanto em relação aos outros grupos nativos da região.

Para entender essas relações, é preciso traçar um diálogo entre a imigração e a etnicidade, com atenção para a formação dos grupos étnicos de estrangeiros que se aglomeram, em especial, nas atividades comerciais.

Aproximar o campo dos estudos de imigração à temática da etnicidade significa incorporar, às análises que operam com demografia, processos históricos mais amplos, transformações econômicas e políticas e descrições de costumes, outras que lidam com processos que não são mensuráveis e cujos resultados pouco se prestam à enumeração, isto é, cujo objeto é cambiante e sem contornos definidos, estando sujeito a reelaborações conforme as circunstâncias, mas que, mesmo assim, possui uma dimensão sincrônica. (WEBER, 2006, p. 237).

Nessa região fronteiriça, as questões étnicas permeiam os vários espaços da sociedade, inclusive os aspectos econômicos. Um estudo sobre análise econômica, que envolva imigrantes, sem considerar seus traços étnicos torna-se fragmentado.

Em diálogo com a etnicidade, buscamos traçar um caminho para entender melhor o imigrante e sua forma de integração e interação na inserção de espaço territorial, social, cultural e, principalmente, econômico, uma vez que, ao nosso primeiro olhar, o fator das oportunidades econômicas associado às relações étnicas é a porta para a inserção do imigrante em atividades comerciais em espaço brasileiro, com manutenção de suas práticas e costumes de natureza étnica refletidas em sua vivência social e cultural.

Segundo Manuela Cunha (1987, p. 244), “a etnicidade pode ser mais bem entendida, se vista como em situação, como uma forma de organização política”. A autora enfatiza que o ponto diferencial da etnicidade em relação a outros grupos está na forma como se demarca o grupo; no caso da etnicidade, “se invocam uma origem e uma cultura comum”. Nessa perspectiva a autora considera a cultura como algo constantemente reelaborado. Essa concepção da autora está em harmonia com a linha teórica de Roberto Cardoso Oliveira (2005, p. 17), que, ao discutir questões identitárias, atribui ao conceito de identidade uma relativa autonomia em relação à cultura. Embora considere essa autonomia da identidade, esclarece que isso não significa considerar a cultura em um “status de epifenômeno, sem qualquer influência na expressão da identidade étnica”, considerando que: “A variável cultural no seio das relações identitárias não pode, assim, deixar de ser considerada, especialmente quando nela estiverem expressos os valores tanto quanto os horizontes nativos de percepção dos agentes sociais na situação de contato interétnico e intercultural.” (OLIVEIRA, R., 2005, p. 17).

Queremos expor que é preciso tomar cuidado quando consideramos apenas os aspectos culturais para identificação de um grupo, uma vez que a cultura está sujeita a mudanças, a novas incorporações suscetíveis a fatores geográficos, interações sociais e vivências com outros grupos que podem influenciar suas práticas.

Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p. 141) entendem que “a etnicidade é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial, que classifica as pessoas em função de sua origem suposta que se acha validada na interação social de signos culturais socialmente diferenciados”. Os autores acrescentam que o estudo da etnicidade amplia as questões Nós/Eles; não se trata apenas de considerar as questões endógenas de um determinado grupo, mas sua interação com os outros grupos, pois o contexto externo influencia na identificação de um grupo étnico.

Roberto Oliveira (2000, p. 8) diz que o conceito de etnicidade tem alcançado ampla utilização no campo das ciências sociais modernas, “onde é definida como envolvendo relações entre coletividades interior de sociedade envolventes, dominantes, culturalmente hegemônicas e onde tais coletividades vivem a situação de minorias étnicas ou, ainda, de nacionalidade inseridas no espaço de um Estado-Nação”.

Na concepção desses autores, a etnicidade requer análise de aspectos como formação e interação social, política, origem étnica, cultura, diferenças étnicas, minorias étnicas, que contribuem para o entendimento da discussão do seu conceito. Esse entendimento contribui para ajudar a entender o contexto em que a economia étnica se apresenta.

Quando se consideram os diversos grupos sociais presentes na fronteira entre Brasil e Peru, são percebíveis as constantes interações e influências mútuas enlaçadas em uma mistura de percepções, julgamentos, aceitação, resistência, solidariedade, redes sociais, culturais e econômicas que ultrapassam os limites étnicos.

Os aspectos econômicos do município de Benjamin Constant estão direta e indiretamente ligados à questão da imigração e etnicidade. Assim, o debate teórico sobre imigração e etnicidade nos fornece base para entender melhor o contexto em que as atividades econômicas/comerciais realizadas pelos imigrantes peruanos empreendedores são formadas no município de Benjamin Constant. Dada a relevância que hoje o comércio imigrante vem assumindo no município, há de se concordar que, embora existam críticas ao comércio imigrante, não se pode ignorar sua contribuição já que “o empreendedorismo imigrante é uma mais-valia, não só pelo aproveitamento dos recursos e competências dos imigrantes, como também pelo dinamismo que cria na economia dos países de acolhimento” (IFDEP, 2015, p. 33).

## **2.2 Emigração e imigração peruana para o Brasil**

Segundo a agência de Promoção da Exportação e Turismo do Peru (Promperu), com sede em Lima, Peru, vinculado ao Ministério de Comércio Exterior e Turismo do Peru, o país apresenta uma população que ultrapassa os 31,5 milhões de habitantes distribuídos em seu extenso território com mais de 1,2 milhão de km<sup>2</sup>, abrangendo três regiões: Costa, Serra e Selva. Localizado na parte ocidental da América do Sul, faz fronteira com o Equador, Colômbia, Brasil, Bolívia e Chile (PROMPERU, 2019?).

Ainda de acordo com o Promperu, na última década, a economia do Peru registrou o maior crescimento na América Latina. O país é detentor das maiores reservas de prata do mundo e das maiores reservas de ouro, chumbo e zinco da América Latina. Também se destaca no manuseio de recursos marítimos e no desenvolvimento da agroindústria orientada para a exportação em destaque de produtos como aspargos, mirtilos, uvas de mesa, abacates, bananas orgânicas e a páprica. Associadas a isso, acrescenta em sua economia em território amazônico, as jazidas de petróleo e gás natural, assim como abundantes recursos florestais.

Outro aspecto que merece destaque é o fluxo migratório que o país vem vivenciando ao longo dos anos. O Peru encontra-se representado por seus emigrantes em quase todo o território internacional, tendo, ainda, os Estados Unidos como destino tradicional da maioria dos migrantes peruanos, assim como a Europa, em especial a Espanha e Itália. Todavia, com o crescimento da migração peruana, ampliaram-se as rotas de destino.

Para melhor reflexão sobre o processo de emigração do Peru, é preciso considerar os aspectos históricos, sociais, econômicos, culturais e políticos que influenciaram essa tendência da emigração peruana que se sustenta até os dias atuais. Altamirano Rúa (2006), partindo do perfil histórico da emigração nos últimos 85 anos, faz uma análise do processo de migração dividindo-o em 5 fases referentes ao período de 1920-1992 com enfoque na migração peruana.

### **Primeira Fase (1920-1950)**

Nessa primeira fase, poucos eram os registros de emigração no Peru, pois a migração era um privilégio de grupos seletos. Esses emigrantes geralmente pertenciam à grande oligarquia comercial, fundiária e industrial e tinham como principal destino a Europa Ocidental. Essas viagens eram longas e onerosas financeiramente, o que excluía a grande massa da população, sendo um privilégio da classe alta. Nesse período “viajar para a Europa era um sinônimo de prestígio e poder” (ALTAMIRANO RÚA, 2006, p. 114).

Convém lembrar que, naquele período de 1920-1950, o Peru se configurava como um país receptor de imigrantes; a partir de 1950, deixa de ser receptor de imigrantes e passa a ser um emissor de emigrantes (SALAH; VARGAS, 2009). Considerando os registros, essa tendência se sustenta até os dias de hoje.

### **Segunda Fase (1950-1970)**

Na segunda fase, a Europa Ocidental continua sendo o destino preferencial e de condições da classe alta do Peru. Todavia, os últimos anos da década de 1960 registrou uma abertura da emigração para a Europa em dois âmbitos: o primeiro da migração motivada pela busca de estudos na França, que passa a receber muitos estudantes; o segundo, na política de atração de imigrantes na Europa, visando à força de trabalho em razão da retomada da atividade econômica do país, o que estimulou a emigração de muitos profissionais e trabalhadores qualificados.

Nesse mesmo período, a emigração passa a ser vivenciada também pela classe média do Peru, representada por grupos de profissionais liberais, empresários de médio porte e estudantes para os Estados Unidos, que, por sua vez, desfrutava um crescimento no âmbito econômico e populacional, tornando-se um lugar também atrativo para os imigrantes.

Além da Europa e dos Estados Unidos, podemos mencionar a expansão da migração para outros destinos como Venezuela e Argentina. A primeira movida, preferencialmente, pela migração laboral e a segunda, pela migração educacional. Altamirano Rúa (2006, p. 116) explica que “nestas duas décadas vive-se a transição na migração transnacional: o Peru passa de um país de imigrantes para outro de emigrantes”.

### **Terceira Fase (década de 1970)**

Nessa década a emigração peruana continuou expandindo-se entre a classe média, inserindo nesse grupo alguns trabalhadores braçais, que tinham como principal destino os Estados Unidos, uma vez que, pelo seu crescimento econômico, o país aparentava na percepção dos emigrantes, oferecer maiores oportunidades de trabalho e vantagens econômicas. A emigração para os Estados Unidos era motivada por questões de trabalho.

Além dos Estados Unidos, o Canadá e a Austrália passaram a receber imigrantes, tornando-se a opção de destino de emigrantes peruanos em busca de trabalho. A Austrália abre suas portas para os peruanos, preferencialmente para as mulheres jovens, profissionais e

solteiras de classe média, pela necessidade de obter equilíbrio entre a população masculina e feminina, e assim aumentar sua população, visto que até a década de 1970, mesmo com a dimensão geográfica próxima à dos Estados Unidos, contava apenas com 13 milhões de habitantes (ALTAMIRANO RÚA, 2006).

Se, por um lado, os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália recebiam imigrantes principalmente para trabalhar, por outro lado, a Europa também continuou a receber imigrantes, todavia, descentralizando a emigração direcionada para outros países além da França, como Espanha, Inglaterra e Itália. Essa emigração não era trabalhista, mas educacional.

#### **Quarta Fase (1980-1992)**

Esse é o período em que houve um aumento do fluxo migratório. Esses novos fluxos migratórios passam a ser representados por quase todas as classes sociais, embora o crescimento maior tenha sido na classe média. Além disso, ampliam-se as opções de lugar de destino desses emigrantes para além daqueles tradicionalmente conhecidos.

Por exemplo, os demais estados dos Estados Unidos passam a ser rota dos emigrantes, e pela primeira vez, os países escandinavos passam a receber peruanos, sobretudo refugiados políticos e trabalhadores braçais, e a Europa continua recebendo a grande massa de estudantes.

Nesse período, igualmente, os países da América Central começam a receber peruanos, tanto trabalhadores qualificados quanto não qualificados, estes com o objetivo de ingressar nos Estados Unidos. O Canadá continuou a receber os trabalhadores emigrantes, e a partir da década de 1980, o Japão também abriu suas fronteiras, para receber força de trabalho de emigrantes, muitos desses sem qualificação profissional.

“Em menor número, os peruanos vão para outras regiões, como Caribe, Sul da Ásia, países árabes e Israel.” (ALTAMIRANO RÚA, 2006, p. 117). Nessa década de 1980, havia praticamente peruanos em todos os países. É uma década, inclusive, de intensa migração feminina peruana. Essas mulheres partiam das vilas rurais e de pequenas cidades da serra e do litoral do Peru.

#### **Quinta Fase (1992 – à atualidade)**

Nessa fase o Peru experimentava um processo de emigração em massa, com exceção dos pobres do campo e das cidades, e dos nativos da Amazônia. A emigração tornou-se uma realidade para todas as classes sociais.

Sobre a emigração e expansão da cultura peruana nos variados países, Altamirano Rúa (2006, p. 118) comenta que “o migrante peruano se converteu no promotor mais ativo da cultura peruana no exterior”, transportando em sua bagagem, valores culturais como a língua, a comida, a música, a arte, a dança para os países de destino, colocando a cultura peruana na esfera do processo de globalização.

A Tabela 3 apresenta dados sobre a emigração de peruanos no período de 1990-2019.

Tabela 3 – Número total de emigrantes peruanos no período de 1990-2019

<b>EMIGRANTES TOTAIS NO PERU</b>				
<b>Ano</b>	<b>Homens emigrantes</b>	<b>Mulheres emigrantes</b>	<b>Emigrantes totais</b>	<b>% Emigrantes</b>
2019	634.541	878.379	1.512.920	4,71%
2017	643.010	832.522	1.475.532	4,76%
2015	592.848	794.742	1.387.590	4,63%
2010	565.779	736.388	1.302.167	4,54%
2005	439.816	533.828	973.644	3,51%
2000	314.501	385.097	699.598	2,65%
1995	233.472	275.811	509.283	2,10%
1990	150.342	164.512	314.854	1,45%

Fonte: Peru (2019).

Os dados revelam que o processo de emigração do Peru cresceu ao longo dos anos, principalmente a partir da década de 1990. O início dos anos 1990 registra dois aspectos que merecem atenção especial. O primeiro aspecto é o expressivo aumento do número de emigrantes peruanos que segue em ascensão até a década atual. O segundo diz respeito à ampliação das opções de destino desses emigrantes, havendo dispersão para outros países.

Sobre esse primeiro aspecto do aumento de emigrantes nas décadas mais recentes (ver Tabela 3), Salah e Vargas (2009) chamam a atenção para o fato de que no mesmo ano de 2000, em que se registrou um crescimento econômico e melhorias nas cifras macroeconômicas, o Peru também registrou, de forma mais acentuada, um movimento migratório de saída de peruanos do país. Os autores, por meio de dados econômicos, ajudam-nos a entender o que ocasionou a intensificação do fluxo de emigração de peruanos mesmo diante de uma situação aparentemente favorável para a economia do país.

Entre os anos 2000 e 2007, o crescimento médio do PIB foi de 5,1%, a inflação média foi de 2,3% e a dívida do setor público foi reduzida de 45,7% do PIB no ano 2000 para 29,1% do PIB em 2007. No entanto, não foi possível reduzir significativamente o nível de pobreza e, em 2007, 39,3% da população encontravam-se nessa situação. Portanto, a desigualdade na distribuição da renda e a sua concentração em uma pequena porção da população refletem um dos principais problemas que afligem o Peru e representam fator determinante para a emigração de peruanos [...]. No entanto, o movimento da população, além de responder a fatores socioeconômicos, pode ser impulsionado pela falta de estabilidade ou a fragilidade dos regimes democráticos, a existência de conflitos armados internos, a incapacidade do sistema produtivo de absorver adequadamente a mão de obra disponível, entre outros. (SALAH; VARGAS, 2009, p. 69).

Com base na análise desses autores, a emigração peruana é impulsionada por fatores econômicos, sociais e políticos sentidos na desigualdade da distribuição da renda entre a população e regiões do país; com a incapacidade do sistema produtivo em absorver a mão de obra disponível, em um regime democrático fragmentado, marcado por crise política e lutas de classe. Tudo isso promove um cenário de instabilidade e fragilidade dos princípios democráticos e da atuação dos governos, que se mostravam incapazes de trazer segurança e bem-estar para o país, o que fez emergir, entre a maioria da população, a falta de confiança em relação à governabilidade. Além disso, os conflitos armados no país favoreceram o processo migratório.

É preciso considerar que o processo de emigração do Peru não foi influenciado apenas por causas internas do país em relação aos fatores econômicos, sociais e políticos, como apresentado por Salah e Vargas (2009), refletidos nas condições de governabilidade, instabilidade política e na falta de confiança no governo. Importantes também foram as causas externas, bem analisadas por Altamirano Rúa (2006), provenientes do mercado de trabalho global, das redes transnacionais, da revolução dos meios de comunicação e do problema do estancamento ou decréscimo da população nos outros países ricos.

Logo, quando se considera o processo de migração, faz-se necessário refletir o que Singer (1973, p. 40) nomeou de fatores de expulsão e de atração em que, na concepção do autor, “os fatores de expulsão definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e as áreas às quais se destinam”, tendo como principal fator motivacional de atração as oportunidades econômicas. Isso mostra que os fluxos migratórios são motivados tanto por fatores internos quanto externos, que envolvem vários aspectos relacionais que podem estar ligados a fatores econômicos, sociais, culturais, naturais, étnicos e políticos em esfera local e global.

Conforme mencionado anteriormente, o Peru não apenas se destacou de forma pontual nas quatro últimas décadas como um país emissor de emigrantes; ainda ampliou um aspecto da emigração peruana que se aplica também a outros países latino-americanos, ou seja, a migração transfronteiriça entre os países vizinhos.

Embora em pequena proporção, a emigração de nativos da Amazônia peruana vem ocorrendo nos últimos anos, principalmente para os países vizinhos, em particular para o Brasil (ALTAMIRANO RÚA, 2006). As migrações entre cidades fronteiriças de países vizinhos passaram a ser mais frequentes desde a década de 1990 por sua viabilidade associada ao baixo custo desse tipo de migração graças à proximidade e facilidade de acesso e mobilidade entre os países fronteiriços (RODRIGUES; VASCONCELOS, 2012).

Considerando esse contexto, conviria pontuar que a década de 1990 até os dias atuais revela a sustentação de uma tendência intensiva e expansiva da emigração peruana, uma vez que aumentou significativamente o número desses emigrantes, assim como a opção por países de destino, para além dos tradicionalmente elegidos, como os Estados Unidos e a Europa, que até hoje, em termos numéricos, ainda continuam sendo o destino preferencial.

Essa realidade da expansão da migração peruana para outros países e continentes pode ser observada na Tabela 4, que mostra o destino dos emigrantes peruanos com base no ano de 2019. Conforme podemos observar, encontram-se peruanos nos mais diversos lugares da Terra. Esses dados corroboram para melhor entendimento da extensão do direcionamento dos fluxos migratórios do Peru, inclusive entre países fronteiriços latino-americanos, pois dentre os 10 países que se apresentam como destinos preferenciais dos emigrantes peruanos, quatro são países da América Latina, entre eles, o Brasil.

Tabela 4 – Migrantes do Peru de acordo com o país de destino (2019)

<b>MIGRANTES DO PERU DE ACORDO COM O PAÍS DE DESTINO (2019)</b>	
<b>Países</b>	<b>Emigrantes totais</b>
Estados Unidos	525.527
Chile	205.609
Argentina	198.744
Espanha	193.786
Itália	117.189
Japão	50.065
Venezuela	46.044
Canadá	31.540
Brasil	20.194
Alemanha	17.169
China	14.211
Equador	13.492
França	12.862
Austrália	12.473
Bolívia	12.317
Suíça	10.393
Suécia	7.996
Reino Unido	7.985
Colômbia	5.391
México	4.948
Panamá	4.568
Países Baixos	4.479
Bélgica	3.894
Costa Rica	3.838
Israel	2.372
Áustria	1.992
Noruega	1.701
República Dominicana	1.475
Dinamarca	1.240
Finlândia	725

Fonte: Peru (2019).

Ressalta-se a contribuição dos acordos para a formação do Mercosul<sup>17</sup> e da Comunidade Andina (2020),<sup>18</sup> o que favoreceu a intensificação das migrações entre os países fronteiriços (RODRIGUES; VASCONCELOS, 2012).

Tomando como referência o Brasil, Alberto Jakob (2011) destaca-o como um dos países que, ao longo dos anos, se tem configurado como destino importante para muitos imigrantes. A situação econômica dos países influencia diretamente nessa escolha, pois, ainda que muitos países se encontrem em crise, se algum apresenta uma situação econômica melhor do que outros, torna-se uma alternativa de destino. Na verdade, todo país em situação de desenvolvimento torna-se uma espécie de chamariz para atrair imigrantes; ao mesmo tempo, as questões socioeconômicas locais de alguns países podem provocar esse processo migratório; no caso específico, citam-se os países de fronteira com o Brasil servindo de estímulo para a migração internacional.

Para “além dos deslocamentos de curta distância nas áreas de fronteira internacional, observou-se a chegada de estrangeiros em várias partes do território” (JAKOB, 2011, p. 93). Alessandra Santos (2012, p. 63) diz que é possível inferir que o “processo histórico de ocupação humana da região amazônica teve influência das migrações, principalmente as transfronteiriças, uma vez que a região faz fronteira com vários países”.

O estudo realizado por Jakob (2011), *A migração internacional na Amazônia brasileira*, revela que migrantes são provenientes de países que fazem fronteira com a Amazônia, como Peru, Bolívia, Colômbia e Paraguai, baseado no *Censo demográfico de 2000* e na Contagem da

---

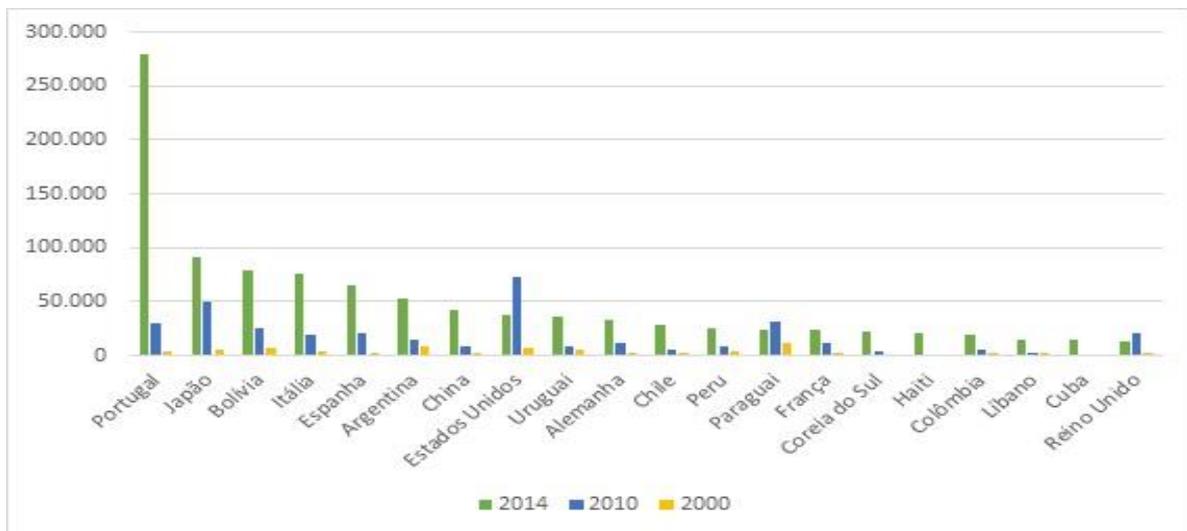
<sup>17</sup> “O Mercado Comum do Sul, conhecido pela sigla Mercosul, é um bloco econômico regional, criado em 26 de março de 1991, por decisão política das repúblicas do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, com a assinatura do Tratado de Assunção, e estruturado institucionalmente em dezembro de 1994, com o Tratado de Ouro Preto. O objetivo de sua criação foi a construção de um mercado comum de livre comércio na América do Sul. Bolívia e Chile detêm a condição de associados ao bloco desde 1998. Já a Venezuela, tornou-se membro associado em 2004 e passou a ser reconhecida como membro pleno do Mercosul em 2005 – o que lhe dá direito a participar de todas as reuniões do bloco, sem, no entanto, ter direito a voto, por não integrar o projeto de união aduaneira (tarifas externas comuns) do qual participam os países fundadores. O processo de integração econômica do Mercosul caracteriza-se por um conjunto de medidas econômicas, que têm por objetivo promover a aproximação e a união entre as economias de dois ou mais países. A profundidade dos vínculos que se criam entre as economias dos países-membros permite que se projetem etapas do seu desenvolvimento. O mercado comum, quarto estágio de um processo de integração regional econômica, e adotado para o modelo sul-americano, permite a livre circulação de mercadorias e requer a circulação de serviços e fatores de produção, ou seja, de capitais e pessoas. Assim, todos os países-membros de um mercado comum devem seguir os mesmos parâmetros para fixar a política monetária, a política cambial e a política fiscal (tributação e controle de gastos do estado).” Texto extraído do site da Agência Senado (BRASIL, 2007, n. p.).

<sup>18</sup> “A Comunidade Andina é um bloco econômico que foi criado em 1969 pelo Acordo de Cartagena, com o nome de Pacto Andino. Em 1996, os países membros definiram reformas na organização do bloco, e, no ano seguinte, passaram a atuar com a nomenclatura de Comunidade Andina. Os atuais países membros da Comunidade Andina são: Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. A sede do bloco localiza-se na cidade de Lima, capital do Peru. O Chile integrou o bloco entre os anos de 1969-1976, e a Venezuela foi país membro entre os anos de 1973-2006. Atualmente as nações associadas à Comunidade Andina são: Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. O México e o Panamá são países observadores do bloco.” (FRANCISCO, c2022, n. p.).

População de 2007. Apresenta os municípios de destino na Amazônia segundo os principais países de origem dos migrantes, identificando que o destino da maioria dos estrangeiros peruanos é o estado do Amazonas, com preferência para a capital Manaus, e dentre os municípios do interior do Amazonas, destacam-se o município de Tabatinga e de Benjamin Constant.

Em uma reflexão nacional, observa-se que, atualmente, o Brasil se encontra na arena geopolítica dos países receptores de fluxo migratório, recebendo imigrantes de distintos lugares do mundo. O gráfico a seguir apresenta a variação de imigrantes de acordo com o país de origem entre os anos 2000, 2010 e 2014, apresentando os 20 países que enviaram maior número de imigrantes para o Brasil (Figura 10).

Figura 10 – Gráfico da variação de imigrantes no Brasil de acordo com o país de origem, 2014, 2010 e 2000



Fonte: IBGE. Dados compilados e tabulados por Uebel e Rückert (2017).

O Peru se apresenta entre as 20 nacionalidades com representação numérica de imigrantes no Brasil. Esses dados revelam que a população de imigrantes em território brasileiro é formada por várias nacionalidades e os fatores que estimulam esses fluxos migratórios variam de acordo com os grupos de imigrantes. É o que explicam Uebel e Ruckert (2017) em seu estudo sobre os aspectos gerais da dinâmica migratória no Brasil no século XXI.

Esses autores pontuam a crise econômica e social de 2008 que afetou de forma mais aguda os Estados Unidos e o Japão, e em 2009, passou a atingir a União Europeia (UE) como fator estimulante da imigração para o Brasil. Isso porque, enquanto o mercado internacional passava por declínio econômico com ondas de desemprego em massa, o Brasil desfrutava um

cenário de crescimento econômico e de expansão da indústria de petróleo, gás e do uso da alta tecnologia.

Esse cenário brasileiro abriu oportunidades no mercado de trabalho principalmente para esses setores em expansão que necessitavam de qualificação profissional e mão de obra especializada. Se, por um lado, existia no Brasil a ausência e exigência de profissionais que atendessem à necessidade do mercado brasileiro, por outro lado, nos países europeus, norte-americanos e asiáticos, desfrutava-se o excesso de mão de obra qualificada e especializada, porque muitos desses profissionais se encontravam desempregados em consequência da crise que assolava o país de cada um. Assim, o Brasil tornou-se um chamariz para esses grupos de imigrantes conhecidos tradicionalmente como detentores de qualificação profissional.

Fatores ligados ao mercado internacional e interno do Brasil contribuíram para a atração de muitos imigrantes para o País, fugindo da crise econômica do seu país de origem e encontrando a oportunidade do mercado de trabalho no país receptor. Esse cenário, segundo Uebel e Ruchert (2017, p. 7), explica o expressivo aumento do número de imigrantes “portugueses, japoneses, italianos, norte-americanos, britânicos, alemães e de outras nacionalidades reconhecidamente formadoras de mão de obra qualificada e que sofreram com a crise econômica no período analisado, gerando desemprego em seus países”.

Outro grupo de imigrantes destacado por Uebel e Ruchert (2017) são os de países vizinhos do Brasil; nessa lista estão Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru e Uruguai:

[...] que caracterizam a coletividade de cidadãos de países que buscam no Brasil, um *middle* ou *regional power*, de acordo com a literatura de Relações Internacionais, melhores condições sociolaborais que não encontram em seus países de origem, mesclados por oportunidades laborais qualificadas. (UEBEL; RUCKERT, 2017, p. 7).

Todavia, esses fluxos de imigração dos países vizinhos para o Brasil ligam-se a diferentes motivações, podendo ser de ordem econômica, social, política, cultural, diferenciando até mesmo na forma de inserção no mercado de trabalho no país hospedeiro.

Algumas nacionalidades encontram maior abertura para se inserirem no mercado de trabalho onde demanda maior qualificação profissional. Outras migram para setores onde exigem menor qualificação profissional sujeitando, inclusive, a condições de trabalho precário. Esse processo de imigração dos países vizinhos para o Brasil que apresentam semelhanças e peculiaridades ao mesmo tempo é chamado por Uebel e Rickert (2017, p. 7) de “diversificação das mobilidades”, em razão das diferenças no perfil desses imigrantes, podendo variar desde os

motivos de partida quanto à sua forma de inserção no país receptor, mesmo que, em um olhar holístico, a questão oportunidade de trabalho sobressaia em todos esses grupos.

Outro grupo que se encontra entre os 20 países que mais migraram para o Brasil é o do Haiti. Diferentemente dos outros grupos aqui analisados, que migraram movidos principalmente por questões de ordem econômica e laborais, o Haiti teve como motivação a instabilidade no cenário político, social, econômico e natural. O Haiti já vivenciava uma guerra civil e, em 2010, o desastre natural contribuiu para agravar a instabilidade do país. O resultado foi uma crise humanitária, tendo como fio condutor, o desastre natural, o declínio da economia e os conflitos políticos que deixaram o país em um verdadeiro colapso. Esses fatores contribuíram para o fluxo de emigração do país em busca de oportunidade de melhoria da condição de vida.

Para os grupos de imigrantes haitianos, o Brasil tornou-se opção tanto de rota para chegar a outros países quanto de destino para recomeçar a vida. Um dos motivos que tornaram o Brasil atrativo para esses imigrantes foi a política externa brasileira de abertura aos refugiados haitianos após o terremoto de 2010. Esse posicionamento político do Brasil possibilitou aos haitianos maior facilidade para adquirir visto e documentação para trabalhar. Além disso, muitos haitianos viam o Brasil como destino intermediário para chegar, principalmente, aos países norte-americanos.

O que se observa é que, mesmo nos anos seguintes após o período analisado, 2000-2010-2014, o Brasil continua na rota de destino dos imigrantes. Não se observou retrocesso nesse quesito da imigração, mas a intensificação de grupos de imigrantes no Brasil conforme relatório do OBMigra (2020), que apresenta dados do número de registro de imigrantes de longo termo/residente, por ano de entrada, segundo principais países, referente ao período de 2010-2019. Na Tabela 5, podemos também observar a migração transfronteiriça dos países vizinhos para o Brasil.

Os dados que sintetizam os principais grupos imigratórios na composição populacional do Brasil revelam que o Peru está entre as dez nacionalidades com registro de imigrantes de longo termo/residentes no Brasil. Mesmo em comparação com outras nacionalidades que apresentaram maior expressão numérica de imigrantes no Brasil, por exemplo, Venezuela, Haiti, Paraguai, Bolívia e Argentina, esses números representam apenas imigrantes regulares registrados legalmente que residem no país; não contabilizam os que vivem de forma clandestina. Nesse processo os países vizinhos da América Latina têm contribuído para maximizar o número de imigrantes no país.

Tabela 5 – Número de registro de imigrantes de longo termo/residente, por ano de entrada, segundo principais países, 2010-2019

<b>Número de registro de imigrantes de longo termo/residente, por ano de entrada, segundo principais países, 2010-2019</b>										
<b>País de nascimento</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
<b>Total</b>	17.188	25.950	34.409	64.061	75.412	73.328	70.363	74.552	108.049	117.037
<b>Argentina</b>	1.222	1.467	1.910	2.615	3.680	3.560	3.766	3.318	1.885	981
<b>Bolívia</b>	4.493	6.645	6.227	7.156	4.955	5.223	4.925	5.739	7.741	4.661
<b>China</b>	523	794	1.642	3.906	4.382	5.379	6.028	5.405	2.015	1.318
<b>Colômbia</b>	1.142	1.286	1.815	2.252	2.779	2.718	2.464	4.631	8.050	5.419
<b>Haiti</b>	483	797	1.940	2.473	3.212	4.248	2.779	5.528	16.943	15.679
<b>Paraguai</b>	326	2.683	4.419	14.493	20.322	19.677	20.988	10.788	1.881	2.029
<b>Peru</b>	<b>969</b>	<b>1.785</b>	<b>1.859</b>	<b>2.590</b>	<b>3.013</b>	<b>2.916</b>	<b>2.332</b>	<b>2.556</b>	<b>2.415</b>	<b>1.817</b>
<b>Senegal</b>	27	63	232	1.193	1.930	2.819	317	607	351	291
<b>Uruguai</b>	530	616	725	1.043	1.302	1.703	1.759	2.034	4.346	3.109
<b>Venezuela</b>	197	220	263	383	701	1.297	3.943	15.326	49.267	70.653
<b>Outros países</b>	7.276	9.594	13.377	25.957	29.326	23.788	21.062	18.620	13.155	11.080

Fonte: OBMigra com base em dados da Polícia Federal, Sistema de Registro Nacional Migratório (Sismigra), 2020. Adaptado pelo autor.

Dois grupos aqui merecem atenção. No Haiti, que seguiu com crescimento do número de imigrantes no país, o número representa os que permaneceram no Brasil; e o grupo dos venezuelanos que, em razão da crise política e econômica que levou o país à instabilidade governamental, perseguição política, colapso da economia, desemprego em massa e miséria, resultando em uma crise humanitária. Isso explica os 70.653 registros apenas no ano de 2019 de venezuelanos considerados imigrantes de longo termo/residentes no Brasil.

Em uma reflexão em termos nacionais e internacionais, observa-se que o Brasil atualmente se encontra na arena geopolítica dos países receptores de fluxo migratório atraindo várias nacionalidades.

## **2.3 Migração e comércio de imigrantes peruanos na Tríplice Fronteira Colômbia–Brasil–Peru**

### 2.3.1 Vivência na Tríplice Fronteira Colômbia–Brasil–Peru

A Tríplice Fronteira Colômbia, Brasil e Peru é, por assim dizer, uma fronteira “sem fronteira”, onde as relações e influências se misturam a ponto de se ter dificuldade em encontrar seus limites fronteiriços. É um espaço de encontro de diferentes línguas faladas no mesmo território, em que o português, o espanhol e a língua indígena<sup>19</sup> enobrecem a riqueza cultural promovendo falas próprias, fruto desse contato. As línguas ultrapassam as fronteiras geográficas, culturais, sociais e econômicas.

Lugar onde há circulação de três moedas, com predominância do real (moeda brasileira), o peso (moeda colombiana) e em menor expressão, o soles (moeda peruana). O sabor peruano e colombiano encontra-se com o sabor brasileiro na mesma refeição. As nacionalidades se misturam gerando a dupla nacionalidade, a depender de suas relações conjugais e de suas conquistas por nacionalidade. Muitos filhos de peruanos que moram no município de Islândia, Peru, estudam no Brasil e fazem a travessia fluvial todos os dias para o município de Benjamin Constant, Brasil. Outros imigrantes que moram em Tabatinga, Brasil, mantêm seus estudos na Colômbia, na cidade de Letícia, de forma muito mais facilitada pelo acesso terrestre. Assim, as migrações e os deslocamentos fronteiriços são frequentes nessa área de fronteira.

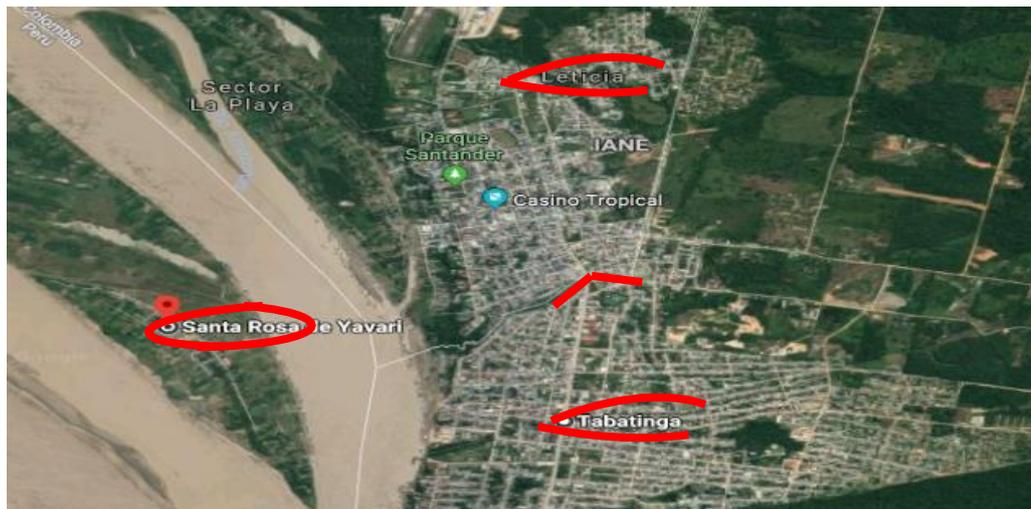
Essa interação fronteiriça que vai além das relações culturais, sociais e comerciais é possível pelo favorecimento geográfico que possibilita fácil acesso de mobilidade entre os três países. Um dado significativo que deve ser lembrado nessas discussões é o tema da imigração. Gonçalves (2009) reforça que o processo de migração surge ao longo da história da humanidade e se caracteriza como um fenômeno social, diverso e complexo, isso porque “embora os migrantes tenham experiências comuns [...] podem ser diferenciados pelo gênero, classe social, etnicidade, pela razão da migração, pela idade, pela forma de migração, pela natureza e influência na economia global” (GONÇALVES, 2009, p. 23).

---

<sup>19</sup> A Tríplice Fronteira Brasil–Colômbia–Peru agrega em seu espaço territorial várias etnias indígenas que fazem uso da língua indígena; em especial, na região fronteiriça do Alto Solimões, a predominância é a língua ticuna.

Geograficamente, a Tríplice Fronteira Colômbia–Brasil–Peru situa-se na Amazônia, região sul-americana compartilhada. No Brasil, encontra-se situada no extremo oeste do estado, na região do Alto Solimões. Por parte da Colômbia, é representada pelo Departamento colombiano do Amazonas, quanto ao Peru, faz parte do Departamento de Loreto. Os municípios mais próximos, que possibilitam fácil acesso entre os países são: Letícia na Colômbia; Islândia e Santa Rosa no Peru; Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Tabatinga no Brasil (Figura 11).

Figura 11 – Tríplice fronteira representada por Tabatinga–Brasil, Letícia–Colômbia e Santa Rosa–Peru



Fonte: Google maps.

Tabatinga é um município do estado do Amazonas com população de 52.272 habitantes de acordo com o último censo de 2010, com população estimada em 68.502 pessoas em 2021 conforme o IBGE (2022), distante a 1.105 km em linha reta da capital do estado, Manaus, e a 1.607 km em via fluvial. O acesso ao município é possível por meio do transporte aéreo e fluvial, uma vez que não há estrada de acesso a Manaus e demais municípios do estado. O transporte principal de pessoas e mercadorias é o fluvial.

Localiza-se estrategicamente na tríplice fronteira, faz fronteira com a Colômbia pela cidade de Letícia, interligadas por via fluvial e terrestre, chamadas cidades gêmeas. Com o Peru, Tabatinga faz fronteira fluvial com o município de Santa Rosa/Peru, localizada à vista frontal de Tabatinga. Mais do que aspectos culturais, os três municípios compartilham as águas do rio Solimões, Amazonas, o ar da vegetação amazônica, o céu azul e instável da tríplice fronteira.

As linhas divisórias que separam Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia) não impedem as relações, influências e mobilidades fronteiriças; semelhantemente, as águas que separam Tabatinga (Brasil) de Santa Rosa (Peru) não são empecilhos para que os contatos culturais, sociais e comerciais se façam entre os municípios fronteiriços (Figura 12).

Figura 12 – Municípios fronteiriços Benjamin Constant–Brasil e Islândia–Peru



Fonte: Google maps.

Benjamin Constant situa-se na Mesorregião do Sudoeste Amazonense e Microrregião do Alto Solimões em faixa considerada fronteiriça. Trata-se de um município com presença marcante de estrangeiros dos países vizinhos, com predominância de peruanos. De acordo com o último censo de 2010, o município tinha 33.411 habitantes, com população estimada em 44.873 em 2021 segundo o IBGE (2022).

Tem-se acesso a esses municípios unicamente por transporte fluvial, com exceção do município de Atalaia do Norte, cujo acesso é feito pela BR-307. Há frequente mobilidade de pessoas e mercadorias entre os municípios brasileiros de Benjamin Constant e Tabatinga, assim como entre Benjamin Constant e Islândia, município peruano. Em Islândia, vivem aproximadamente 3 mil peruanos, município com uma arquitetura diferenciada, pois toda a cidade é suspensa por pontes em razão dos períodos de enchente do rio que deixam a localidade totalmente inundada. A principal relação de Benjamin Constant com esse município peruano é mantida principalmente em virtude de questões comerciais.

Os aspectos culturais de influência fronteiriça sobressaem ficando em evidência para quem chega a esses municípios. A culinária peruana é um dos principais traços da região, que obtém a receptividade dos brasileiros, tornando-se uma das principais opções em seu cardápio alimentar. Em ambos os municípios – Benjamin Constant e Tabatinga –, encontram-se restaurantes e demais pontos de venda de comida peruana. Os tipos de comida peruana mais procurados e conhecidos na região são: o ceviche, lomo saltado, chicharrón, fani, patacón,

tacachi. Além da adesão ao cardápio peruano, os brasileiros fazem uso de ingredientes culinários estrangeiros em receitas brasileiras e de outros produtos tanto colombianos quanto peruanos consumidos no cotidiano.

A presença estrangeira também se manifesta nas músicas colombianas e peruanas ouvidas pelos brasileiros, inseridas na lista de músicas que compõem os repertórios ouvidos no dia a dia, em festa de aniversários, confraternizações familiares, festas de balada e nas ondas sonoras das emissoras de rádios locais. O ouvir e o contato com os países vizinhos promove uma interação frequente de língua espanhola e portuguesa na região, assim como vícios de linguagem, fruto desse contato, o que tem despertado o interesse de estudos de alguns pesquisadores locais da área linguística.

A lista de procura por produtos peruanos e colombianos é grande pelos brasileiros locais e turistas, por exemplo, os perfumes. As linhas de perfumaria e cosmético dos países vizinhos têm conquistado o olfato e aprovação dos brasileiros, assim, o mercado de comercialização de tais produtos, seja por meio da compra direta no estabelecimento, seja por meio de catálogo de revistas peruanas e colombianas tem sido muito frequente nesses municípios. Ainda é possível citar as linhas de vestuário, de joias, relógios e eletrodomésticos que também fazem parte das opções de compra dos brasileiros.

Esse contexto de interações socioculturais e econômicas existentes na tríplice fronteira Brasil–Colômbia–Peru aponta para uma nova realidade territorial, que, segundo Gonçalves (2009, p. 18) “propicia o aparecimento de comunidades transnacionais que conseguem gerir a pertença a espaços sociais diferentes, criando elos inter econômicos, interculturais e outros”.

A migração transfronteiriça de imigrantes peruanos para o Brasil tem acarretado uma aglomeração de peruanos em atividades comerciais como estratégia para conseguir ocupação e renda, sendo empreendedores em terra estrangeira.

### 2.3.2 O comércio peruano na Tríplice Fronteira Colômbia–Brasil–Peru

O comércio peruano é tão expressivo que passa a configurar-se como umas das principais características da Tríplice Fronteira Colômbia–Brasil–Peru. Parte dos produtos comercializados pelos estrangeiros advém do país de origem, geralmente são embarcados no porto de Iquitos, Peru, com desembarque em Santa Rosa, Peru, que faz fronteira fluvial com Tabatinga, AM, e em Islândia, município peruano que faz divisa com Benjamin Constant, AM.

Iquitos, Peru, capital da Amazônia peruana, tem aproximadamente 465 mil habitantes. É também conhecida por ser uma cidade de maior número de habitantes que não tem alternativa

de acesso por rota terrestre, uma vez que não possui estrada de acesso. Assim, o transporte de pessoas e de mercadorias com desembarque em Santa Rosa, Peru e Islândia, Peru, com destino aos respectivos municípios brasileiros Tabatinga e Benjamin Constant, é feito por meio de transporte fluvial (Figura 13). A distância entre Iquitos e Tabatinga é de 371 km e de 375 km para Benjamin Constant.

Figura 13 – Navio/barco peruano para transporte de mercadorias e pessoas de Iquitos, Peru, aos municípios peruanos da tríplice fronteira que servem de porta de acesso a Benjamin Constant e Tabatinga



O autor, 2018.

A duração da viagem depende do tipo de embarcação, que varia de 12 horas de viagem quando a opção for Lancha/Expresso ou de 4 dias em Navio/Barco. Em relação às mercadorias, a opção mais conveniente, pelo preço de transporte e acomodação para maior quantidade de produtos, é o Navio/Barco.

Em ambos os municípios brasileiros, tanto em Benjamin Constant quanto em Tabatinga, é possível observar o comércio peruano em vários pontos da cidade, todavia existe um aglomerado de empreendimentos peruanos em locais estratégicos próximos ao porto da cidade. Esse aglomerado de empreendimentos peruanos deixa o comércio peruano em lugares estratégicos, pois se trata de uma área comercial frequentada diariamente pelas pessoas para atender suas necessidades de compra, trabalho, passeio, pois todos que precisam sair ou entrar em tais cidades utilizando o modal fluvial passam pela área comercial dos peruanos, uma marca expressiva do paisagismo desses municípios.

Outro aspecto favorável da localização e preferência dos empreendedores peruanos é a facilidade de desembarque de suas mercadorias por estarem na proximidade do rio, uma vez que as mercadorias chegam todas por embarcações fluviais.

As observações e registros da área geográfica pesquisada possibilitou-nos identificar os principais segmentos de negócios em que os empreendedores peruanos estão inseridos, no ramo de vestuário, de produtos alimentícios e domésticos e de estivas em geral, assim como no ramo de serviços, como salão de beleza e hotelaria.

Os empreendimentos peruanos apresentam características que os diferenciam dos empreendimentos brasileiros. Em termos de arquitetura, um número expressivo de empreendimentos peruanos apresenta aspecto pouco apreciável. Existe precariedade na estrutura física desses estabelecimentos, o que induz à improvisação, as madeiras e lonas fazem parte do paisagismo arquitetônico de tais empreendimentos, salvo exceção de alguns estabelecimentos (Figura 14).

Figura 14 – Estrutura física dos empreendimentos peruanos na Tríplice Fronteira BR–CO–PE



O autor, 2018.

São espaços pequenos onde os produtos são amontoados no chão do estabelecimento, pendurados nas paredes de madeira, utilizando as calçadas como parte da exposição de seus produtos. São quase inexistentes os estabelecimentos que têm identificação com o nome do empreendimento. De acordo com Souza (2015, p. 91):

Na cidade de Benjamin Constant como em Tabatinga do lado brasileiro e Caballo Cocha e Islândia do lado peruano a característica marcante desse tipo comércio é a organização dos aspectos físicos dos estabelecimentos, nos quais se expõe à venda todo tipo de produtos importados ou nacionais [...]. O

aspecto marcante é que todo espaço dentro ou fora (nas calçadas) do estabelecimento é ocupado por algum produto [...].

Esse tipo de organização comercial se insere no *modus vivendi* dos imigrantes peruanos, que buscam reproduzir em espaço brasileiro a forma de comércio existente em seu país de origem (Figura 15).

Figura 15 – Empreendedorismo peruano na Tríplice Fronteira Brasil–Colômbia–Peru, Benjamin Constant/AM, Tabatinga/AM



O autor, 2018.

À primeira vista, a impressão que temos é que se trata de um único estabelecimento, sem conseguir identificar os limites que definem cada espaço comercial já que são totalmente ocupados pela exposição dos produtos. Só é possível identificar os limites de cada estabelecimento ao se aproximar e observar que os próprios produtos servem para delimitar as suas divisórias frontais. Além disso, o estabelecimento atende na função comercial e domiciliar desses imigrantes empreendedores peruanos, uma vez que, geralmente, improvisam sua morada nos fundos da loja.

O comércio peruano é uma realidade tão expressiva na Tríplice Fronteira Colômbia–Brasil–Peru, que se tornou uma forte característica dessa região. Faz parte de sua história, podendo-se dizer, que dificilmente esse tipo de comércio será extinto do território brasileiro uma vez que a perspectiva é de expansão do negócio.

O que se torna necessário é uma política de controle visando não o impedimento da atividade, mas a sua organização, considerando três aspectos importantes: os comerciantes

brasileiros, os comerciantes peruanos e os consumidores, já que são as partes interligadas e afetadas por essa vivência.

Não se pode negligenciar que, embora existam críticas sobre a presença expressiva de empreendimentos peruanos nos municípios brasileiros fronteiriços, a realidade é que existe uma dependência desses municípios em relação ao comércio peruano, sendo eles responsáveis por abastecer tanto Tabatinga quanto Benjamin Constant com produtos essenciais para a qualidade de vida da população local, tais quais: as frutas, verduras e legumes, além de outros produtos de necessidades secundárias e terciárias. Hoje, vêm assumindo influência relevante na constituição de processos socioculturais na Amazônia, de forma híbrida e naturalizada.

Nesse cenário da expressiva presença de imigrantes peruanos nos municípios brasileiros da tríplice fronteira e a forma organizada no comércio, com destaque para a cidade de Benjamin Constant, justificamos a preocupação em realizar um estudo mais aprofundado em que se possa compreender melhor como são construídas essas relações sociais e econômicas, quais os fatores de influência dessas migrações e a forma como organizam o comércio e sua expansão na cidade, uma vez que a maior parte dos imigrantes peruanos encontra no empreendedorismo, por meio do comércio formal ou informal, sua forma de reprodução de vida em terra estrangeira.

### 2.3.3 Expansão do comércio peruano na cidade amazônica fronteiriça Benjamin Constant

A expressiva presença de imigrantes peruanos na cidade de Benjamin Constant, por conseguinte sua inserção no comércio, tem provocado debate de cunho político, social e acadêmico. Existem alguns estudos realizados na região, especificamente tendo como *locus* o município de Benjamin Constant, AM, que, de forma direta ou indireta, tratam da temática em questão, uma vez que a migração e o comércio peruano estão totalmente enraizados no viver das pessoas que residem na região, ganhando espaço e importância no aspecto histórico, social, econômico e cultural.

Nos estudos de Alex Souza (2015), Marinilde Ferreira (2016), Jorge Lima (2019), Francisco Matos (2016), que tiveram como delimitação geográfica o município de Benjamin Constant, os temas sobre comércio e imigração peruana surgiram nas supracitadas pesquisas, seja como tema principal, seja como apoio de estudo.

Souza (2015), em sua pesquisa sobre cidades amazônicas na fronteira Brasil-Peru, tomando como referência a cidade de Benjamin Constant, considera como uma de suas características a presença marcante do comércio realizado pelos imigrantes peruanos e ainda sugere um comércio em expansão. O comércio peruano nos municípios fronteiriços estudados

segue o curso apontado pelo autor, pois o que se observa é uma expansão do comércio peruano na região e nos espaços geográficos da cidade de Benjamin Constant para além das áreas do centro em sentido aos bairros, geralmente concentrando pontos comerciais de origem étnica ou coétnicas no mesmo perímetro geográfico.

Esse cenário subsidia uma discussão entre os brasileiros que residem no município hospedeiro, enquanto uns reconhecem a importância do comércio peruano para atendimento das necessidades dos municípios. Outros manifestam inquietação e preocupação com a crescente expansão do comércio peruano uma vez que não concordam com a facilidade de entrada e permanência dos peruanos e de seus produtos em território brasileiro. Ademais, esse fato social revela um fluxo migratório dinâmico na fronteira Peru–Brasil, uma vez que se observa a entrada de novos imigrantes no município inclusive formando novos empreendimentos peruanos em outras localidades da cidade.

Marinilde Ferreira (2016), que estudou sobre a piscicultura no município de Benjamin Constant, não deixou de observar a presença marcante de imigrantes peruanos inseridos na economia informal e formal. A autora descreve que “o imigrante peruano atua como vendedores ambulantes nas ruas, praças, mercado e feiras, bem como, nos pequenos negócios” (FERREIRA, 2016, p. 66). Isso nos leva a discutir outro ponto marcante do comércio peruano referente aos produtos comercializados em seus estabelecimentos. Nos estabelecimentos comerciais desses imigrantes, encontram-se produtos de origem brasileira, peruana e colombiana. Todavia, aqueles que estão iniciando seu negócio como ambulantes, trabalham, quase exclusivamente, com produtos peruanos.

Nessa percepção, os comerciantes peruanos teriam vantagem em relação aos comerciantes brasileiros, favorecidos pelo acesso de compras de mercadorias no seu país de origem e pela facilidade da entrada e venda dessas mercadorias na cidade de Benjamin Constant. Conforme Ferreira (2016), a falta de política pública na economia local somada à falta de fiscalização são aspectos que favorecem o comércio estrangeiro e ilegal na região. Isso possibilita os imigrantes peruanos ofertarem seus produtos a preços mais acessíveis que os comerciantes brasileiros.

O preço acessível favorece a aceitação dos produtos peruanos pelos brasileiros, principalmente aqueles com a renda baixa. Conforme explica a autora, “os produtos comercializados por esse imigrante tem boa aceitação no mercado local devido aos baixos preços ofertados o que possibilita o consumo de pessoas com baixíssima renda” (FERREIRA, 2016, p. 66).

Francisco Matos (2016), em seu estudo sobre *Comércio e cultura na fronteira: a cultura de consumo no setor varejista de Benjamin Constant*, não deixou de pontuar a atuação dos comerciantes peruanos nesse segmento de negócios. Conforme o autor, “na cidade existe um grupo de pequenos estabelecimentos, em frente ao mercado municipal (camelôs), que os moradores chamam de: ‘os peruanos’. Quando alguém pergunta: *onde posso encontrar tal produto?* Eles respondem: *nos peruanos!*” (MATOS, 2016, p. 72). Os comerciantes peruanos são referência em termos de variedade de produtos e preços acessíveis na região, tendo a área central da cidade como principal ponto de identificação de maior concentração de seus comércios, nas proximidades do mercado e feira municipal, estrategicamente perto do porto.

Sobre a licença para funcionamento desses empreendimentos peruanos com estabelecimento na área central de Benjamin Constant, conforme a responsável pela emissão de alvarás de funcionamento de Benjamin Constant, todos os que possuem estabelecimento fixo, nessa área comercial, têm o alvará uma vez que atenderam os requisitos necessários para liberação da licença de funcionamento. Conforme as informações fornecidas, para conseguir o Alvará de Funcionamento,<sup>20</sup> é necessário atender alguns requisitos: ter CNPJ, laudo de vistoria da defesa civil, laudo da vigilância e do meio ambiente (a depender de qual seja a atividade comercial) e pagamento da taxa do IPTU e do alvará. Uma vez que tenham o alvará de licenciamento, os empreendimentos peruanos estão legalizados. A responsável pelo setor revela que não tem como negar liberação de alvará se esses estrangeiros apresentam documentos brasileiros. Quanto à forma como conseguiram, não cabe ao setor investigar ou indeferir a licença se atende aos requisitos necessários.

Lima (2019), em *Vidas em movimento: imigração peruana na fronteira Brasil-Peru, no Alto Solimões: trajetórias e contextos*, apresentou os aspectos do processo sociocultural da imigração peruana refletidos sobre os impactos no lugar onde se inserem e também sobre a vida deles. Nisso, o autor pontua o comércio como uma forma de reprodução de vida e de visibilidade desses imigrantes na cidade de Benjamin Constant. Dessa forma, a presença do imigrante “se marca notadamente nas atividades comerciais, nas prestações de serviços, com destaque para as edificações que impactam de forma significativa para a melhoria da qualidade urbanística” (LIMA, 2019, p. 136). Assim, a fronteira é vista pelo autor como lugar privilegiado na construção de diferentes relações nos diferentes contextos de imigração e de mobilidade.

---

<sup>20</sup> A maioria dos peruanos tem CNPJ no próprio nome, e os que não têm tiram o alvará no nome de outra pessoa que tenha CNPJ. Não há registro de estrangeiros querendo tirar o alvará sem CPF, todos que buscam o setor já apresentam o CPF e, em alguns casos, acompanhado da identidade estrangeira.

É possível que as relações conjugais favoreçam a conquista de nacionalidade brasileira, pois, conforme Matos (2016, p. 68), “é muito provável que, na maioria dos casos, imigrantes peruanos se casaram com brasileiras para serem naturalizados”. Porto (2017, p. 66) afirma: “[...] é nítida a presença de estrangeiros em território brasileiro advindos dos países vizinhos, Colômbia e Peru, em busca de melhores oportunidades, os quais acabam estabelecendo relações conjugais e moradias nos municípios de Tabatinga e Benjamin Constant.”

Segundo Porto (2017, p. 67): “a nacionalidade tem se dado tanto por direito adquirido na forma *ius sanguinis* (vínculo sanguíneo adquirido por filiação independentemente do local de nascimento) e *ius solis* (vínculo de territorialidade, decorrente do local onde o indivíduo nasceu).” Considerando o fácil acesso de mobilidade territorial e a pluralidade de relações entre os povos fronteiriços, a conquista por nacionalidade pode estar ligada também pelos meios mencionados pelo autor.

Quanto ao método de trabalho, os empreendedores peruanos têm uma rotina intensa de trabalho, geralmente não fecham para almoço, fazem suas refeições no próprio estabelecimento, compartilhando, muitas vezes, o saborear da comida com o atendimento ao cliente. Têm uma jornada de trabalho longa, que se inicia no raiar do dia e se estende até o anoitecer.

Embora exista discriminação por parte de alguns brasileiros em relação aos peruanos, caracterizando-os com termos pejorativos como “traficantes”, preguiçosos e pouco higiênicos, na prática são pessoas trabalhadoras, que não escolhem o tipo de trabalho; chegam como ambulantes, depois conseguem um ponto de vendas e muitos expandem seus negócios. Não se vê luxuosidade por parte desses trabalhadores, levam uma vida simples, sem ostentação. São os primeiros a abrir e os últimos a fechar as portas de seu estabelecimento. Trabalham de domingo a domingo, e aos feriados, com exceção dos peruanos israelitas que, pela religião que professam, fecham seu estabelecimento para guardar o sábado. Outro aspecto é que, em seus empreendimentos, os peruanos seguem a estrutura de empresa familiar, tendo preferência por empregados de origem peruana, principalmente para os empreendimentos mais recentes. De acordo com Souza (2015, p. 90):

[...] a mão de obra nesse segmento são os próprios componentes da família quase sempre o pai [...], a mãe e os filhos, vez ou outra, parentes e amigos que chegaram depois e engajaram na atividades comercial até se estabelecer como vendedores ambulantes e iniciar seu próprio negócio.

Existem laços étnicos que orientam as relações dos comerciantes peruanos, o que fica nítido na forma como se localizam na cidade, sempre concentrando seus empreendimentos na

mesma área; também pela mão de obra ser majoritariamente peruana em seus estabelecimentos, revelando que existe um ponto em comum que une esses comerciantes, que pode ser: estratégia de fortalecimento econômico; relações familiares e laços de amizade; ou questões de pertencimento étnico. O patriotismo é percebido na fala, na comida, no ouvir das músicas peruanas, sempre presente nesses estabelecimentos, ou a sintonização da TV nos canais peruanos. O comércio peruano encontra-se em expansão na cidade de Benjamin Constant. Observa-se que, ao longo dos anos, houve expansão do comércio peruano para os bairros da cidade. Atualmente, duas áreas se destacam em Benjamin Constant como principal ponto de concentração dos comércios peruanos: o centro da cidade e o bairro de Coimbra, conforme a Figura 16.

Figura 16 – Principais pontos de concentração do comércio peruano em Benjamin Constant/AM



Fonte: Google maps.

Na área do centro da cidade, encontra-se uma concentração de comerciantes peruanos em um sistema de segmentos de negócios diversificados. São comércios varejistas comercializando produtos e serviços variados, que vão desde vestuário, produtos alimentícios e domésticos, eletrônicos, peças de moto a estivas em geral; também atuam no ramo de serviços, como salão de beleza e barbearia, hotelaria e restaurantes. É uma localização de fácil acesso para aquisição de produtos e serviços de natureza variada. Nesse espaço da área central existem tanto comerciantes brasileiros quanto peruanos, com predominância do segundo. No perímetro de uma quadra, localiza-se a maior parte desses empreendimentos peruanos, tanto formais quanto informais (Figura 17).

Figura 17 – Venda de roupas, materiais escolares, eletrônicos, utensílios de cozinha e estivas em geral no Centro



O autor, 2021.

Além das lojas de confecção, eletrônicos e venda de produtos de uso doméstico, por vezes vendidos no mesmo estabelecimento, no centro, encontra-se a oferta de serviços de hotelaria, gastronomia, serviço técnico de assistência, serviço de beleza, entre outros (Figura 18).

Figura 18 – Venda de produtos e serviços variados no Centro como restaurantes, assistência técnica e hotelaria



O autor, 2021.

Ainda há os empreendimentos no ramo alimentício. Nesses estabelecimentos encontram-se variados produtos de origem brasileira, peruana e colombiana. É ponto de referência também para compra de frutas, legumes e hortaliças (Figura 19).

Figura 19 – Comércio peruano no ramo alimentício no Centro



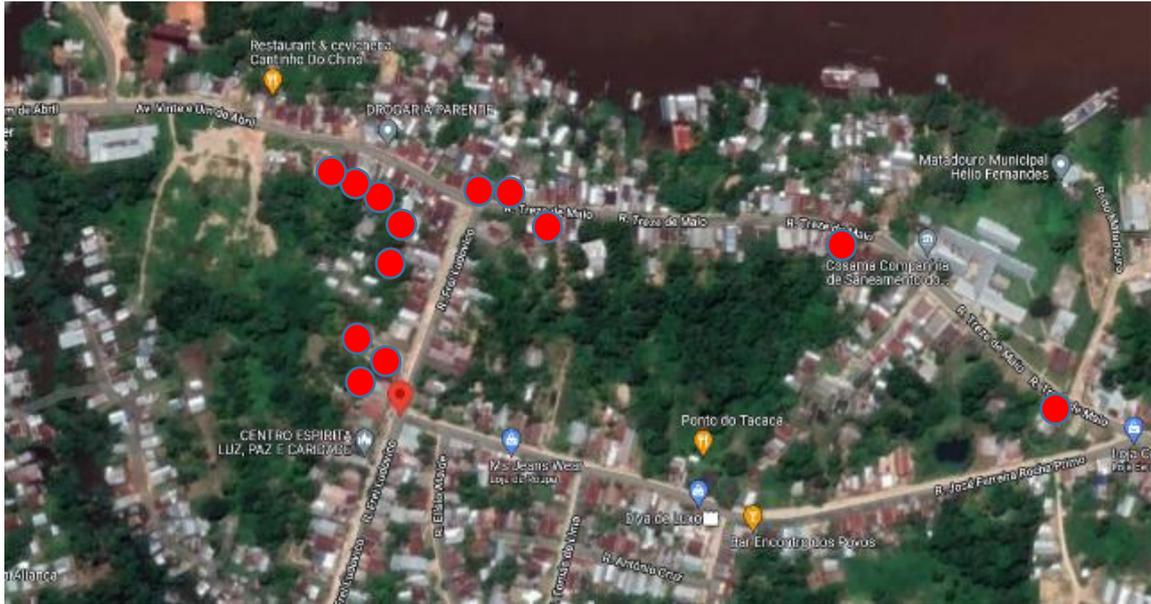
O autor, 2021.

A outra área mencionada onde se concentra um número expressivo de comerciantes peruanos é no bairro de Coimbra. É um dos bairros mais antigos da cidade, fica próximo ao centro e de fácil acesso. Hoje o bairro é referência para as compras dos consumidores uma vez que concentra vários mercadinhos geridos por imigrantes peruanos. Diferentemente da parte comercial do centro, esses comerciantes de bairro atuam todos no mesmo segmento de negócios, venda de gêneros alimentícios, formando assim um mercado homogêneo.

Identificaram-se 12 mercadinhos no bairro de Coimbra e todos geridos por imigrantes peruanos, Em um único empreendimento, o dono declarou-se brasileiro, mas com relação étnica peruana.

Na Figura 20, mostra-se a concentração de comércio peruano no bairro de Coimbra. Esses empreendimentos se concentram próximos uns dos outros e estrategicamente localizados na parte mais movimentada do bairro onde o fluxo de pessoas e veículos é constante, uma vez que é a rota principal, que interliga o bairro central a outros bairros da cidade.

Figura 20 – Concentração de comércio peruano no bairro de Coimbra



Fonte: Google Maps.

Além de atuarem no mesmo segmento de negócios, esses comerciantes de bairro apresentam outras características que identificam esse grupo: são os primeiros a abrir e os últimos a fechar seu estabelecimento, geralmente entre as 21h e 22h. Praticam, na maioria, a religião israelita;<sup>21</sup> apresentam uma estrutura de empreendimento familiar; vendem os mesmos produtos, com preços iguais ou muito similares. Entre os comerciantes, alguns têm relação de parentesco. Todos vendem produtos de origem brasileira, peruana e colombiana; alguns realizam as compras e fazem o transporte dos produtos em grupo.

Em todos esses estabelecimentos, só aceitam pagamento à vista e em dinheiro, não usam a opção de pagamento por cartão de crédito. Apresentam a mesma arquitetura de comércio, construídos de madeira, que servem também como residência.

Os grupos de comerciantes imigrantes provocam uma mudança no paisagismo do lugar, na rotina, na atratividade e rotatividade de pessoas em direção ao bairro. Esses aspectos nos chamam a atenção para um estudo mais profundo sobre esse domínio e concentração do comércio peruano no bairro de Coimbra em que as relações étnicas, econômicas, sociais,

<sup>21</sup> Os israelistas peruanos, como são conhecidos, fazem parte da Associação Evangélica da Missão Israelita da Nova Aliança Universal, que teve como seu fundador, em 1968, o peruano Ezequiel Ataucusi Gamonal. Este é visto pelos seus seguidores como um profeta de Deus, escolhido para estabelecer um novo Israel na floresta amazônica. Esse movimento religioso tem influência do judaísmo e da crença adventista, embora não façam parte do judaísmo dominante, assim como do adventismo. Eles apenas incorporaram em suas crenças alguns dos princípios dessas religiões com uma nova perspectiva, formando um novo momento religioso independente. Trata-se, portanto, de um segmento nativo de naturalidade peruana.

culturais e religiosa expressam-se por meio do modo de viver e fazer desses imigrantes (Figura 21).

Figura 21 – Concentração de imigrantes peruanos no bairro de Coimbra



O autor, 2021.

### CAPÍTULO 3

#### A CAMINHADA: DA IMIGRAÇÃO AO EMPREENDEDORISMO ÉTNICO

*A caminhada do imigrante*

*Tu decidiste partir*

*Pelo mundo vagar*

*A procura de algo melhor*

*Onde no teu chão não pôde achar.*

*Esta escolha não é só sua*

*Fizeram-te escolher*

*Seja pelo modo de vida presente*

*Ou pelo que um dia sonhaste obter.*

*Tua caminhada é destemida,*

*Só os corajosos conseguem entender*

*Fácil, nunca é, em outra pátria viver.*

*O crisol da caminhada te faz perceber*

*As queimaduras que impediram alguns de seguir*

*E, outro que seu reflexo no ourives consegue vê.*

*Isso é a prova viva de que na caminhada, perseverança precisa ter.*

*Sem nunca esquecer, que provações de ordens diferentes, sempre farão parte do seu viver.*

*Porque ser imigrante é um estereótipo que os outros não deixarão de assim te perceber.*

Selomi Porto, 2022.

O imigrante, ao longo da sua caminhada, sofre variadas mudanças, requerendo capacidade de resiliência para se adequar a situações, por vezes, nunca experimentadas. Inserir-se em um novo país requer novas relações de ordem social, econômica, cultural e política. Nem sempre essas relações fluem de forma harmônica, por vezes, geram conflitos que deixam em evidência a vulnerabilidade do indivíduo ou grupo de imigrantes. No entanto, há de ressaltar que as realidades entre grupos de imigrante na inserção no novo país variam muito, alguns conseguem inserir-se com mais facilidade e encontram oportunidades, outros precisam caminhar em estradas de pedras e reinventar sua forma de sobrevivência.

Entre um dos maiores desafios que o imigrante enfrenta, o aspecto econômico assume uma posição de destaque, sendo a base para o atendimento de muitas de suas necessidades básicas. Assim, inserir-se no mercado de trabalho e ter uma renda é o que buscam os imigrantes, mas nem sempre é fácil, nunca é. A maioria que consegue adentrar o mercado de trabalho, principalmente os desprovidos de escolaridade, precisa lidar com os trabalhos precários e com os direitos sociais violados, simplesmente pela condição de ser imigrantes.

Para muitos, ter um empreendimento torna-se não uma opção, mas a única opção de sobrevivência. Seja na informalidade, seja na formalidade uma parte significativa de imigrantes é conduzida, voluntariamente ou não, para se tornar um trabalhador autônomo, que empreende,

seja por necessidade, oportunidade de negócios, seja um sonho pessoal. Trata-se, em parte, de excluídos sociais, que buscam integrar-se à sociedade por meio da sua força de trabalho, empreendendo um negócio. ou, ainda, os que, por vontade própria, em busca de um sonho e providos de disposição e condição financeira, decidem empreender.

Compreender a formação e expansão do comércio peruano na cidade fronteira de Benjamin Constant (Brasil–Peru), refletindo sobre a relação entre imigração e a formação de uma economia socioespacial de negócio étnico e suas possíveis implicações para o desenvolvimento econômico da região, é o objetivo deste capítulo.

Este capítulo está estruturado em três seções: na primeira, intitulada “Quem é o comerciante peruano do bairro de Coimbra?”, faz-se a caracterização do perfil desses comerciantes que atuam no bairro de Coimbra na cidade de Benjamin Constant, Amazonas, com base no formulário de entrevista aplicado a eles; 2) na segunda seção, apresentamos uma discussão com base em toda pesquisa de campo levantada na entrevista profunda por meio da história oral e da observação com base teórica, que nos possibilitou discutir a questão-problema deste trabalho “Existe uma economia étnica no bairro de Coimbra em Benjamin Constant, Amazonas? Já na terceira seção, discute-se sobre “O olhar do governo municipal para os imigrantes peruanos em Benjamin Constant” buscando refletir sobre os desafios e as perspectivas voltadas para o comércio peruano.

### **3.1 Quem é o comerciante peruano do bairro de Coimbra da cidade fronteira de Benjamin Constant?**

Descrever uma região requer uma reflexão profunda dos aspectos que a caracterizam, não é tarefa fácil principalmente quando a heterogeneidade se multiplica nos traços do lugar. Esse é o caso da cidade de Benjamin Constant, situada no estado do Amazonas, que integra a Amazônia brasileira, que, por si só, carrega em sua textura biológica, social, econômica, cultural e política uma multiplicidade de traços que a tornam singular e heterogênea.

Além disso, Benjamin Constant situa-se em faixa de fronteira, especificamente faz fronteira limítrofe com Peru, mas está na proximidade da área de Tríplice Fronteira Brasil–Colômbia–Peru. Isso torna o município mais plural em seus traços. Somado a isso, o município ainda está inserido em uma região com expressiva presença de povos indígenas, com destaque para a etnia ticuna, o que promove uma rica diversidade sociolinguística, cultural, étnica e social no contexto da Pan-Amazônia. Isso faz de Benjamin Constant uma cidade amazônica, fronteira e com expressiva população de imigrantes e indígenas.

A cidade de Benjamin Constant, dentre os municípios da região do Alto Solimões, é a segunda cidade mais populosa. Apresenta um PIB de cerca de 350,8 milhões, e os setores responsáveis pelo movimento da economia são a administração pública de onde advêm 62,4%, da agropecuária 20,2% e da indústria 8,1% (CARAVELA, 2022).

Apresenta uma economia com forte dependência do funcionalismo público, sendo o governo e a Prefeitura os principais empregadores da cidade, responsáveis por dinamizar a economia do município. A data de pagamento da folha de servidores, principalmente da Prefeitura, e das demais instituições estaduais e federais da cidade, favorece a maior circulação de dinheiro e os maiores picos de consumo entre a população. O pagamento dos beneficiários dos programas sociais do governo também contribui nesse dinamismo.

O comércio e o serviço em Benjamin Constant, considerando a realidade local, assumem uma contribuição significativa na economia da cidade, concentrando uma parte de empregadores e empregados, com perspectiva de crescimento, uma vez que é visível a expansão da oferta de serviços e abertura de comércios na região, seja formal ou informal.

Outra parcela da população insere-se na atividade econômica do setor primário. Muitos encontram na agropecuária, agricultura, pesca e extrativismo sua fonte de ocupação e renda. Trata-se de um setor que necessita de melhor organização dos arranjos produtivos locais e aproveitamento das potencialidades.

Já o setor secundário, movimenta-se com menor expressão, restringindo-se às empresas de construção civil, que geralmente atendem demandas do setor público e acabam abarcando uma parcela da mão de obra local, sendo quase inexistente em outras atividades. Ressalte-se que muitos atuam em determinado setor e buscam em outras atividades uma renda extra; exemplificando, muitos funcionários do setor público buscam na prestação de serviços e comércio uma renda complementar.

Como se percebe, o universo de complexidades que envolvem a região onde está inserida a cidade de Benjamin Constant nos impõe o desafio de realizar essa reflexão considerando suas singularidades e complexidades na busca de uma interpretação mais próxima possível da realidade, com ênfase no imigrante na figura do comerciante peruano. Logo, fez-se necessário caracterizar esse grupo de imigrantes peruanos inseridos no comércio do bairro de Coimbra da cidade de Benjamin Constant.

No período em que a pesquisa realizou-se, para identificar o perfil sociodemográfico dos comerciantes peruanos por meio da entrevista em forma de formulário, em 2019, registrou-se a presença de 12 comércios na modalidade de mercadinhos no bairro de Coimbra, no perímetro demarcado pela pesquisa: Rua Frei Ludovico e Rua 13 de Maio. Entre 2019 e 2021,

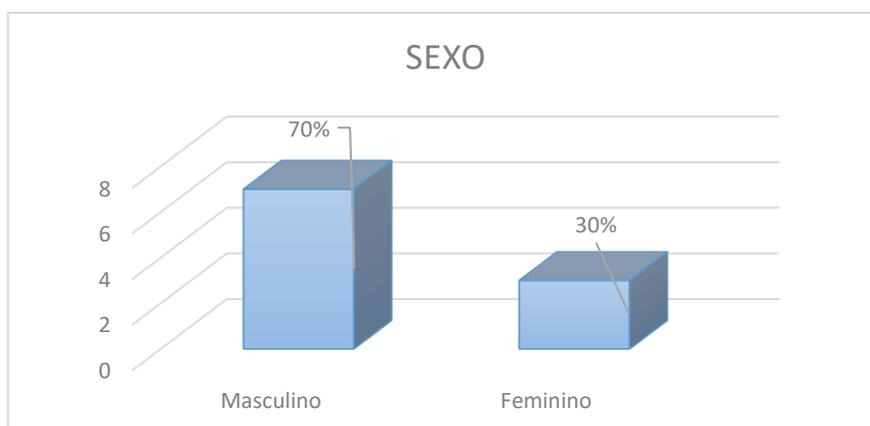
surgiram mais três comércios no mesmo seguimento de negócios, totalizando quinze, todos de propriedade de imigrantes peruanos, alguns sendo donos de mais de um comércio no mesmo perímetro do bairro. Em 2022, um dos comércios mudou seu segmento de negócios para o ramo de alimentação, venda de comidas e salgados, e o outro migrou para o comércio de autopeças. Ainda se registrou em 2022 a abertura de mais um comércio varejista na modalidade mercadinho de bairro. Com as mudanças, totalizaram até a presente pesquisa quatorze comércios varejistas de imigrantes peruanos no perímetro do bairro analisado.

Nesses mercadinhos se encontra uma variedade de produtos como gêneros alimentícios em geral, frios e congelados, frutas, hortaliças e leguminosas, material de limpeza e higiene pessoal, entre outros. Na sequência, apresenta-se o perfil desses comerciantes peruanos proprietários dos comércios varejistas dos mercadinhos do bairro de Coimbra.

### 3.1.1 Perfil sociodemográfico dos comerciantes peruanos do bairro de Coimbra

A diferença de composição por sexo entre os comerciantes imigrantes entrevistados do bairro de Coimbra apresenta disparidade quando observamos os números: homens 70% e mulheres 30% (Figura 22). É preciso, contudo, ressaltar a relatividade desses dados uma vez que representam o respondente da entrevista, porque o comércio peruano na cidade de Benjamin Constant, em especial no bairro de Coimbra, caracteriza-se como uma atividade comercial de caráter familiar. Todos da família ajudam no comércio.

Figura 22 – Gráfico representativo do sexo dos entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

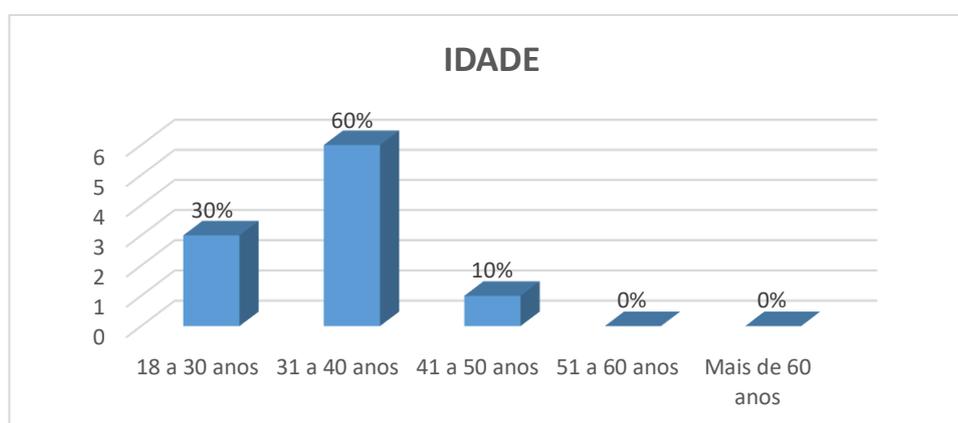
As mulheres exercem um papel importante na atividade comercial, muitas assumem o caixa, e há registro de algumas serem responsáveis pela contabilidade do comércio, conforme declarado por um dos entrevistados. “Sobre a finança da empresa, não posso falar muito porque

é a mulher que faz toda essa parte da contabilidade. É ela quem cuida disso.” (Comerciante 1, 42 anos, 2021).

Existe uma relação de parceria entre o casal, filhos e demais familiares na prática comercial, toda a família se envolve. Por isso, aqui, a questão do sexo é apenas para fins de identificação do entrevistado, não se considerando como valor absoluto para definição da predominância da presença masculina no processo migratório, por conseguinte, no comércio peruano. “Todavia, a nova tendência do movimento migratório intrarregional e fronteiriço é a significativa presença feminina nesses deslocamentos, apesar de ainda estarem ligadas de forma predominante às redes familiares.” (RODRIGUES; VASCONCELOS, 2012, p. 225). Ainda que, no caso da fronteira Brasil–Peru, em especial o grupo de migrantes peruanos inseridos no comércio, o ato de migrar tenha na figura masculina o seu idealizador e a mulher como acompanhante desse projeto.

Pesquisas realizadas por Rodrigues e Vasconcelos (2012, p. 225) na fronteira Brasil–Venezuela e Guiana registram também este aspecto de que “as mulheres aparecem ainda como acompanhantes dos maridos e companheiros”, uma vez que os autores não encontraram nenhum registro ou menção de migração por projetos idealizados por mulheres na fronteira onde realizaram a pesquisa. No que tange à idade dos comerciantes entrevistados, observa-se um grupo ativo para o trabalho, na maioria, em idade jovem (Figura 23).

Figura 23 – Gráfico representativo da idade dos entrevistados



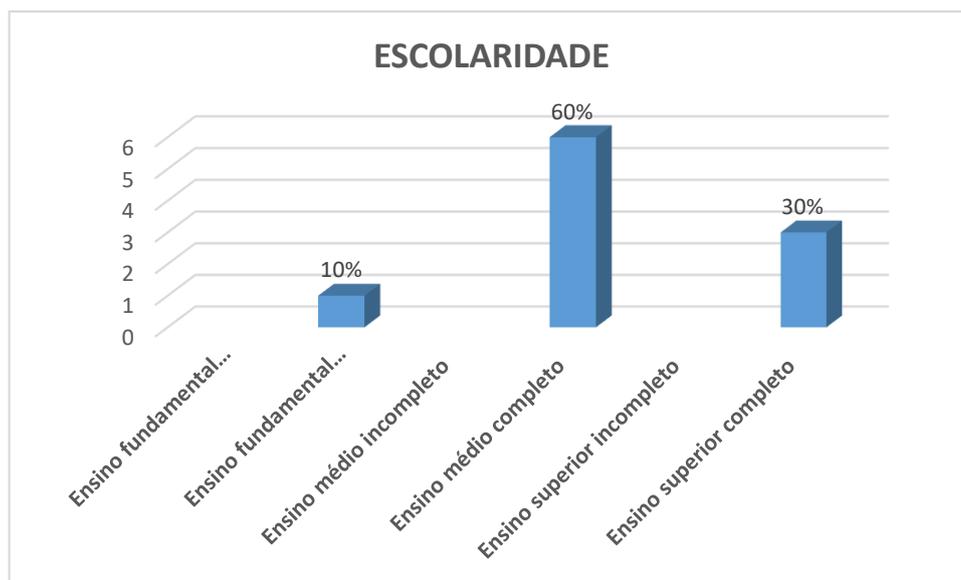
Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Jannuzzi (2000, p. 172) faz uma observação em sua pesquisa, “quanto mais recente a migração, mais jovens são os imigrantes”. Esse cenário exposto pelo autor se mostra também uma realidade entre os comerciantes peruanos do bairro de Coimbra em Benjamin Constant, uma vez que 30% dos entrevistados, com idade de 18 a 30 anos, representam os imigrantes

mais recentes entre os comerciantes peruanos. Entre os 70%, estão os de idade entre 31 e 40 anos, que representam o grupo tanto de imigrantes com pouco tempo de permanência no país quanto imigrantes que já estão há muitos anos na cidade. A faixa etária maior, 41 a 50 anos, que corresponde a 10%, representa os comerciantes mais antigos do bairro de Coimbra.

No que tange à escolaridade, o grupo de comerciante peruanos apresenta uma boa escolaridade, conforme os dados apresentados na Figura 24.

Figura 24 – Gráfico representativo da escolaridade dos entrevistados



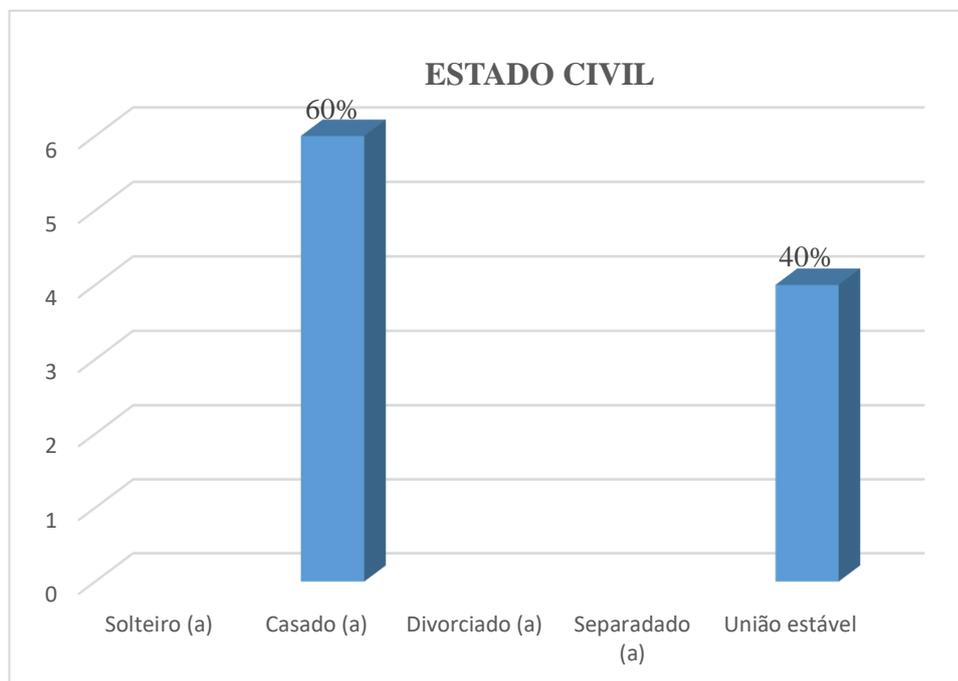
Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Dentre os entrevistados, têm ensino médio completo 60%, ensino superior completo 30% e ensino fundamental 10%. Os dados mostram que o grupo de comerciantes do bairro de Coimbra são imigrantes instruídos, com boa escolaridade. Todavia, quando se analisa o mercado de trabalho para os imigrantes, algumas limitações são impostas, mesmo para aqueles com boa escolaridade, principalmente em relação à barreira linguística e ao reconhecimento ou revalidação do grau de escolaridade, assim como a regulamentação documental.

Somada a essas questões, existe o problema de poucas vagas na oferta de trabalho assalariado, principalmente no que se refere à cidade de Benjamin Constant, onde o setor industrial é quase inexistente; a atividade primária, o comércio e o funcionalismo público são os principais responsáveis pela ocupação e renda da população. Outra parcela da população de Benjamin Constant exercem atividades consideradas informais. A maioria das famílias têm como renda única ou complementar os benefícios sociais do governo. Conseqüentemente, o ato de empreender passa a ser para esses imigrantes a principal opção de ocupação e renda.

Em relação ao estado civil dos comerciantes peruanos, todos mantêm relacionamento conjugal, seja oficialmente casados (60%), seja em união estável (40%) conforme o gráfico a seguir (Figura 25).

Figura 25 – Gráfico representativo do estado civil dos comerciantes peruanos

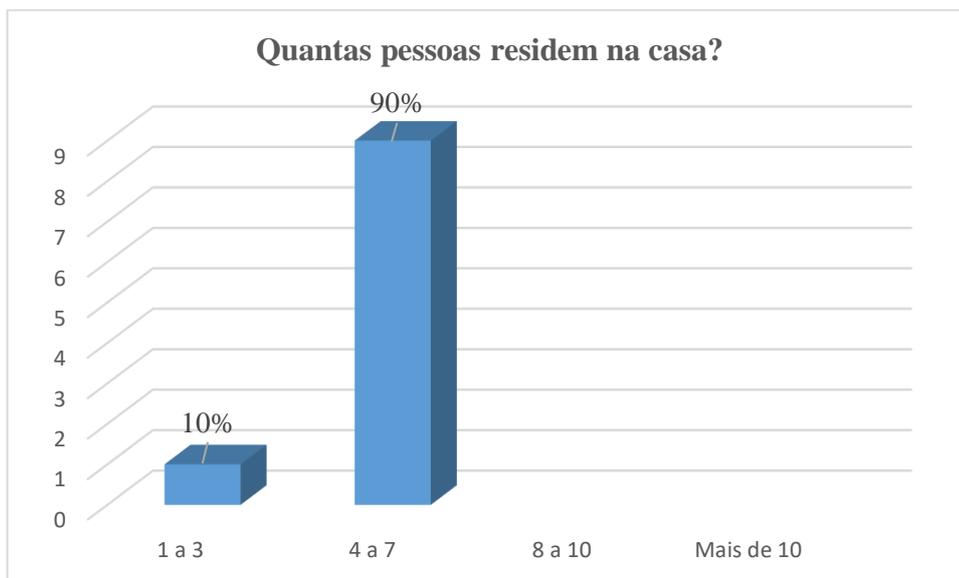


Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Sem exceção, todos os comerciantes peruanos do bairro de Coimbra têm família. Além da figura do marido, esposa e filhos, existem os parentes (sobrinhos, cunhados, primos, etc.) que se integram como membros da família e contribuem no trabalho com as atividades do comércio.

O número de membros da família dos comerciantes peruanos, predominantemente, varia de 4 a 7 pessoas residindo na casa (90%) e de 1 a 3 pessoas (10%). Isso explica o rodízio entre os atendentes nesses comércios, pois, além dos membros da família, existem em alguns comércios os funcionários não membros da família. Na maioria, não se trata de famílias pequenas em número de membros (Figura 26).

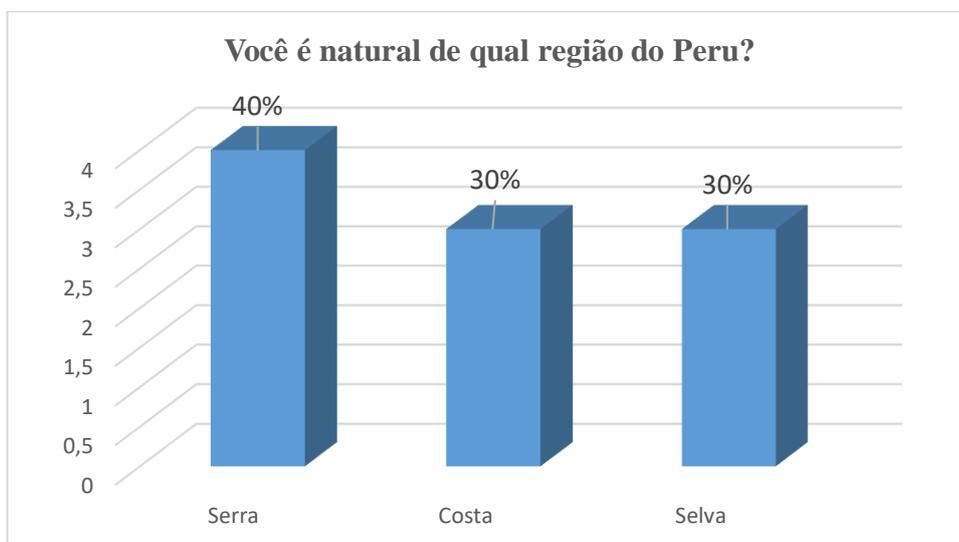
Figura 26 – Gráfico representativo do número de pessoas residentes na casa



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Os imigrantes dos comércios peruanos são naturais de cidades de várias regiões do Peru. Conforme dados da pesquisa, são da região da Serra 40%; da Costa 30%, e da região da Selva, o mesmo percentual de 30% (Figura 27).

Figura 27 – Gráfico representativo da região de onde provêm os imigrantes do Peru



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Isso mostra que a cidade de Benjamin Constant torna-se atrativa não apenas para os que vivem na região da selva do Peru, que, por sinal, apresenta características semelhantes à região brasileira onde se localiza Benjamin Constant, quanto ao clima, traços de selva, presença indígena, realidade amazônica, além de geograficamente ser mais próxima. Sendo atrativa também para imigrantes peruanos de outras regiões do Peru, advindos de cidades da Serra e Costa, uma realidade que se distancia um pouco do viver em Benjamin Constant. Vejamos o relato de um comerciante sobre sua primeira impressão ao chegar à região de fronteira do Brasil.

*Quando cheguei, fiquei surpreso porque a rede de hotelaria era bem fraca, não tinha restaurantes grandes. Quando você já tem um padrão de vida, você quer um padrão de vida melhor, mais bonito. Então essa foi a primeira impressão, uau, não tem hotel. Não tem restaurante grande aqui. Pensei, é um país pobre. Não tem nada aqui. Eu estava procurando alugar um lugar pra ficar e todo mundo oferecia seu quarto. Essa foi minha primeira impressão que era muito diferente da minha comunidade. Não me sentia muito bem. O lugar era diferente, a comida também, tive dificuldade porque procurava uma comida diferente, não tinha. E mais a parte do calor foi muito forte se adaptar. Aqui o rio é grande e você precisa usar como transporte e dá medo. Lá na minha região, a gente só vê cidade, a mobilidade é diferente, tem transporte, em Lima é frio, a cidade é bonita. Então foi um impacto, mas hoje já estou acostumado, até com o calor. (Comerciante 4, 35 anos, 2021.*

O impacto para quem chega ao lugar de destino geralmente é de ordem espacial e cultural (SILVA, S., 2012, p. 264). O estranhamento e adaptação faz parte do viver do imigrante, principalmente no seu primeiro contato com o lugar de destino. O lugar é diferente, apresentando-se em traços que se diferenciam do seu lugar de origem, as pessoas, a língua, a comida, as músicas, o modo de produção de vida, tudo causa estranheza. O ato de migrar requer resiliência para se adaptar ao novo.

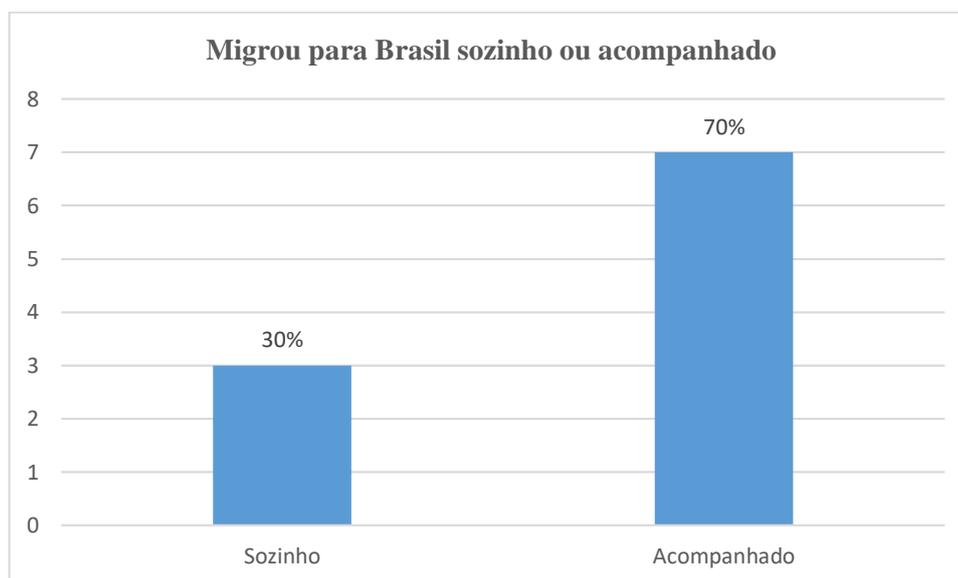
O comerciante 4 relata que a primeira vez que veio ao Brasil foi sozinho, na perspectiva de passar três meses para conhecer a região. Só depois trouxe a esposa e o filho. Sua família tem um restaurante em Lima. Conta que tinha um bom emprego, economicamente, vivia bem, mas a pandemia gerou um corte de 40% em seu salário. Isso o levou a pedir a conta e a buscar outra oportunidade de trabalho. Com suas economias, veio para o Brasil. Iniciou gerenciando um comércio para um contêiner; logo em seguida, abriu o próprio comércio em Benjamin Constant.

Sayad (1998) menciona o trabalho como estimulador das migrações, e nisso a pandemia provocou um impacto maior na vida laboral das pessoas, promovendo a instabilidade da

economia, perda de trabalho, conseqüentemente, a busca por novas ocupações e modo de promoção de sustento familiar, o que influencia diretamente nos fluxos migratórios.

Os dados da pesquisa também revelam que muitos desses comerciantes peruanos, quando migraram para o Brasil, na maioria, já vieram com a esposa ou esposo, em alguns casos, com filhos e, em menor proporção, acompanhados de outros familiares (Figura 28).

Figura 28 – Gráfico representativo da migração para o Brasil sozinho ou acompanhado



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Em relação a essa questão, afirmaram ter vindo acompanhados 70% e vieram sozinhos 30%. O relato dos entrevistados confirma as duas realidades apresentadas:

*Eu vim acompanhado com minha esposa e meu filho, viemos apenas de passeio para conhecer a região (Tabatinga) e acabamos ficando morando em Benjamin Constant. (Comerciante 6, 30 anos, 2021).*

*A primeira vez que vim para o Brasil eu era bem moço, vim sozinho e não conhecia ninguém, dormia lá na praça. (Comerciante 1, 42 anos, 2021).*

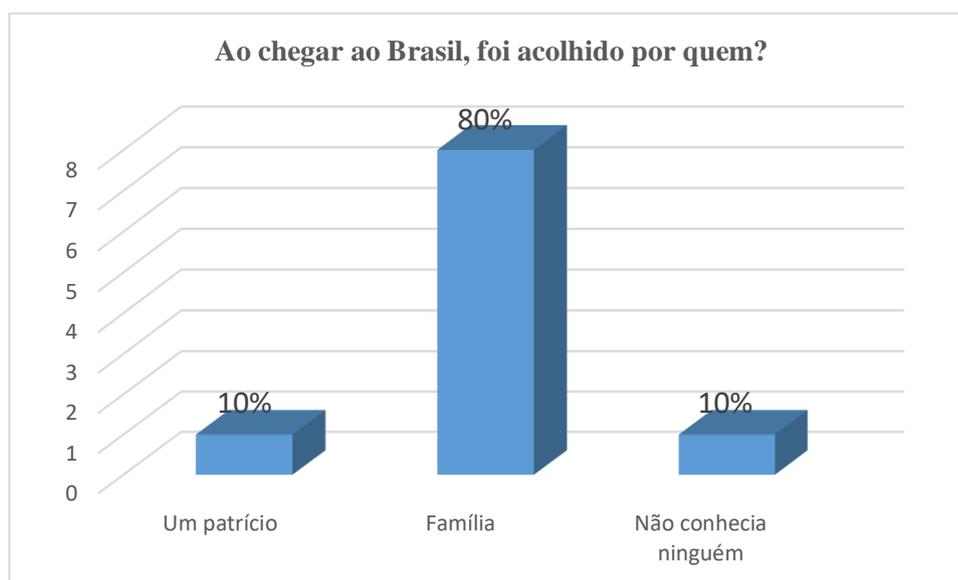
*Na primeira vez, quando criança, vim acompanhado por meus pais. Voltamos para o Peru, e depois voltei para o Brasil adulto, já com a esposa. Comerciante 11, 29 anos, 2021.*

Considerando os comerciantes peruanos do bairro de Coimbra, um aspecto do fluxo migratório desses imigrantes chama a atenção, o fato de que essas migrações geralmente ocorrem com a família. Mesmo que, no primeiro momento, a pessoa migre sozinha, no segundo momento, realiza-se a migração dos demais membros da família, isso quando não sucede, logo

no primeiro momento, a imigração de toda a família. Assim, a migração familiar é uma característica predominante entre os comerciantes peruanos do bairro de Coimbra.

Os laços familiares e étnicos demonstram ser um forte influenciador das migrações uma vez que 90% dos comerciantes peruanos tinham familiares ou patrícios no país hospedeiro, o que facilita seu processo de inserção (Figura 29).

Figura 29 – Gráfico representativo da acolhida ao chegar ao Brasil



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Muitos desses imigrantes migram para trabalhar no comércio dos familiares ou conterrâneos, ou para abrir o próprio negócio, conforme o relato seguinte:

*Eu vim com meu pai pra cá, mas meu irmão já morava aqui e já trabalhava com comércio na cidade. Aqui eu casei, e na época meu irmão me deu esse terreno, então montei com meu esposo, que também é peruano, nosso comércio. (Comerciante 5, 33 anos, 2021).*

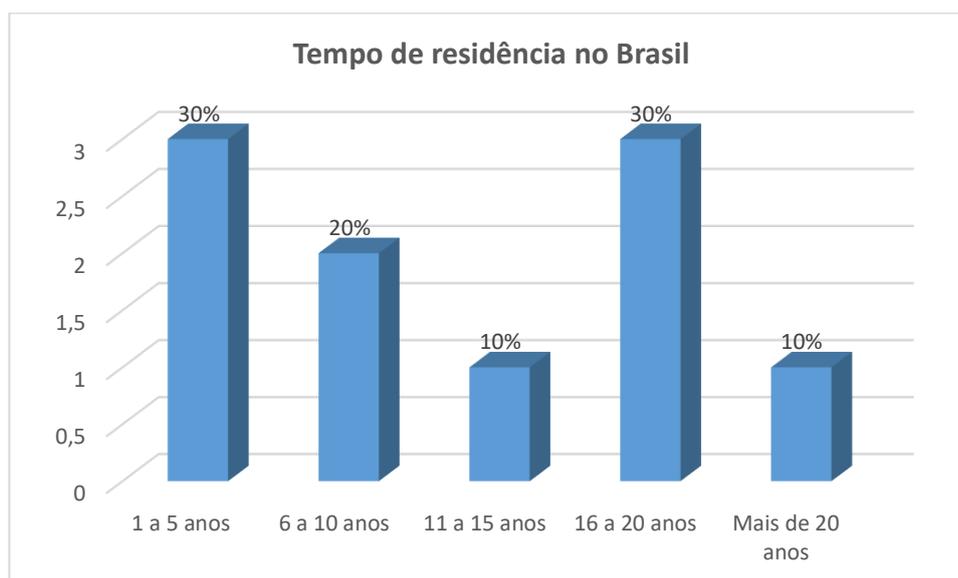
Empreendimentos marcados pela presença familiar, cuja contribuição é fundamental para a organização e o desenvolvimento do empreendimento, concebidos como empresa de porte familiar (BELTRAN; OSOS; RIBAS-MATEOS, 2015). Esses aspectos aplicáveis à realidade do comércio peruano no bairro de Coimbra em Benjamin Constant configuram esse comércio como um negócio étnico formado pelos laços sociais, “decorrentes de uma situação de classe comum, entre migrantes antigos e novos” (SINGER, 1973, p. 60), ou seja, que envolve uma rede de relações étnicas e coétnicas entre familiares e conterrâneos.

Outra contribuição familiar para o negócio é que “as famílias muitas vezes concedem empréstimos maiores e em melhores condições do que membros co-étnicos de associações de crédito” (HALTER, 2007, p. 120). Podemos considerar que os recursos étnicos funcionam como estímulo incentivando as atividades empresariais étnicas, como no caso da Comerciante 5, que contou com a ajuda do seu irmão comerciante para iniciar o próprio negócio.

Não se registrou, entre o grupo de comerciantes peruanos do bairro de Coimbra, casamento com brasileiros e brasileiras. Todos têm a mesma origem étnica ou coétnica. Quando migraram para o Brasil, já eram casados ou viviam em união estável. Apenas se registraram entre os entrevistados, dois casos de se terem conhecido no Brasil. Também houve registro de filhos terem nascidos em território brasileiro. Ressalte-se que, entre os entrevistados, apenas 40% possuem dupla nacionalidade, os demais 60% encontram-se em processo de regularização.

Para se ter uma noção do tempo que esses imigrantes moram no Brasil, apresentam-se os dados no gráfico seguinte (Figura 30).

Figura 30 – Gráfico representativo do tempo de residência no Brasil



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Considerando o tempo que esses comerciantes peruanos moram no Brasil, observa-se um fluxo migratório ativo, não estagnado entre os imigrantes peruanos, uma vez que se registra a chegada de novos imigrantes inserindo-se no comércio peruano do bairro de Coimbra. Somam-se 50% os que vivem no país entre 1 a 5 anos (30%) e 6 a 10 anos (20%), que se enquadram no grupo mais recente. Os outros 50%, distribuídos entre 11 a 15 anos (10%), 16 a

20 anos (30%) e mais de 20 anos (10%), representam o grupo mais antigo e de maior tempo de residência no país.

O comerciante mais antigo do bairro de Coimbra, identificado como Comerciante 1, que reside em Benjamin Constant há mais de 23 anos, relata que foi um dos primeiros a estabelecer seu comércio no bairro. “Quando cheguei aqui no bairro não tinha tudo isso de comércio, só era eu; depois outro abriu, e foi vindo mais.” (Comerciante 1, 42 anos, 2021).

O perfil dos comerciantes do bairro de Coimbra revela outra característica do comércio peruano, seu caráter dinâmico e mutável. Dinâmico no que se refere à sua presença ativa no espaço e no tempo, faz-se vivo e marcante por meio da variedade de produtos, da cultura expressiva, com seus traços, que vão desde o vestuário, à comida, à fala e até mesmo à estrutura da arquitetura comercial. Mutável no que diz respeito ao fluxo rotativo de pessoas inseridas no trabalho desses comércios. Esse último aspecto revela um trânsito constante desses imigrantes entre a fronteira Brasil-Peru, entre vindas e idas de familiares ou conterrâneos, assim como vendas, aluguel ou troca de estabelecimentos entre étnicos e coétnicos. Isso vai influenciando na rotatividade de imigrantes nesses comércios.

O comércio peruano é representado por rostos conhecidos e outros desconhecidos pelos clientes, porque nunca se sabe quando se trata de um imigrante que permanecerá na cidade ou se fará uma passagem rápida.

Mesmo aqueles imigrantes que já estão há um tempo razoável, podem voltar para seu país de origem de forma inesperada. Um exemplo é o Comerciante 3, casado, com ensino superior completo, que, a convite de sua mãe que morava em Letícia, Colômbia, veio conhecer a região, e decidiu ficar em Benjamin Constant. Comprou um imóvel no bairro e decidiu abrir um comércio:

*Vim para o Brasil a convite de minha mãe, que morava em Letícia, Colômbia. Ela disse que o Brasil era bom para viver. Decidi morar em Benjamin Constant. Observei o câmbio da moeda, cidade tranquila, compensava abrir um negócio. Comprei na época esta casa aqui.* (Comerciante 3, 38 anos, 2021).

O comerciante relembrou que existiam poucos comércios no bairro quando iniciou e já trabalhava com comércio no Peru. À pergunta se pensava em voltar para o Peru, prontamente, respondeu: “Não penso em voltar para o Peru, não tem necessidade disso. Aqui vivemos bem, temos nossas coisas.” (Comerciante 3, 38 anos, 2021).

Depois de 8 meses, observei que o estabelecimento do Comerciante 3 estava há alguns dias fechado. Isso me provocou certa inquietação. Quando abriu, fui até lá na esperança de conversar com ele. Para minha surpresa, vi outros peruanos tomando conta do comércio e informaram que o Comerciante 3 tinha voltado para o Peru com toda a família e alugara o estabelecimento para eles. Esses novos imigrantes recém-chegados à cidade já vieram para o Brasil com o propósito definido de trabalhar no comércio. Era uma família de 5 membros, os pais e três filhas. Já estavam com dois comércios, no bairro de Coimbra e em outro bairro da cidade. Disseram que chegaram à cidade havia três meses.

Vejam os relatos de alguns comerciantes sobre a perspectiva de retorno para o Peru.

*Aqui estamos estabilizados, os parentes estão todos aqui no Brasil; para o Peru, só a passeio. (Comerciante 1, 42 anos, 2021).*

*Não pensamos em voltar para o Peru, só para passeio. (Comerciante 2, 33 anos, 2021).*

*Está melhor no Brasil, então é melhor ficar aqui. (Comerciante 5, 33 anos, 2021).*

*Pretendo ficar por aqui mesmo, porque aqui tem trabalho; só se a lei obrigar a voltar. (Comerciante 7, 35 anos, 2021).*

*Por aqui no Brasil, tem mais oportunidade de trabalho e estudo. Peru apenas a passeio. (Comerciante 8, 42 anos).*

*A família, estão todos em Benjamin Constant. Não tem como mudar para outro lugar. (Comerciante 11, 29 anos, 2021).*

*Sim, pretendo voltar para o Peru, mas não agora com essa perseguição ao comércio peruano. (Comerciante 9, 33 anos, 2021).*

*Sim. Penso em voltar porque tenho negócios no Peru, mas pretendo continuar o trabalho aqui no Brasil. Hoje moro no Brasil, mas preciso ir com frequência ao Peru, tenho negócios lá. Se voltar para o Peru e continuar os negócios no Brasil, terei de vir para cá com frequência. (Comerciante 6, 30 anos, 2021).*

*Sim, pretendo um dia voltar, porque minha família mora lá. (Comerciante 10, 31 anos, 2021).*

Todos os comerciantes peruanos mantêm laços com seu país. Seja familiar, cultural, comercial, seja étnico. A depender da fluidez dessas relações, pode estimular a permanência no Brasil ou o retorno para o país de origem. Além disso, outros aspectos influenciam no viver do imigrante, como a perspectiva de melhoria de vida refletida nos aspectos econômicos, sociais e culturais, assim como o aspecto legal da situação de imigrantes no país hospedeiro. Todos esses aspectos deixam o imigrante em um processo sempre de alerta e transição uma vez que “para o

imigrante nada parece ser definitivo, mas sim marcado pela transitoriedade” (SILVA, S., 2012, p. 263).

A possibilidade de retorno para o país de origem existe, mas a maioria dos comerciantes peruanos afirma querer permanecer morando no Brasil. Muitos ainda estão em processo de regularização documental, outros já conquistaram a nacionalidade. Independentemente da situação legal do comerciante peruano, esse trânsito entre os dois países, Brasil e Peru, é sustentado pela mobilidade desses imigrantes por motivos variados, seja comercial, familiar, lazer, seja por estudo, trabalho, dentre outros.

A migração internacional é assim entendida: “Movimentos de pessoas que deixam os seus países de origem ou de residência habitual para se fixarem, permanente ou temporariamente, noutro país.” (OIM, 2009, p. 42). Já para Campos (2017, p. 453), “a migração é uma mudança permanente de residência entre locais distantes”.

O autor qualifica a migração quando atende a dois aspectos: o critério temporal e espacial. Em relação à temporalidade, refere-se ao tempo mínimo de permanência (6 meses a 1 ano) que o indivíduo precisa residir no local de destino. Já no que tange ao critério espacial, que esse deslocamento atenda a uma distância mínima entre o lugar de partida e de destino. Em Benjamin Constant, considerando o comércio de peruanos do bairro de Coimbra, os imigrantes, na maioria, ao transpor as fronteiras, vêm com a perspectiva de permanência ou de passarem certo período na cidade. Esses são aqueles que vêm de lugares mais distantes da fronteira. Há também os migrantes que vivem na fronteira residindo nas cidades peruanas fronteiriças, que fazem esse deslocamento com mais frequência, sem finalidade de permanência. Essa transposição de fronteiras internacionais se aplica a esse trânsito de imigrantes peruanos entre as fronteiras Brasil-Peru.

Quando analisamos o contexto dos fluxos migratórios em Benjamin Constant é encorpado a estrutura da migração internacional outros tipos de migração que dão conta de melhor perceber os tipos de migrantes existentes nesse grande celeiro de imigrantes peruanos. Nesse quesito a migração circular entendida como “o movimento, temporário e mais permanente, entre países que quando voluntário e ligado as necessidades laborais de países de origem e de destino, pode beneficiar todos os envolvidos” (OIM, 2009, p. 40) nos ajuda a entender o cenário onde essas migrações ocorrem, movidas por questões de ordem geralmente econômica refletidas nas relações sociais, laborais e comerciais que acabam ocasionando uma conexão de pertença e trânsito entre os dois países.

A migração de deslocamento pendular “entendido como deslocamentos diários do domicílio para o trabalho e estudo, se constituem importante fator para a análise do processo de

aglomeração” (CONTE, 2013, p. 137). Isso porque muitos peruanos não residem no Brasil apenas fazem esse trajeto diário para atividades específicas como estudo, trabalho, compras, comércio, passeio, etc, e retornam para seu país. Essa migração pendular também pode ser caracterizada na figura do imigrante/emigrante pendular quando reside no Brasil e faz esse trânsito diário para o seu país de origem para finalidades específicas, não de permanência, e regressa para o país hospedeiro. Esse fluxo é observado na fronteira Brasil-Peru; muitos peruanos moram no Brasil, mas realizam diariamente outras atividades no país de origem como estudo, trabalho, comércio, passeios e lazer.

Além disso, identifica-se a migração clandestina – quando o imigrante viola o regulamento de entrada de um país ou nele permanece em violação. Isso ocorre em razão do fácil acesso de entrada na cidade de Benjamin Constant via cidade de Islândia e de Santa Rosa no Peru. Além disso, a inexistência de posto de controle e fiscalização da entrada de imigrantes peruanos em Benjamin Constant, AM, contribui para esse tipo de migração. Ainda podemos citar a migração de retorno, que também caracteriza essa vivência do imigrante peruano na fronteira Brasil-Peru, entendida como o “ato de retornar ao seu próprio país de origem, de forma temporária ou permanente” (CASSARIANO, 2017, p. 455).

Nesse cenário das migrações que permeia a fronteira Brasil-Peru, em especial o contexto do comércio peruano em Benjamin Constant, percebe-se um nível de fluidez e dinamismo nas migrações desses imigrantes promovendo uma aglomeração transfronteiriça. Ao nosso olhar, existe na fronteira Brasil-Peru uma migração em trânsito.

Concebemos o entendimento de migração em trânsito pelo fluxo de circulação de migrantes em um determinado lugar, seja com finalidade de permanência, seja temporária apenas para fins específicos não associados à perspectiva de residência no país. Mesmo os imigrantes que têm perspectiva de morar no país hospedeiro fazem esse trânsito entre o país de origem e o país hospedeiro, e ainda estimulam o fluxo migratório de outros familiares ou conterrâneos. Igualmente, pode haver o retorno desses imigrantes para o seu país de forma permanente ou temporária.

Esse cenário de mobilidade dos imigrantes entre a fronteira Brasil-Peru promove um dinamismo temporal e espacial que se configura uma **migração em trânsito** desses imigrantes entre os dois países. Isso se aplica à realidade dos comerciantes peruanos do bairro de Coimbra estimulada pelas múltiplas relações étnica-familiar-comercial.

Assim, podemos dizer que a migração em trânsito é influenciada por vários fatores que funcionam como estímulo para essa circulação de imigrantes entre as fronteiras:

- a) Fácil acesso de percurso entre as cidades fronteiriças. Regiões de fronteira onde há cidades próximas com acesso, seja terrestre, seja fluvial apresentam maior fluxo de circulação de imigrantes pela facilidade de ir e vir.
- b) Pouco controle nas cidades de fronteira em relação à entrada e saída de imigrantes. A falta de postos de fiscalização estimula as migrações pela facilidade de acesso ao destino escolhido. Cidades fronteiriças, onde não existem postos de controle e fiscalização de entrada e saída de imigrantes podem apresentar uma tendência maior de funcionarem como porta de acesso ou permanência de imigrantes. Como explica Silva (2012), a preferência pela Amazônia brasileira justifica-se, em parte, pelo fato de que esses deslocamentos têm baixo custo de locomoção, já que grande parte dos percursos é feita em barcos, e pelo pouco controle nas regiões de fronteira (SILVA, S., 2012).
- c) Redes de contato dos imigrantes já residentes no país hospedeiro com familiares ou conterrâneos que vivem no país de origem. Os contatos étnicos são um forte estimulador das migrações uma vez que possibilitam o repasse de informações privilegiadas de quem já vive no país hospedeiro. “A adaptação do migrante recém-chegado ao meio social se dá frequentemente mediante mecanismo de ajuda mútua e de solidariedade de migrantes mais antigos.” (SINGER, 1973, p. 55).
- d) Existência de negócios étnicos no país hospedeiro – negócios étnicos promovem uma relação comercial com o país de origem porque existe a necessidade de importação de produtos étnicos para atender ao mercado local. “Por mais que seja decisão individual, a migração implica sempre um processo de mão dupla, pois ela envolve tanto a sociedade de partida quanto a de chegada.” (SILVA, S., 2012, p. 263). Essa relação movimentada recursos étnicos de natureza humana (força de trabalho), material e financeira, haja vista que “nessas cidades fronteiriças, o que atrai os peruanos são as chances de trabalho no comércio, tanto formal e informal” (SILVA, S. 2012, p. 261).

Considerando o cenário macro da região do Alto Solimões no que se refere à região da Tríplice Fronteira Brasil–Colômbia–Peru, e de forma micro apenas a fronteira Brasil–Peru, no que tange ao território de Benjamin Constant, AM, tendo como pano de fundo o comércio peruano, esses fluxos migratórios provocam uma migração em trânsito movida pelas migrações e deslocamentos transfronteiriços de familiares e conterrâneos com finalidade de permanência

ou não, ligados inicialmente a questões comerciais e de trabalho, e em menor proporção, ligados a outros fatores específicos como estudo, consumo, passeio, entre outros.

### **3.2 Existe uma economia étnica na cidade de Benjamin Constant?**

A Teoria da Economia Étnica explica que existe um mercado de negócios étnicos formado por estrangeiros. Essa teoria é um desdobramento da Teoria Middleman Minorities de Bonacich (1973), que argumenta que vários grupos de trabalhadores estrangeiros, ao se inserirem no país hospedeiro, atuam nas atividades intermediárias da hierarquia ocupacional, atuando como empreendedores. Isso porque “em maior ou menor grau, emerge em quase todas as populações imigrantes um grupo de pessoas que é capaz de criar e possuir negócios, implementando atividades econômicas numa diversidade de setores” (MALHEIROS, 2017, p. 273).

Essa abordagem que trata de explicar a inserção do imigrante no mercado de trabalho sustenta três conceitos básicos: enclave étnico, empreendedorismo étnico e economia étnica.

O enclave étnico refere-se ao “modo de incorporação alternativo no mercado de trabalho, resultante, em parte, de uma atitude reativa dos imigrantes às limitações de acesso e mobilidade ao mercado primário e como forma de atender à demanda de consumo do grupo de imigrantes de mesma etnia” (NORONHA; VILELA, 2015, p. 75).

Nesse entendimento o enclave étnico relaciona-se com a localização e concentração de empresas coétnicas em determinados espaços geográficos, concentrando grupo de imigrantes de empresários, trabalhadores, clientes e, em alguns casos, até mesmo fornecedores, todos tendo em comum a origem étnica.

Já o empreendedorismo étnico “refere-se a estrangeiros que são empresários, autônomos e proprietários de negócios” (NORONHA; VILELA, 2015, p. 75). De forma mais específica, esse termo serve para caracterizar empresas que estejam sob domínio de imigrantes, em que o proprietário da empresa é estrangeiro e seus funcionários podem ser nativos ou estrangeiros.

A economia étnica envolve em sua abrangência o enclave e o empreendedorismo étnico. Essa abordagem indica a existência de um mercado “em que os imigrantes se inserem principalmente por meio da formação dos negócios e de empresas étnicas. [...], em que os imigrantes trabalham como empregados de coétnicos, como trabalhadores autônomos ou como empregadores, e ainda em nichos econômicos” (NORONHA; VILELA, 2015, p. 74-75).

Ligth e Gold (2000) reconhecem a importância da economia étnica representada pela sua utilidade para os estudos de minorias étnicas e imigrantes, uma vez que se trata de uma

economia formada por traços étnicos e coétnicos, conforme explicam os autores: “[...] an ethnic economy consists of coethnic self-employed and employers and the coethnic employees. Whatever is not part of the ethnic economy belongs to the general labor Market. Simple to define, and useful in studies of immigrant and ethnic minorities” (LIGTH; GOLD, 2000, p. 4).

Existe consenso entre outros autores, como Truzzi e Sacomano Neto (2007) e Grun (2016), de que a economia étnica recebe influência e se relaciona com o termo *middleman minorities*, traduzido no estudo de Truzzi como minorias mercantis. Para Grun (2016, p. 93), a economia étnica, “se relaciona com o conceito anterior de “middle-men minorities”, por sua vez relacionado a determinados grupos étnicos minoritários, especializados em funções de intermediação comercial em sociedades pouco abertas”. O termo se refere “a determinados grupos étnicos que historicamente se especializam no comércio e na intermediação em sociedades pré-capitalistas, e cuja vocação é mantida até hoje. Judeus e armênios representariam os exemplos clássicos” (TRUZZI; SACOMANO NETO, 2007, p. 41).

Sobre isso, Grun (2016) esclarece que, embora nas economias ocidentais pré-capitalistas, inicialmente esses grupos fossem identificados como pertencentes aos judeus e armênios, posteriormente serviu para identificar, também, os chineses étnicos, alastrando para a inclusão de outras diversas minorias étnicas ou religiosas. Isso significa dizer que a economia étnica, inicialmente formada por membros das minorias étnicas, atualmente incorpora outros grupos sem essa experiência prévia da “minoridade intermediária”, mas que, motivado pela atitude de cooperação com seus conterrâneos, caracterizam o espaço da economia étnica em uma relação de “entre-ajuda”. É por isso que Truzzi e Sacomano Neto (2007, p. 41) explicam que “toda minoria mercantil tem uma economia étnica, mas não vice-versa”; isso significa dizer que uma economia étnica pode também ser formada por um grupo que não se configura historicamente como minoria étnica.

Essa perspectiva dos autores de associar a economia étnica aos estudos de minoria étnica e de imigrantes nos lembra a fala de Roberto Oliveira em que usa o conceito de etnicidade para caracterizar as relações de grupos de minoria étnica ou, ainda, de imigrantes inseridos no espaço de um Estado-Nação (OLIVEIRA, R., 2000, p. 8). Isso se aplica à cidade de Benjamin Constant, que concentra muitos imigrantes peruanos inseridos em vários espaços da sociedade, principalmente no comércio. Provocam uma multiplicidade de relações sociais, linguística, cultural, comercial e até mesmo territorial.

Na cidade de Benjamin Constant, Amazonas, a expressividade de imigrantes peruanos inseridos no ramo do comércio varejista, sempre concentrados em lugares estratégicos, chama a atenção dos hospedeiros e visitantes da cidade. Inicialmente, a predominância era na área

central, agora existe uma tendência de expansão para os bairros. A exemplo, o bairro de Coimbra, um dos mais antigos da cidade, hoje tem em seu espaço uma área comercial formada por imigrantes peruanos que se aglomeram nas duas principais ruas de acesso ao bairro, a saber: Rua Frei Ludovico e Rua 13 de Maio, estrategicamente, as principais vias de entrada e saída do bairro.

No pensamento de Noronha e Vilela (2015, p. 77), “demarca-se, portanto, a economia étnica a partir do critério da concentração de trabalhadores ou da propriedade/direção da empresa por estrangeiros”. Nisso o comércio peruano do bairro de Coimbra atende à característica mencionada pelo autor. No perímetro analisado, todos os 14 comércios varejistas identificados na forma de mercadinhos de bairro estão concentrados no mesmo perímetro e de propriedade de imigrantes de origem étnica de naturalidade peruana.

Na opinião de Garcés Haro (2011, p. 4), um dos fatores que diferenciam a economia étnica de outros tipos de economia seria “la dependencia en parte de un capital proporcionado por los recursos étnicos”. Sobre esse aspecto, a pesquisa indica que os comércios peruanos são constituídos em parte com recursos étnicos. Vejamos:

*Eu tinha trabalho fixo no Peru, recebia bem economicamente, mas com a pandemia, a lei peruana fez corte salarial de 40%. Aí saí da empresa e foi com minha economia que abri um negócio aqui no Brasil. (Comerciante 4, 35 anos, 2021).*

*Nós morávamos na comunidade do Javari/Peru e trabalhávamos com a produção e venda de produtos agrícolas e animais. Começamos fazendo as vendas desses produtos na feira aqui da cidade. Juntamos dinheiro das vendas desses produtos e conseguimos montar nosso comércio aqui na cidade. (Comerciante 9, 33 anos, 2021).*

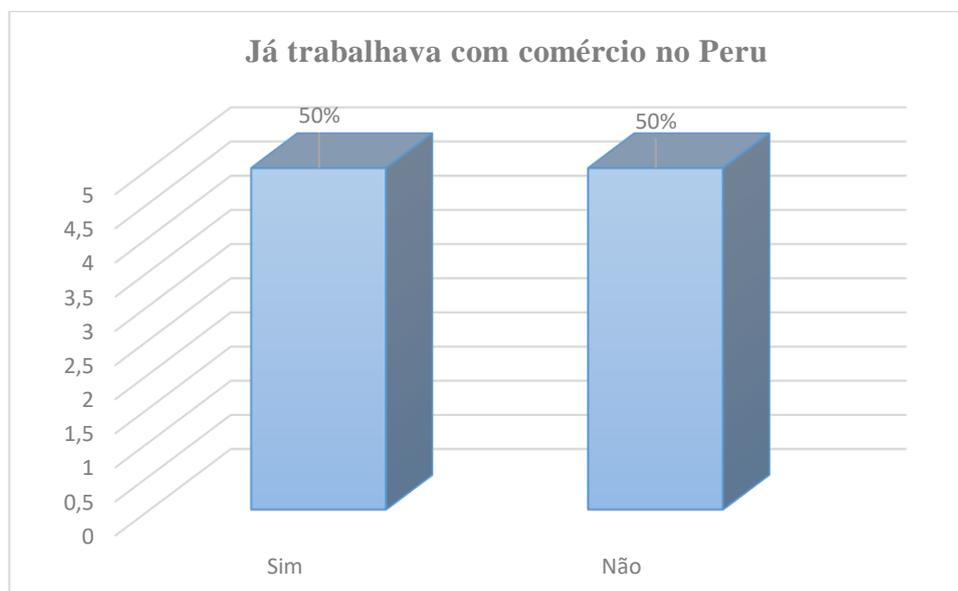
Os comerciantes peruanos do bairro de Coimbra também têm em comum os recursos étnicos como principal meio de organização e sustento da atividade comercial. Os comércios foram abertos por meio da ajuda de recursos oriundos do seu país de origem.

Alguns registraram a ajuda dos familiares. Outros pontuaram a existência de negócios no país de origem, o que possibilitou recursos para investir. Muitos desses já eram comerciantes, o que contribuiu para a abertura do comércio no Brasil (Figura 31).

O que se observa é a predisposição desses imigrantes para o comércio quando chegam à cidade. Isso revela que os comerciantes peruanos possuem uma prática e habilidade para a atividade comercial. É algo relacionado com sua cultura. Seja ambulante, seja formal, seja informal, o comércio é algo que caracteriza o imigrante peruano em Benjamin Constant, conecta esses imigrantes a laços sociais e à estrutura de classe comum, uma vez que “laços de

solidariedade familiar, de origem comum etc..., que refletem situações de classe social, desempenham um papel de suma importância na integração do migrante à economia e à sociedade do lugar de destino” (SINGER, 1973, p. 55).

Figura 31 – Percentual de comerciantes que já trabalhavam no comércio do Peru



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Diferentemente dos comerciantes da área do centro da cidade – muitos dos quais iniciaram seus negócios de forma ambulante –, todos os comerciantes do bairro de Coimbra, ao se estabelecerem ou migrarem para o bairro, já iniciam em um lugar fixo. Às vezes, com poucas mercadorias, até expandirem em variedade e quantidade de produtos. Outro aspecto que diferencia os comerciantes do centro da cidade dos comerciantes do bairro de Coimbra é que os pontos comerciais dos comerciantes peruanos do centro são todos alugados, e no bairro de Coimbra, muitos são proprietário do imóvel.

Ressalte-se que alguns desses comerciantes já trabalhavam no comércio no centro da cidade, depois migraram ou se expandiram para o bairro de Coimbra. Esse é o caso dos Comerciantes 2, 9 e 11. Eles possuem mais de um comércio, um no centro e outro no bairro de Coimbra. Há outros que possuem mais de um comércio no mesmo bairro ou em outro bairro da cidade – os Comerciantes 1, 4, 6 e 14. Ainda, os que possuem comércio no bairro de Coimbra e em outra cidade, a exemplo de Tabatinga, o Comerciante 10. Os demais registraram que possuem apenas um comércio no bairro.

Outro fato para explicar a inserção dos comerciantes peruanos do bairro de Coimbra de forma mais estabilizada é em relação à condição financeira desses imigrantes ao partirem do

seu país de origem. Ao migrarem, levam certa economia que os ajudam a se estabelecer no comércio da cidade. Vamos lembrar a história do Comerciante 3, que depois de dez anos vivendo no Brasil, retornou com toda a família para o Peru. Pois bem, seu estabelecimento foi alugado, e negociou as mercadorias com outra família de peruanos. A negociação foi feita antes mesmo da chegada dos novos proprietários ao Brasil. Esse é um caso de família de imigrantes que já chega ao Brasil de forma mais estruturada.

Para além dos recursos materiais e financeiros, existe uma dependência e significativa contribuição para o sustento da atividade comercial, o uso dos recursos humanos étnicos na figura dos familiares e conterrâneos trabalhando no comércio.

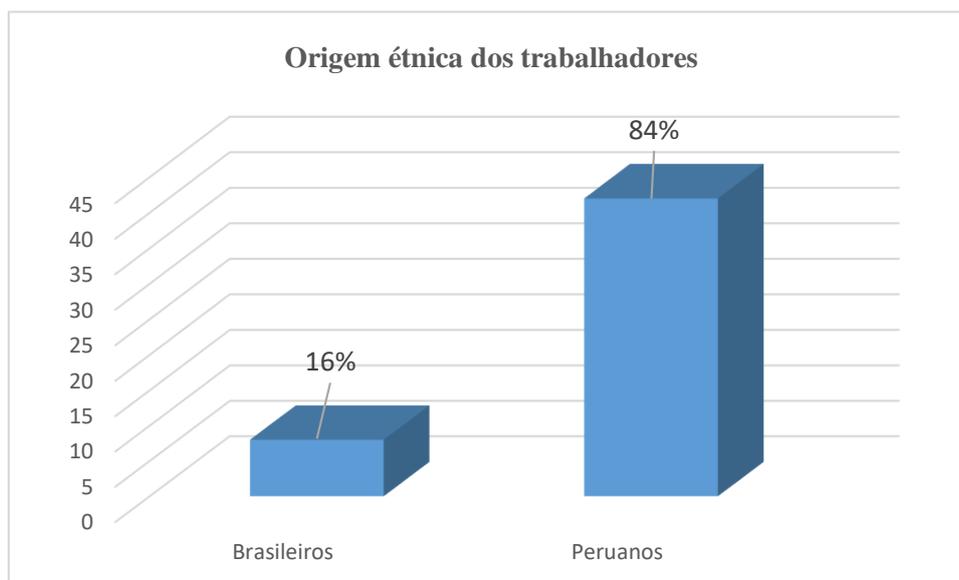
Segundo Beltrán, Oso e Ribas-Mateos (2006), o adjetivo étnico corresponde a uma identidade de grupo que integra empresários e trabalhadores em uma pertença étnica. Os recursos étnicos são exemplificados e assim classificados:

*[...] el valor de la lealtad y la confianza, los lazos de solidaridad y reciprocidade, el empleo de coétnicos, la ayuda familiar, las facilidades de préstamo de dinero por parte de familiares, amigos e vecinos, la socialización étnica y lingüística en determinados valores y actitudes, así como el peso que juegan las tradiciones y estrategias económicas étnicas (a menudo vinculadas a los lugares de origen).* (BELTRÁN; OSO; RIBAS-MATEOS, 2006, p. 27).

Aqui fica em evidência que a economia étnica é movida por relações coletivas dos imigrantes, o que possibilita acesso a informações e recursos, atribuindo à economia étnica uma característica considerada por Garcés Haro (2011) de mobilidade social. Assim, mais do que uma estratégia de negócio individual do dono do empreendimento, a economia étnica envolve várias relações que provoca a mobilidade social e a participação de outros atores no cenário da economia étnica como familiares, empregados, amigos, vizinhos, fornecedores, agências de empréstimo geralmente vinculados aos seus lugares de origem.

O fluxo migratório dos imigrantes peruanos é movido por uma mobilidade social estimulada por familiares e conterrâneos que já vivem no país hospedeiro, como mostrado anteriormente no gráfico (Figura 29), revelando que 90% dos comerciantes peruanos tinha alguém esperando por eles no Brasil. Isso mostra que existe um canal de informações que facilita esse processo de migração e inserção do imigrante no comércio em atividades em que possivelmente seus familiares ou conterrâneos já atuam. Ademais, existe preferência por trabalhadores da mesma origem étnica, conforme revelam os dados a seguir (Figura 32).

Figura 32 – Gráfico representativo da origem étnica dos trabalhadores



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Os comércios peruanos do bairro de Coimbra concentram um quantitativo de 50 trabalhadores. Dentre esses, são peruanos 84%, são peruanos, compostos principalmente por familiares, e em menor proporção, conterrâneos conhecidos. Os 16% são brasileiros, o que corresponde apenas a 7 trabalhadores. Vejamos um relato de um brasileiro que trabalha como segurança de um estabelecimento peruano.

*Aqui só trabalham peruanos, a maioria é família, uns vêm, outros vão. Só eu que sou brasileiro, mas sou vigia, faço a segurança do lugar. Trabalho um dia sim, outro não, porque tenho outro emprego também. Já estou aqui há 4 anos. O patrão até já contratou outros brasileiros para trabalhar direto no comércio mesmo, arrumando as coisas, atendendo, mas eles não aguentam. Reclamam que é muito puxado e saem. O patrão disse que não gosta de contratar brasileiros, porque são preguiçosos. (Funcionário brasileiro 1, 52 anos, 2021).*

A preferência por peruanos é porque eles se adaptam melhor ao sistema de trabalho dos comerciantes peruanos. Esses comércios abrem as 6 da manhã e fecham entre as 21h30 e 22h, de domingo a domingo. Além disso, são comércios de caráter familiar; muitos dos trabalhadores com algum grau de parentesco ou conhecidos conterrâneos já migram com essa finalidade de ajudar no comércio. O funcionário brasileiro 1 não revelou os valores salariais.

*Antes de trabalhar aqui, eu trabalhava no comércio peruano. Lá era muito ruim, a patroa queria que eu fizesse tudo, eu cuidava das coisas da casa e ainda ajudava no comércio. Ela pedia para eu fazer muitas coisas ao mesmo*

*tempo. O pioré que atrasava o pagamento, ficava uns 2 meses sem receber. Aí decidi sair, porque não compensava. Agora, aqui neste outro comércio peruano é melhor. Eu só fico no comércio, e ele não atrasa meu salário. Quando é preciso ficar o dia todo, ele dá o almoço. Aqui é tranquilo, eles são legais.* (Funcionária brasileira 3, 18 anos, 2021).

Essa jovem de 18 anos relatou que mora na comunidade Filadélfia, declarada como indígena de etnia ticuna; trabalha das 7h30 às 12h e das 14h às 18h. Quando perguntei quanto recebia, ela respondeu: “Eu não posso dizer quanto eu recebo, só a minha mãe sabe, porque ele pediu para eu não falar para ninguém.” (Funcionária brasileira 3, 18 anos, 2021).

Nenhum dos trabalhadores brasileiros tem a carteira assinada, muito menos os peruanos, uma vez que a maioria ainda se encontra em processo de regulamentação de documentos, principalmente os de menos tempo no Brasil. A faixa salarial dos brasileiros que trabalham nesse comércio é de R\$ 180,00 a R\$ 250,00 por semana. Isso explica por que os patrões não permitem que seja falado sobre a remuneração desses funcionários uma vez que não atendem à legislação trabalhista.

*Eles não assinam a carteira, mas são barriga cheia. Se vão tomar café, chamam todos. Se vão almoçar, fazem para todos. Nada de separar comida de empregado e patrão, é a mesma para todos. Quem trabalha no caixa recebe mais, quem fica no corredor é menos. O trabalho é bem intenso, tem muita coisa para fazer sempre. Eles não param, é todoo tempo trabalhando. A gente chegava cedo e saía só quando fechava, fazíamos as refeições lá mesmo. Eles são tudo família trabalhando no comércio; no bairro de Coimbra, são uns 4 irmãos com comércios. Fora os comércios que alguns deles têm na área do centro.* (Ex-funcionário brasileiro 2, 20 anos, 2021).

Esse ex-funcionário trabalhava no mesmo comércio com o irmão mais velho, que, por sinal, é casado com uma peruana. Seu irmão ficava no caixa, e ele ajudava no atendimento com outros peruanos na arrumação dos produtos e demais serviços. Seu irmão ganhava 250 reais por semana e ele, 200 reais. Nesse comércio identificamos dois brasileiros trabalhando. A comerciante explica por que busca sempre ter algum brasileiro no comércio:

*Aqui o comerciante peruano é muito perseguido. Eles vêm verificar nossa mercadoria, qualquer coisa é multa. Eles cobram balança digital, então eu compro a balança. Eles reclamam que a gente não contrata brasileiros, eu então sempre contrato brasileiros para evitar problemas.* (Comerciante 9, 33 anos, 2021).

Em visita recente, contudo, não se identificou nenhum brasileiro no referido comércio, todos que estavam em atividade de trabalho eram peruanos. Isso significa que os brasileiros já haviam sido dispensados. Ainda que exista cobrança social pela contratação de brasileiros, os comerciantes peruanos priorizam os da mesma origem étnica e até estimulam a migração de familiares e conterrâneos para o Brasil, pois, ao chegarem, são inseridos no trabalho do comércio peruano.

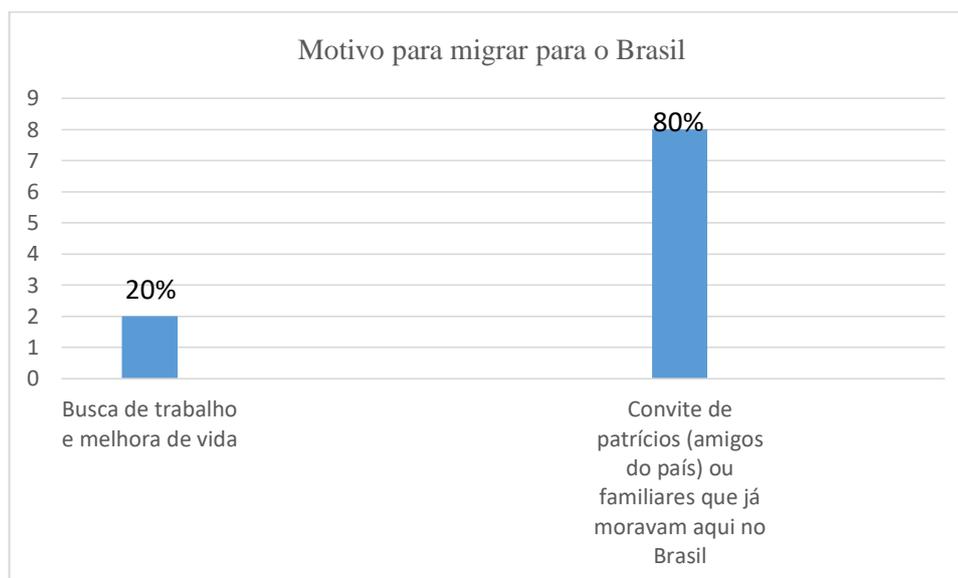
Os familiares contribuem de diversas formas para o desenvolvimento do negócio, que vai, desde o recrutamento de trabalhadores, até mesmo oferecendo sua força de trabalho. Sobre isso, Solé e Parella (2005, p. 19) comentam:

Las redes familiares serán fundamentales en el momento de reclutar la fuerza de trabajo coétnica. Al mismo tiempo, la rentabilidad de estos negocios se conseguirá a través de la autoexplotación, de largas jornadas laborales de la personas asalariadas que trabajan en él y del recurso de otros miembros de la familia (esposa e hijos) como fuerza de trabajo no remunerada.

A principal força de trabalho desses comerciantes peruanos é familiar. Há economia financeira em ter a família ajudando no comércio uma vez que muitos não são remunerados. Esse ganho com a força de trabalho familiar serve para custear as despesas da família, para investir no próprio negócio ou até mesmo ajudar na poupança para possíveis emergências. Além disso, os parentes que possuem comércio procuram realizar algumas compras em conjunto, pois é uma forma de economizar no frete dos produtos, principalmente os comprados em Tabatinga, Brasil.

Entre os comerciantes peruanos do bairro de Coimbra, observou-se a existência de uma rede de relações sociais étnicas que está implícita entre os subgrupos dos comerciantes peruanos. Essa rede, que envolve familiares e conterrâneos, atende a dois aspectos do imigrante peruano: primeiro, serve como canal de informações que facilita e agiliza o processo de migração e adaptação no país hospedeiro; segundo, funciona como apoio para inserção no mercado de trabalho, seja como empregado, seja como empregador mediante práticas empreendedoras. “O estudo das redes étnicas constitui um tópico de particular interesse porque possibilita conectar os determinantes da imigração aos níveis micro e macro.” (TRUZZI; SACOMANO NETO, 2007, p. 42). Conforme apresentado no gráfico (Figura 33), o fluxo migratório desses comerciantes peruanos tem como principal estimulador os familiares e conterrâneos que já vivem no Brasil.

Figura 33 – Gráfico representativo do motivo para migrar para o Brasil



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

De acordo com os dados, o convite de familiares e de patrícios foi o principal motivo para a migração conforme a resposta de 80% dos comerciantes peruanos. Já 20%, afirmaram que a busca de trabalho e de melhor condição de vida foi o que estimulou a saída do Peru para o Brasil.

Aqui se observa uma rede de contatos que estimula a migração e facilita a inserção e adaptação dos imigrantes no comércio no bairro de Coimbra em Benjamin Constant. Conforme explica Singer, isso ocorre porque:

Os primeiros migrantes, ao assegurarem seu sustento, mesmo que seja como servidores domésticos ou trabalhadores autônomos, ‘chamam’ outros migrantes, geralmente parentes ou amigos, oferecendo-lhes não apenas o benefício de sua experiência mas também apoio material e, eventualmente, oportunidades de trabalho. (SINGER, 1973, p. 60).

É mais fácil migrar quando já se tem informações sobre o lugar de destino, quando alguém já o espera, ou, ainda, quando já se sabe como se inserir no mercado de trabalho. Todo processo de migração requer informações do lugar de destino: como chegar? A quem procurar? Onde morar? Quais as oportunidades de emprego? Como regularizar a situação de imigrante? Que oportunidades o lugar oferece? Que cuidados o imigrante precisa ter?, dentre outras informações. Essa rede de contatos promove informações privilegiadas para que a migração ocorra de forma mais planejada e assertiva no que se refere ao modo de produção de vida desses imigrantes no lugar de destino.

Segundo Fusco e Rezende (2017), o papel das redes sociais na migração (interna e, principalmente, internacional) adquiriu grande relevância entre pesquisadores que se debruçam sobre o tema (FUSCO; REZENDE, 2017), sendo caracterizada por laços entre os migrantes e não migrantes, entre o lugar de destino e de origem, promovendo a manutenção e expansão da migração.

Para Truzzi e Sacomano Neto (2007, p. 42): “os recursos étnicos podem ser mais bem explorados quando integrados por uma rede.” As redes de imigração são caracterizadas por esses autores como “conjuntos de laços interpessoais que ligam migrantes, pioneiros migrantes e não migrantes, em áreas de origem e destino, por meio de vínculos de parentesco, amizades e conterraneidade” (TRUZZI; SACOMANO NETO, 2007, p. 42).

Essa rede de imigração constituída pelas relações interpessoais étnicas promove não apenas a migração de pessoas, também promove a migração de recursos e produtos entre os países, por isso. no caso do comércio peruano do bairro de Coimbra, vamos preferir identificar como rede de relações étnicas, uma vez que os laços que interligam a relação entre os atores e recursos decorrem da mesma origem étnica.

Assim, considerando as relações que envolvem o comércio peruano do bairro de Coimbra de Benjamin Constant e a existência dos recursos étnicos, seja humanos, seja materiais e financeiros, considerando sua pertença a seu país de origem para o desenvolvimento das atividades comerciais no Brasil, podemos afirmar que existe uma rede de imigração no comércio peruano do bairro de Coimbra de origem étnica que contribui para o estímulo do processo de migração de peruanos, por conseguinte, a formação de um negócio étnico.

Para exemplificar esse pensamento, vejamos o exemplo do fornecimento de alguns dos produtos agrícolas vendidos pelos comerciantes peruanos na cidade de Benjamin Constant, como batatas, beterraba, cenoura, cebola, alho, aipo. Existe uma rede étnica que possibilita que esses produtos cheguem até o bairro de Coimbra para o consumidor final de Benjamin Constant. Esses produtos vêm das comunidades agrícolas da região da Costa do Peru. Em Benjamin Constant, existe uma comerciante peruana que fornece esses produtos para todos os comerciantes peruanos da cidade. Ela compra diretamente das comunidades agrícolas do Peru e faz a revenda para os comerciantes peruanos da cidade.

*Eu forneço para todos os comerciantes peruanos aqui da cidade. Esses produtos agrícolas, tudo, sou eu quem forneço. Esses produtos vêm de muito longe, lá das comunidades agrícolas do Peru. É muito tempo para chegar aqui. São transportados por caminhões e barcos até chegar aqui. Eu nem conheço os meus fornecedores, faço o contato pelo WhatsApp e ligação. Já tive muitos prejuízos de cargas que sumiram e nunca chegaram aqui, mas*

*também já tivemos muitos ganhos, porque os produtos são muito baratos. É um risco porque não conhecemos os fornecedores pessoalmente e temos de confiar em quem faz o transporte da mercadoria. Já tive prejuízos de 20 a 30 mil reais de mercadoria que se perdeu por aí, mas é difícil acontecer, sempre dá certo. Meu cunhado só quis fornecer uma vez, ganhou um bom dinheiro e já passou a investir em outra coisa. Agora, é assim, os meus clientes não deixam eu vender para o consumidor final, eles dizem que é injusto porque eu tenho preço de atacado, então eu não vendo. Só vendo para os comerciantes mesmo. Forneço para todos eles aqui da cidade até para supermercado brasileiro daqui. (Fornecedora peruana 1, 33 anos, 2021).*

Aqui se observa o dinamismo do comércio peruano na movimentação das relações e recursos étnicos. Nos comércios peruanos, existem produtos das três nacionalidades: Brasil, Peru, Colômbia.

Em relação aos produtos de nacionalidade peruana, por exemplo, o fornecimento dos produtos agrícolas comercializados no bairro de Coimbra, em Benjamin Constant, caracteriza-se como um mercado de enclave étnico. No enclave étnico, existe a concentração de negócios de imigrantes no mesmo espaço geográfico, e os proprietários do empreendimento, fornecedores e até mesmo clientes têm a mesma origem étnica.

Nesse tipo de mercado existe uma dependência dos negócios em relação ao seu país de origem, uma vez que dependem de fornecimento de produtos de origem étnica para atendimento das necessidades da população étnica representadas pelos imigrantes que vivem fora do país. Esse mercado é estimulado pela clientela étnica que demanda por produtos do seu país de origem. Nesse caso da comercialização dos produtos agrícolas são produzidos no Peru e intermediados por um atravessador peruano residente em Benjamin Constant, que, por sua vez, tem como clientes todos os comerciantes peruanos da cidade, que fazem a revenda para o consumidor final, peruanos e brasileiros.

Além dos produtos peruanos, são comercializados produtos brasileiros e colombianos nos comércios peruanos. Os produtos brasileiros são comprados na cidade de Tabatinga, Amazonas, e/ou nas embarcações que vêm de Manaus; já os produtos colombianos, são comprados em Letícia. “Aqui somos três países, tem clientes das três nacionalidades. Eu faço a venda dos produtos dos três países. Peruano vem procurar produto peruano, colombiano e brasileiro também procuram produtos do seu país.” (Comerciante 4, 35 anos, 2021).

Neste caso aqui, não se aplica o enclave étnico uma vez que os sujeitos da movimentação comercial são de origem étnica diferente. Convém lembrar, todavia, que todos os comerciantes varejistas de mercadinho do bairro de Coimbra apresentam a mesma origem étnica (peruanos) e estão concentrados em um mesmo perímetro espacial com trabalhadores étnicos majoritariamente. Isso configura o comércio peruano do bairro de Coimbra na estrutura do

empreendedorismo étnico, onde se exige que o estabelecimento do comércio seja de propriedade ou de direção de imigrantes da mesma origem étnica, que estejam concentrados em um mesmo espaço geográfico, formando uma aglomeração comercial étnica. Pode ter trabalhadores étnicos ou não.

Considerando alguns fatores do comércio peruano do bairro de Coimbra, tais como: onde e como estão concentrados esses comércios? Desses comércios, quantos são de origem étnica? No bairro, existem residentes da mesma origem étnica dos comerciantes peruanos? Esses comércios peruanos atendem apenas às necessidades de étnicos ou à ampla clientela? Existe uma diversificação ou especialização do setor de atividade comercial praticada por esses comerciantes peruanos no bairro?

A resposta a essas questões nos ajuda a melhor caracterizar o comércio peruano do bairro de Coimbra quanto à sua tipologia de negócio. Conforme mencionado, o comércio peruano nesse bairro é uma expansão do comércio peruano do bairro Centro da cidade. Assim:

- a) no bairro de Coimbra, existe uma concentração de comércios de origem étnica peruana aglomerados em duas ruas de acesso comum, Rua 13 de Maio e Rua Frei Ludovico. Existem outros comércios de origem peruana espalhados em partes diferentes do bairro. Também existem comércios brasileiros no mesmo perímetro de concentração dos comércios peruanos e em outras partes do bairro;
- b) o segmento de negócios predominante no comércio concentrado no bairro de Coimbra, na Rua 13 de Maio e Frei Ludovico, é o varejista na forma de mercadinhos, todos de origem étnica peruana. Outros comércios de coétnicos ou de brasileiros concentrados nessa localização atuam em outras atividades comerciais;
- c) embora a predominância de residentes no bairro seja de brasileiros, diagnosticou-se um número expressivo de famílias peruanas residindo no bairro de Coimbra. Na pesquisa realizada por Jorge Lima (2019), o bairro de Coimbra apresentou a maior concentração de famílias peruanas.

Os comércios peruanos do bairro de Coimbra atendem clientes étnicos e não étnicos. Predominantemente, atuam no ramo varejista alimentício, mas existem alguns em outros ramos de atividade em menor proporção. No mesmo espaço de concentração desses comércios étnicos, encontram-se comerciantes brasileiros, mas trabalham em outros segmentos de negócio – farmácia, confecção, eletrônicos.

Assim, na atuação do comércio peruano no bairro de Coimbra, considerando a aglomeração desses comerciantes na Rua 13 de Maio e Rua Frei Ludovico, temos uma

centralidade étnica de categoria especializada quando consideramos a atividade comercial voltada para o comércio varejista no ramo alimentício. “Nas centralidades coétnicas especializadas concentram-se numerosos negócios da mesma tipologia em um bairro, que são propriedade de empreendedores estrangeiros de uma única nacionalidade ou origem.” (NUNES, 2017, p. 93).

Essa centralidade étnica identificada no bairro de Coimbra comporta traços de uma economia de enclave étnico ao envolver relações comerciais desde o suprimento dos produtos até a venda final ao cliente. Todos os envolvidos são da mesma origem étnica. Apresentam traços que os configuram no bojo de uma economia de empreendimento étnico; considerando a centralidade desses comércios na mesma localidade, no mesmo segmento de negócio; com proprietários da mesma origem étnica, agregando trabalhadores e clientes étnicos e autóctones. Em ambas as situações, os recursos étnicos se mostram vivos e necessários para a formação e o sustento do comércio peruano do bairro de Coimbra, tendo como principal estimulador, a rede de relações sociais desses imigrantes.

Diante do exposto, considerando todas as análises que nos foi possível realizar, afirmamos que existe uma economia étnica no comércio peruano do bairro de Coimbra, alimentada e sustentada, principalmente, pela rede de relações sociais étnicas, familiares e comerciais, responsáveis pela formação, pelo sustento e pela expansão do comércio peruano na cidade de Benjamin Constant, representado pelo comércio peruano do bairro de Coimbra.

Consideremos alguns aspectos específicos do empreendedorismo étnico constituído pelo comércio peruano do bairro de Coimbra em uma análise de 4 elementos que a literatura denomina de Mix de Marketing ou Composto de Marketing ou ainda 4Ps: produto, preço, praça e promoção.

### **1) Produto**

Os produtos são projetados para “atender às expectativas e às necessidades do mercado, ao mesmo tempo em que permita proporcionar lucros à empresa” (CHIAVENATO, 2014, p. 100). Assim, as variadas necessidades dos clientes são atendidas por meio dos produtos e serviços comercializados pelas empresas, o que significa dizer que o produto é a base de todo comércio. É por isso que a oferta de produtos e serviços tem forte impacto no gerenciamento de demandas de clientes.

Em relação a esse elemento, os peruanos apresentam uma variedade de produtos em seus comércios, incluindo os de nacionalidade peruana, colombiana e brasileira, o que agrada à população uma vez que se trata de uma cidade fronteira de contato entre os três países.

Ademais, não existe restrição quanto ao cliente consumir apenas produtos de sua nacionalidade uma vez que as preferências são múltiplas na fronteira. Assim, a variedade de produtos é um aspecto positivo do comércio peruano, que gera maior conveniência de compra para os consumidores. Se quiser comprar algum produto da Colômbia ou do Peru, o cliente não precisa se deslocar até as cidades fronteiriças vizinhas uma vez que os produtos se encontram com facilidade nos comércios peruanos da cidade.

Além disso, algo comum nos comércios peruanos do bairro de Coimbra é que se encontra a mesma variedade de produtos em todos os comércios. Não se identificou nenhuma relação étnica solidária entre esses grupos de comerciantes para a compra dos produtos aos fornecedores. As compras são feitas individualizadas, sem restrição, cada comerciante decide onde comprar, quando comprar e que quantidade comprar.

## **2) Preço**

A definição do preço dos produtos precisa atender dois aspectos, a margem de lucro e a competitividade no mercado que traga maior demanda para a empresa. Nisso se identificou que, no bairro de Coimbra, todos os comércios peruanos apresentam uma margem de preço semelhante, sem muita diferença entre os comércios. A margem de lucro dos produtos é de 10% a 20%.

Conforme os comerciantes peruanos, é um desafio manter-se no mercado, porque se ganha muito pouco com os produtos, e o preço elevado dos produtos maximiza também o preço para o consumidor final. O preço dos produtos é definido conforme o mercado, faz-se a compra aos seus fornecedores considerando todos os demais custos de transporte, por exemplo, e então se define o preço de revenda. Não existe entre os comerciantes peruanos do bairro de Coimbra nenhum acordo ou consenso para a definição do preço dos seus produtos. Cada um define seu preço de revenda. mas existe similaridade do preço dos produtos entre esses comércios. Talvez seja porque, embora as compras sejam individualizadas, a maioria tenha os mesmos fornecedores.

### **3) Praça**

A praça é entendida como a localização do estabelecimento comercial. É interessante pensar que “o comércio sempre ocupou lugar estratégico no espaço das cidades, visto que seu papel é produzir e aproveitar-se da concentração populacional. Nesta perspectiva, a localização é considerada como um pré-requisito para a instalação de um estabelecimento comercial” (CONTE, 2013, p. 131). “O comércio requer que produtos e serviços estejam sempre disponíveis no local e no tempo certos, para que o consumidor possa comprá-los e utilizá-los.” (CHIAVENATO, 2014, p. 157).

O bairro de Coimbra é um lugar estratégico para o comércio pelo fácil acesso e pela circulação constante de pessoas. Segundo os comerciantes peruanos, a escolha da localização foi por ser uma área bem movimentada, com fluxo grande de clientes circulando nessas ruas. “A escolha foi pela boa localização. O comércio precisa de movimento, e aqui tem muito movimento, todos passam por aqui. Se vão entrar no bairro, têm de passar por aqui, se vão sair, passam por aqui. O acesso é bom.” (Comerciante 4, 29 anos, 2021).

Na Rua 13 de Maio e na Frei Ludovico, onde estão concentrados esses comércios peruanos, a movimentação é intensa. Por ser umas das principais vias de acesso, tem-se o cuidado de manter a pavimentação dessas ruas, o que beneficia os comerciantes. O bairro de Coimbra passa a ser referência na cidade como a área comercial muito frequentada por clientes de todos os bairros da cidade. Apresenta maior movimentação à noite quando outros comércios da cidade estão fechados, e no bairro de Coimbra, esses comércios ficam abertos até as 21h30 ou 22h.

A decisão de estabelecer o comércio no local onde se encontra hoje foi unicamente por considerarem uma localização estratégica de movimento propício para o comércio, não apresentando nenhuma relação conduzida por parâmetros étnicos. Não há nenhuma restrição étnica do grupo em relação à entrada ou à saída de comerciantes no bairro de Coimbra.

### **4) Promoção**

A promoção entendida como o processo de comercialização e divulgação dos produtos e serviços de uma empresa serve para tornar os produtos mais conhecidos e atrair a clientela. Para tanto, faz-se uso de canais de comunicação que funcionam como ferramentas de promoção do produto e/ou serviço ofertado. Algumas dessas ferramentas são: propaganda, força de venda, promoção de venda e demais formas de publicidade. É curioso observar que os comerciantes

peruanos do bairro de Coimbra não exploram as ferramentas promocionais para divulgação do seu comércio.

Dentre as opções mais utilizadas por outros comerciantes locais para divulgação de seus produtos, têm-se os canais de rádio, carro volante e grupos de WhatsApp. Nenhuma dessas opções são usadas pelos comerciantes peruanos do bairro de Coimbra. Também dificilmente se observam nesses comércios ofertas com descontos dos produtos. O pagamento é sempre em dinheiro, não fazem uso de máquina de cartão de crédito nem vendas no crediário.

A maioria desses comércios não tem placa de identificação, seus traços físicos são muito parecidos, a maioria é de madeira com portas improvisadas, sempre com muita exposição dos produtos na parte da frente do comércio. Não existe preocupação com a questão estética do comércio. Na estrutura do comércio em termos de arquitetura, observam-se influências étnicas.

Considerando o comércio peruano do bairro de Coimbra em seus aspectos que formam os 4Ps – produto, preço, praça e promoção –, observa-se que possuem como pontos fortes a localização dos comércios de fácil acesso, a força de trabalho familiar e a variedade dos produtos. Já como pontos a melhorar, identificam-se a estrutura física do comércio, a exploração dos seus canais de promoção, e a facilidade na forma de pagamento.

A migração muda não apenas a vida do imigrante, também a do hospedeiro. O lugar é impactado pela presença do imigrante. Existem benefícios mútuos para a sociedade que migra e para aquela que acolhe. Ao mesmo tempo, existem os conflitos oriundos principalmente das diferenças que se materializam na fala, na cultura, na comida, nos traços físicos, na condição econômica, dentre outros, que provocam um processo de construção física e simbólica do lugar e das pessoas.

### **3.3 O olhar do governo municipal aos comerciantes peruanos em Benjamin Constant: desafios e perspectivas**

O empreendedorismo vem assumindo um grande protagonismo no cenário econômico, social e político. Percebe-se uma sinergia para promoção do empreendedorismo, inclusive pelo Estado. São iniciativas públicas e privadas com finalidade de disseminar o empreendedorismo nos mais variados segmentos de negócio e grupos sociais.

O que se observa é uma tendência para que as pessoas se tornem empreendedoras e passem a ser mais independentes do Estado. Isso se materializa nas campanhas publicitárias voltadas para o empreendedorismo, no incentivo para a educação empreendedora nas escolas e nas demais formas de incentivo.

Com a onda de desemprego impulsionada pela pandemia da covid-19, a iniciativa de pessoas para empreender, seja de modo informal, seja formal, passou a ser uma alternativa de ocupação e renda de muitas pessoas. Essa propagação do empreendedorismo relaciona-se com a redução de postos de trabalho.

No quadro da sociedade capitalista, é preciso criar propostas de alocar pessoas na economia. Assim, o empreendedorismo passar ser a saída da crise ocasionada pelo próprio sistema capitalista.

Na perspectiva neoliberalista, o empreendedorismo se define como um fenômeno mundial que impulsiona a economia e o desenvolvimento social de um país (CUNHA; SILVA; YAMAGUCHI, 2011). Nessa perspectiva a figura do empreendedor representa, atualmente, a transformação e evolução da sociedade que hoje se transformou em uma sociedade industrial, e antes tinha uma economia na base da produção agrícola (VALE, 2014). Assim, por essa percepção, não se pode forçar, mas é preciso estimular o empreendedorismo possibilitando que as pessoas desenvolvam:

[...] sua capacidade de inovar, de oferecer valores positivos para os outros e desenvolver os próprios potenciais, sua paixão, sua habilidade de ser protagonista, sua capacidade de criar, de ser autor de si mesmo, de construir o seu bem-estar e o dos demais. (DOLABELA, 2005, p. 17).

Na contramão dessa perspectiva, o empreendedorismo classifica-se como “instrumentos de dominação e exploração da sociedade contemporânea[...] de promover a subordinação da classe trabalhadora aos interesses do capital” (AMORIM; MODA; MEVIS, 2021, p. 1). Essa crítica vem na perspectiva de que, atualmente, o empreendedorismo está sendo disseminado como sonho de que todos podem ser empreendedores, e cria a falsa ilusão do empreendedor como super-herói, que o sucesso depende unicamente do indivíduo, de suas habilidades e competência para inovar e empreender. No pensamento de Amorim, Moda e Mevis (2021, p. 4), todavia, é preciso “confrontar as supostas qualidades empreendedoras ante as condições e relações sociais que se estruturam conjuntamente no modo de produção capitalista, isto é, nas quais se processam e se materializam historicamente o empreendedorismo”.

A crítica que se faz é quanto à máscara que se coloca no empreendedorismo ao focar nas características pessoais desconsiderando a estrutura social e econômica, assim como outros fatores que influenciam na condição de trabalho desses empreendedores; ou seja, não basta inovar, ser criativo e proativo se a vivência desses trabalhadores se materializa sob condições de trabalho, por vezes, precária, que conflitam com as garantias trabalhistas, reduzindo renda,

contribuindo para a desvalorização da força de trabalho, indo na contramão do discurso de muitos teóricos que propagam o empreendedorismo como uma melhora das condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora (AMORIM; MODA; MEVIS, 2021).

O empreendedorismo identificado no bairro de Coimbra em Benjamin Constant, formado pelos comerciantes peruanos, é o empreendedorismo étnico. Ele surge no cenário não como algo planejado ou com aporte do governo, mas como decorrência de oportunidades e necessidades por parte dos imigrantes na tentativa de ocupação e renda, já que a inserção no mercado de trabalho assalariado apresenta maiores barreiras para os imigrantes.

Trata-se de trabalhadores destituídos das garantias trabalhistas, empregados com renda abaixo de um salário mínimo, em uma jornada diária de trabalho que excede as 12 horas, comportando trabalhadores não remunerados, no caso dos membros da família que ajudam no comércio, o que sombria a ilegalidade de trabalhadores e de produtos. Vivem no limiar de tentativas de práticas empreendedoras em condições e relações sociais de uma economia fechada, por vezes, atendendo o mínimo das questões de legalização do comércio; sem envolvimento ou usufruto de políticas governamentais de incentivo voltado para a atividade econômica como acesso ao crédito, financiamento e relações comerciais com instituições governamentais.

Segundo a Secretaria Municipal Extraordinária de Arrecadação e Fiscalização de Tributos, o bairro de Coimbra registra 52 comércios cadastrados com alvará de funcionamento. Desses 52 comércios, localizam-se na Rua 13 de Maio e na Rua Frei Ludovico 35 comércios, comportando ambas as nacionalidades: brasileiros 27 e peruanos 8.

Ressaltamos que esses dados não representam a realidade quando se considera a origem étnica desses estabelecimentos, uma vez que, na pesquisa de campo, identificaram-se 14 comércios peruanos, considerando somente os que atuam na modalidade de mercadinho, fora os que atuam em outros segmentos de negócios. Essa discrepância dos dados nos conduziu a ponderar duas hipóteses: a) nem todos os comércios peruanos estão cadastrados na secretaria para obtenção do alvará de funcionamento; b) muitos desses comércios peruanos estão cadastrados como brasileiros para obtenção do alvará de funcionamento. Sobre isso, esclareceu a secretária municipal que assume a pasta:

*São comércios peruanos, mas eles pegam pessoas brasileiras para abrir sua firma. Registrados realmente como peruanos são poucos, são poucos os de nacionalidade brasileira. Como se vê, no comércio peruano, não significa que a abertura do comércio é cadastrada com documentação desse peruano. (Informação verbal. Secretária Municipal Extraordinária de Arrecadação e Fiscalização de Tributos de Benjamin Constant, AM, 2022).*

Utilizar documentos de brasileiros para abrir seu negócio ou usar os documentos dos seus conterrâneos que já possuam documentação brasileira é uma prática comum entre os imigrantes.

Ainda segundo a secretária, o alvará de funcionamento do comércio é expedido após uma rigorosa fiscalização pelos órgãos competentes, tais como Defesa Civil, Fiscalização Tributária, Vigilância Sanitária e Meio Ambiente:

- a) Defesa Civil – fiscaliza os riscos de desabamento verificando se o local está apto a funcionar; destina-se a evitar desastres e minimizar o impacto na população e reestabelecer a normalidade social, tendo como objetivo reduzir os riscos e os danos sofridos pela população em caso de desastres;
- b) Vigilância Sanitária – conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir e prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da saúde;
- c) Meio Ambiente – é responsável por executar as atividades relacionadas com o licenciamento e a fiscalização ambiental, além de promover ações de educação ambiental, normatização, controle, regularização, conservação e recuperação dos recursos naturais;
- d) Fiscalização Tributária – tem como objetivo apurar os créditos relacionados com o IPTU, ISS e ITBI, os quais são de responsabilidade dos contribuintes.

A secretária faz a ressalva de que não existe restrição para estrangeiros abrir seu negócio em Benjamin Constant, segue-se o mesmo protocolo dos brasileiros, inclusive em relação aos impostos sem distinção de nacionalidade.

A presença do comerciante peruano em Benjamin Constant levanta um debate entre a própria população em relação ao papel do governo municipal no que se refere ao trato dos imigrantes. No pensamento de muitos hospedeiros, o imigrante peruano tem muita facilidade de entrada e permanência, principalmente para abrir negócios na cidade.

Na percepção do gestor municipal de Benjamin Constant, o comércio peruano gera alguns desafios para o município e apresenta a perspectiva para lidar com esses desafios. Para detalhar melhor essa percepção e as tratativas voltadas para o comércio peruano, realizou-se uma entrevista com o prefeito de Benjamin Constant, o Sr. Davi Nunes Bermeguy, que fez as seguintes considerações:

1. Em relação ao plano de governo municipal se existe alguma política voltada para o comércio de imigrantes no município.

*Na questão do nosso plano de governo, não existe uma política direcionada aos imigrantes; existe sim para todo e qualquer cidadão, inclusive os não nacionais. De certa forma, inclui os imigrantes peruanos e colombianos que residem no Brasil e tenham residência fixa. Estimulamos todo tipo de atividade comercial, de empreendedorismo para que isso gere economia, gere alternativa econômica; então, de certa forma, indiretamente nós temos essa política de estímulo como facilidades na documentação de alvará, certa tolerância nos produtos que eles vendem no município, pois nós não temos essa fiscalização direta por não ser de nossa competência. Então, estimulamos, de certa forma, o comércio peruano no município. Quanto a uma política voltada para o imigrante definida, de fato, somos ainda deficientes, mas temos uma determinação de incluir em isso nossa meta de governo daqui para a frente. (Davi Nunes Bemerguy, Prefeito de Benjamin Constant, 2022).*

Embora não exista um plano de governo voltado especificamente para tratar as questões de migração e seu desdobramento no município, por exemplo, o comércio peruano, percebe-se que o governo assume uma postura de receptor e integrador, não dificultando o acesso desses imigrantes na abertura de seus negócios, assim como o acesso a outros serviços públicos.

A postura do governo em relação ao imigrante pode contribuir para maximizar ou minimizar os conflitos entre nacionais e imigrantes, uma vez que a percepção dos hospedeiros em relação ao imigrante pode apresentar divergências de apoio ou repulsa; muitos hospedeiros consideram o imigrante como usurpador dos seus direitos nacionais. Esses conflitos étnicos, econômicos, sociais, políticos e até mesmo culturais, que emergem com a presença de imigrantes, precisam ser gerenciados e suavizados com políticas públicas que gerem segurança e bem-estar para a população. Sobre isso, vejamos:

Além do problema de disputa cultural que as diferenças étnicas posicionam frente a frente no fenômeno da migração, o enfraquecimento do Estado, ou melhor, a atitude titubeante do mesmo em reafirmar os direitos básicos aos integrantes das populações nacionais lança sobre estes um medo intenso de que o Estado-nação, ao proteger os imigrantes, descuide dos cidadãos ou que, ao promover o alargamento da cidadania aos imigrantes, torne ainda menor a 'fatia do bolo' a ser dividida entre os trabalhadores. (ROSA; BERTUZZI, 2018, p. 111).

Por isso é importante que os governantes tenham em seu plano de governo políticas que contemplem as questões relacionadas com as migrações e seus desdobramentos. Essa deveria ser uma preocupação primária, principalmente dos gestores públicos municipais que governam em cidades de fronteira.

2. Em relação à visão do governo municipal sobre o comércio peruano na cidade de Benjamin Constant.

*O comércio em tem sido muito crescente, em determinadas áreas, inclusive bairros. A preocupação que temos é de, no meio do comércio, ter algo ilegal, mas por outro lado, eles ajudam muito na economia popular e também geram, de certa forma, uma economia local. A parte negativa é que nós precisamos mudar uma política ou adequar uma política para que possam gerar empregos em Benjamin Constant, porque eles usam mais uma atividade familiar. É bem verdade que tem o comércio deles que é pequeno, pode ser que para a família seja suficiente, mas quando o comércio é maior, nós queremos discutir uma política para que ele possa gerar empregos para os nacionais, que falem perfeitamente o idioma brasileiro de forma a facilitar o entendimento, mas essa é uma política municipal que ainda não está implementada, mas está em estudo de viabilidade. Agora, com a criação da Secretaria de Comércio, Indústria e Empreendedorismo, que estamos criando, ela vai trabalhar nessa direção de estimular esses comerciantes a gerar empregos em Benjamin Constant para os nacionais. Em linhas gerais, a visão do governo sobre o comércio peruano tem o lado positivo, e é esse lado que precisamos implementar para melhor atender o povo de Benjamin Constant, que seria o estímulo de empregos naqueles comércios maiores para usar a mão de obra local. (Davi Nunes Bemerguy, Prefeito de Benjamin Constant, 2022).*

Existe reconhecimento do governo municipal em relação à contribuição do comércio peruano para a economia do município, inclusive do seu crescimento e expansão para os bairros da cidade. Ao mesmo tempo, apresenta uma preocupação relacionada com as questões de legalização desses comércios e com o formato de empresa familiar que impossibilita a geração de emprego para os nacionais. A criação da Secretaria de Comércio, Indústria e Empreendedorismo que, dentre outras funções, seria responsável por organizar o comércio peruano, pode ser entendida como uma política do governo para tratar de forma mais administrativa e política essas questões.

*Nossa observação na situação do comércio peruano é grande e visível. Eles tem esse ponto positivo de empreender começam como camelôs e daqui a pouco estão instalando comércios. Então de certa forma o comércio peruano é positivo, em parte, porque eles acabam usando espaço, alugando e dando mais visibilidade comercial no município, porém nós não temos uma política de incentivo, mas também não tem de restrição, nem somos omissos, não ficamos indiferentes, pelo contrário nós procuramos cobrar a legalização para que eles tenham a empresa no Brasil, para tirar o alvará, para se adequar as nossas normas de vigilância sanitária, a exigência de controle. Então a prefeitura faz esse papel de fiscalização para adequá-los as nossas normas, mas restrição diretamente não, mas se aplica as nossas leis para que eles possam se adequar. Essas são as medidas que temos tomado, mas nós não somos incentivadores de comércios não nacionais, mas de certa forma estimulamos o empreendedorismo aí vem os peruanos, brasileiros, colombianos. À medida que o governo tem tomado em relação ao comércio estrangeiro é buscar a legalização do comércio deles, adequar as exigências do Brasil. (Davi Nunes Bemerguy, Prefeito de Benjamin Constant, 2022).*

Observa-se a ênfase dada aos aspectos da necessidade da legalização desses comércios e à geração de empregos para os nacionais. Dois problemas diretamente relacionados com os comércios peruanos. Essa preocupação do governo reflete a inquietação de parte da população, ao questionar que os imigrantes, além de gerarem maiores despesas para o governo maximizando a demanda por serviços públicos, usurpam vagas de emprego que deveriam ser dos nacionais. Todavia, se por um lado os imigrantes são tidos como os responsáveis por maximizar os gastos públicos e sociais, por outro lado, são responsáveis também por sustentar a economia da cidade por meio das variadas atividades laborais e comerciais realizadas por eles (ROSA; BERTUZZI, 2018), contribuindo para a transformação e construção de outras conjunturas econômicas, sociais, culturais e políticas.

### 3. Contribuição do comércio peruano para o desenvolvimento do município de Benjamin Constant.

*Eu vejo no olhar do governo municipal uma contribuição, sim, do comércio peruano no Brasil. Veja bem, muitos produtos consumidos em Benjamin e nas cidades próximas são de origem peruana e isso acaba equilibrando o preço do mercado da economia popular, eles têm alguns produtos mais em conta. Isso nos dá mais abertura pelo menos de produtos derivados de horticulturas, verduras, hortalças; eles têm um grande potencial desses produtos, e isso contribui bastante com a economia. Agora, nós continuamos buscando a legalização desses não nacionais e gerando esse mecanismo de eles criarem emprego aqui[...]. Na criação da Secretaria de Comércio, Indústria e Empreendedorismo, ela vai trabalhar na direção de organizar o comércio peruano, orientar, buscar legalização e estimular a geração de empregos em Benjamin [...], porque a economia deles é muito fechada, essa é a parte negativa, eles ficam muito restrito, e como a eles não se aplica a legislação brasileira trabalhista, então eles acabam tendo trabalho um pouco de escravo, sem pagar o salário adequado para aos contrerrâneos. Em linhas gerais, eu vejo como positivo, que ajuda a desenvolver o município, o comércio peruano, não só o peruano, mas o colombiano, mesmo porque nós estamos em uma fronteira e é preciso ter a integração dos três países. (Davi Nunes Bemerguy, Prefeito de Benjamin Constant, 2022).*

O governo assume uma postura de integração, inclusão, aceitação do imigrante. Reconhece que o comércio peruano contribui para dinamizar a economia do município, seja na variedade de oferta de produtos, seja no preço mais competitivo, assim como no abastecimento de produtos para a população.

Os comerciantes peruanos movimentam o setor de imóvel uma vez que precisam comprar ou alugar espaço para moradia e comércio. Movimentam outros comércios da região, pois precisam comprar produtos nacionais para revender e fazem no mercado local. Os

legalizados contribuem para aumentar a receita do município com o pagamento dos impostos e para dinamizar a economia tornando o mercado mais competitivo, o que beneficia o consumidor final com a variedade de produtos de diversas nacionalidades e preços mais acessíveis. Proporcionam maior visibilidade comercial para a cidade

O governo também reconhece a necessidade de políticas governamentais que contribuam para melhor adequação do comércio peruano às normas brasileiras uma vez que reconhece a existência das condições precárias de trabalho e a falta de atendimento à legislação trabalhista haja vista que muitos dos conterrâneos não têm documentos, o que os deixa reféns do trabalho laboral familiar, pois como afirma Silva (2012, p. 263), “é sabido que a condição de indocumentados vivida inicialmente pela maioria deles pode corroborar para a emergência e prolongamento de tais relações”.

É de essencial importância que essas questões que se revelam no comércio peruano de Benjamin Constant não passem despercebidas pelo governo municipal, sendo o pontapé inicial para demanda de políticas mais abrangentes que envolvam o governo estadual e o federal, para um olhar diferenciado às cidades fronteiriças, considerando suas particularidades e vivência.

Nessa perspectiva, o governo ser sensível para reconhecer as potencialidades do comércio peruano assim como suas fragilidades é um fator relevante para o desenvolvimento de políticas que venham regularizar o comércio e possibilitar que seja desenvolvido em condições estruturais sociais e econômicas menos precárias, com maior interação com o lugar de destino em uma economia mais aberta para novas relações não exclusivamente étnicas.

Esse contexto de interações socioculturais e econômicas existente na fronteira Brasil-Peru indica uma nova realidade territorial que Gonçalves (2009, p. 18) afirma que propicia o “aparecimento de comunidades transnacionais que conseguem gerir a pertença a espaços sociais diferentes, criando elos Inter econômicos, interculturais e outros”.

É preciso lembrar que a presença do imigrante tem a capacidade de inventar e (re)inventar o espaço onde ele se insere, de produzir novo modo de vida e trazer novas interações de relações para o seio da sociedade que acolhe; visto que “as migrações internacionais são um dos principais fatores de transformação e de desenvolvimento dos países e/ou regiões” (GONÇALVES, 2009, p. 23). Esse desenvolvimento é sentido, principalmente, em sociedade onde existem grupos de imigrantes em nichos de negócios em que a presença do imigrante e seu envolvimento na economia local resulta em uma dependência da comunidade local pelos serviços ou produtos comercializados por eles. Assim, contribuem para dinamizar a economia, a cultura e as relações sociais do lugar.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a Amazônia é se desprender de visões unilaterais e estar sempre pronto a aprender e a se descobrir por meio do que ela tem a nos ensinar.

A busca por esse conhecimento da realidade dos fatos que assenta no berço da Amazônia nos conduziu para um sobrevoo no campo da interdisciplinaridade, possibilitando a tessitura teórica entre migração, etnicidade, economia e negócio, tendo como contexto as cidades fronteiriças da região da Tríplice Fronteira Brasil–Colômbia–Peru, em especial a Fronteira Brasil–Peru.

A reflexão sobre o processo de imigração internacional na Amazônia, com ênfase na Amazônia brasileira, possibilitou a percepção da forte influência da migração na formação territorial, social e econômica da região. A Amazônia, ao mesmo tempo que agrega a diversidade, revela a unidade. Essa unidade do diverso se materializa nas suas múltiplas heterogeneidades, que a tornam ao mesmo tempo única em suas particularidades.

Nisso existe a contribuição da figura do imigrante responsável por influenciar tanto o lugar de origem quanto o lugar de destino onde se hospeda, influenciando o paisagismo, promovendo a diversidade social, cultural, econômica, gerando novas demandas de mercado, demandas de políticas públicas, novas relações, interações e conflitos. A figura do imigrante assumiu várias facetas ao longo do processo migratório na Amazônia. Seja como protagonista, figurante, vilão, seja como mocinho, o imigrante faz parte de nossa história e está presente em nossa vivência.

A pesquisa possibilitou-nos perceber, ainda, como a figura do imigrante ganha mais expressividade quando analisado em espaço fronteiriço urbanizado, uma vez que se percebem as múltiplas relações, interações e conflitos que produzem uma realidade que se metamorfoseia no bojo da diversidade social, cultural, política e econômica do viver na fronteira. Essa é a realidade constatada em nosso estudo ao refletir sobre as migrações transfronteiriças e o comércio de imigrantes peruanos em área fronteiriça.

Visto que a relação comercial sempre foi e é um aspecto que provoca profundas mudanças na sociedade, o esforço para refletir sobre a caminhada dos imigrantes peruanos, desde a imigração à sua inserção no comércio, revelou que, na fronteira Brasil–Peru, o comércio peruano deixa seus traços no paisagismo do lugar, nos hábitos alimentares, nas relações sociais, na dinâmica da economia e até mesmo no cenário político, provocando a necessidade de políticas públicas para o lugar receptor.

O fato é que o comércio peruano na cidade de Benjamin Constant é uma realidade que está escrita na história do município, faz parte do seu presente e tudo indica que se sustentará no futuro. Visto que hoje existe a dependência, em parte, do comércio peruano para o desenvolvimento econômico do município, seja pelos produtos étnicos que ajudam a abastecer a cidade, por conseguinte, atender as necessidades dos consumidores locais, seja pela contribuição em dinamizar o comércio na cidade.

Algumas reflexões merecem nossa atenção ao nos dedicar ao estudo da migração peruana para a cidade de Benjamin Constant, conseqüentemente, sua expressiva concentração em atividades comerciais, como donos de pequenos negócios, com expansão para os bairros da cidade.

Primeiro, a crescente migração de peruanos para o Brasil, com destino à cidade fronteira de Benjamin Constant, está ligada, predominantemente, a fatores econômicos, países com melhores condições econômicas do que o país de origem tornam-se alternativas de destino.

Segundo, Benjamin Constant ser uma área fronteira favorece a entrada de imigrantes peruanos no município, associado à fragmentada ação de fiscalização e controle de fronteira na cidade.

Terceiro, considerar que muitos imigrantes apresentam dificuldades de se inserir no mercado de trabalho assalariado; a língua e a falta de documentação brasileira, por exemplo, são uns dos empecilhos que podem dificultar o acesso ao mercado de trabalho assalariado, o que conduz muitos grupos de trabalhadores imigrantes para as atividades de negócios, atuando como empreendedores, e costumam manter suas relações étnicas e coétnicas, dando oportunidade a postos de trabalho para seus compatriotas,

Quarto, existe uma rede social étnica que facilita a articulação dos imigrantes peruanos e promove a expansão do comércio atraindo também imigrantes para a cidade de Benjamin Constant, visto que as redes sociais têm o poder de conectar os indivíduos com o lugar de origem e de destino, influenciando a transição de pessoas e recursos.

A confirmação desses aspectos revela os fatores de expulsão e de atração delineados por Singer (1973, p. 40): “Os fatores de expulsão definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e as áreas às quais se destinam.” No caso da cidade de Benjamin Constant, tendo como principal fator motivacional de atração as relações sociais étnicas e as oportunidades econômicas.

Considerando todos esses aspectos do comércio peruano no bairro de Coimbra, é preciso pontuar que não se identificou explicitamente uma rede étnica solidária de ajuda mútua entre os comerciantes peruanos desse bairro de Coimbra uma vez que as escolhas são feitas de forma

familiar/individualizada. Existe, sim, uma rede étnica que influencia a migração desses comerciantes, de seus familiares e conterrâneos, e sua inserção no comércio.

Cada comerciante no seu subgrupo étnico realiza suas atividades comerciais, por exemplo, aqueles comerciantes que têm parentesco com outros comerciantes. Quanto à escolha do lugar, tem como critério a potencialidade da localização para o comércio; a influência que pode ser pontuada aqui é das informações repassadas pelo imigrante receptor sobre os melhores pontos para se estabelecer o comércio. É nítido que, no bairro de Coimbra, existe uma centralidade étnica especializada, fruto da concentração desses comerciantes peruanos no mesmo lugar por atuarem no mesmo ramo de negócio.

Notou-se que existe insegurança entre os comerciantes peruanos quanto à fiscalização. Existe uma estranheza do diferente, do intruso, do outro; é assim que eles se sentem pelo olhar do receptor, um viver apreensivo de que o tratamento é desigual entre comerciantes peruanos e brasileiros.

Além disso, nesses comércios peruanos se identificam traços da exploração trabalhista, nas longas jornadas de trabalho e salários não remunerados como no caso de alguns membros da família que trabalham no comércio.

Não se identificou uma relação estreita entre o governo e o comércio peruano. O governo não apresenta políticas de incentivo, mas também não apresenta restrição ao funcionamento desses comércios. Em tempo recente, observou-se de forma mais direta a preocupação do governo municipal com a organização do comércio peruano na cidade de Benjamin Constant. Existe esforço do governo municipal para a legalização de todos os comércios peruanos e enquadramento na legislação trabalhista brasileira. Um esforço percebido no planejamento da criação da Secretaria de Comércio, Indústria e Empreendedorismo, que, dentre outras funções, terá a incumbência de organizar o comércio peruano na cidade.

Até aqui o comércio peruano tem caminhado com pernas próprias, sem nenhum tipo de incentivo governamental. Sujeitos a todos os tipos de instabilidade do mercado e à incerteza sobre o seu futuro a cada mudança de governo municipal, uma vez que, até este momento, não existe um plano de governo com estratégias políticas voltadas para negócios geridos por imigrantes.

O olhar e o posicionamento do governo em relação a essa questão torna-se imprescindível para gerar segurança, tanto para os imigrantes quanto para a população receptora, que divergem sobre a questão do comércio peruano na cidade, podendo, assim, evitar conflitos.

Existe uma potencialidade do comércio peruano na cidade de Benjamin Constant que poderia ser mais bem aproveitada se regulamentada e apoiada pelo governo municipal com políticas claras e bem definidas para o imigrante que queira investir na cidade.

Considerando especificamente os comerciantes do bairro de Coimbra, que passa a ser referência de área comercial gerida por comerciantes peruanos, poderiam ter maior abertura, oportunidades e garantia de direitos se conseguissem organizar-se nos moldes do associativismo, em que poderiam fortalecer a rede solidária entre os membros, por conseguinte, buscar estratégias coletivas para fortalecer o comércio e ter maior articulação com os entes públicos.

A economia solidária nos moldes do associativismo ou cooperativismo é uma alternativa de organização para variados grupos da sociedade que sofram algum tipo de vulnerabilidade, seja de ordem econômica, seja social e cultural, uma vez que se fortalecem os laços, unem-se as forças, tornando-se mais fácil encontrar as soluções para os problemas e as dificuldades comuns que os membros do grupo vivenciam.

Diante do contexto pesquisado e analisado, podemos afirmar que o comércio peruano é formado por uma economia étnica alimentada por uma rede de relações sociais étnico-familiar-comerciais, que incentivam o processo de imigração peruana para a cidade de Benjamin Constant. Esse contato entre os dois países provoca uma migração em trânsito na fronteira Brasil-Peru movida por variados motivos que estimulam a constante transição dos imigrantes entre os dois países associada a trabalho, comércio, passeio, estudo, lazer, dentre outros, caracterizando uma migração em trânsito. Ademais, ainda que de forma implícita, identificou a contribuição do comércio peruano para a cidade de Benjamin Constant/AM em âmbito social, cultural e econômico. Há necessidade, contudo, de um planejamento governamental que atenda bem as necessidades de estruturação do comércio peruano no município.

## REFERÊNCIAS

ÁGUAS, Carla Ladeira Pimentel. **A tripla face da fronteira**: reflexões sobre o dinamismo das relações fronteiriças a partir de três modelos de análise. *Forum Sociológico*, Série III, n. 23, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/sociologico/842#quotation>. Acesso em: 3 jul. 2019.

ALTAMIRANO RÚA, Teófilo. **Remesas y nueva “fuga de cerebros”**: impactos transnacionales. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú; Fondo Editorial, 2006.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Thompson, 1999. Disponível em: [tps://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4630889/mod\\_resource/content/4/Mazzotti\\_Gewandsznajder\\_Paradigmas.PDF](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4630889/mod_resource/content/4/Mazzotti_Gewandsznajder_Paradigmas.PDF). Acesso em: 6 ago. 2019.

AMARAL FILHO, Otacílio; CASTRO, Fábio Fonseca de; COSTA, Alda Cristina da Silva. Marca Amazônia: estratégias de comunicação publicitária, ambientalismo e sustentabilidade. **Revista Comunicação Midiática** (online), Bauru, v. 10, n. 3, p. 105-118, set/dez. 2015.

AMORIM, Henrique; MODA, Felipe; MEVIS, Camila. Empreendedorismo: uma forma de americanismo contemporâneo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/4zN8sv5BhPHhKKjywHRr4vy/#:~:text=Nesse%20sentido%20C%20para%20o%20empreendedorismo%20se%20constituir%20como,pr%C3%B3pria%20linguagem%20que%20buscam%20persuadir%20a%20classe%20trabalhadora>. Acesso em: 16 jul. 2022.

ARAGÓN, Luis Eduardo. Aproximação ao estudo da migração internacional na Pan-Amazônia. In: ARAGÓN, Luis Eduardo. **Migração internacional na Pan-Amazônia** (org.). Belém: NAEA/UFGA, 2009. p. 11-37.

ARAGÓN, Luis Eduardo. Desenvolvimento amazônico em questão. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 107, p. 5-16, 2015. Disponível em <https://journals.openedition.org/rccs/5983>.

ARAGÓN, Luis Eduardo. A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 21, n. 42, p. 15-33, dossiê - 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5676/4254>. Acesso em: 17 dez. 2020.

ARJONA GARRIDO, Ángeles; CHECA OLMOS, Juan Carlos. **Economía étnica**: teorías, conceptos y nuevos avances. **Revista Internacional de Sociología** (RIS), v. 64, n. 45, p. 117-143, sept.-dic. 2006. Disponível em: <http://revintsociologia.revistas.csic.es/index.php/revintsociologia/article/view/18>. Acesso em: 21 ago. 2019.

BELTRÁN, Joaquín; OSO, Laura; RIBAS-MATEOS, Natalia. Un campo de estudio para el empresariado étnico en España. 2006. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5327780> Acesso em: 8 jul. 2019.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia**: formação social e cultural. 3. ed. Manaus: Vale, 2009.

BONACICH, Edna. A theory da middleman minorities. **American Sociological Review**, v. 38, n. 5, p. 583-594, 1973.

BRASIL. Congresso. Senado. Mercado Comum do Sul foi criado em 1991. **Senadonotícias**, 27 abr. 2007. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2007/04/27/mercado-comum-do-sul-foi-criado-em-1991>. Acesso em: 12 set. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão n.ºs 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais n.ºs 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo n.º 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 27 nov. 2017.

CARAVELA: Dados e estatísticas. *Benjamin Constant-AM*. 2022. Disponível em: <https://www.caravela.info/regional/benjamin-constant---am> Acesso em: 10 set. 2022.

CASSARIANO, Jean-Pierre. Migrações de retorno. In: CAVALCANTI, Leonardo *et al.* (Org.). **Dicionário de migrações internacionais**. Brasília: UNB, 2017.

CASTIGLIONI, Aurélia H. Migração: abordagens teóricas, In: ARAGÓN, Luís E. (org.). Migração internacional na Pan-Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 2009. p. 39-60.

CASTIGLIONI, Aurélia H.; EMMI, Marília Ferreira. Análise comparativa da imigração italiana dirigida para o Espírito Santo e para a Amazônia durante a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, p. 1-23, jul.-dic. 2011.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu de; SILVA, Biana Guimarães. **Relatório Anual 2021, 2011-2020: uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil**. Brasília, DF: OBMigra, 2021. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Barueri: Manole, 2014.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

COMUNIDADE ANDINA. **Símbolo da Comunidade Andina**. 2020. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/comunidade-andina.htm>. Acesso em: 22 fev. 2020.

CONTE, Cláudia Heloiza. Comércio e deslocamento pendular: posicionamentos sobre a rede urbana de Foz do Iguaçu. **Revista Eletrônica Geoaraguaia**, Barra do Garças, MT, v. 3, n. 2, p. 126-147, ago./dez. 2013. Disponível em:

file:///C:/Users/Maria%20Pc/Downloads/4857-Texto%20do%20Artigo-15109-1-10-20141004.pdf. Acesso em: 22 fev. 2020.

COSTA, Camila. **Amazônia**: o que ameaça a floresta em cada um de seus 9 países? *BBC NEWS/BRASIL*, 18 fev. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51377232>. Acesso em: 2 jun. 2021.

CRUZ, Diego Edir Teixeira Cezar da; LEÃO, Danuta. **A marca Amazônia**: uma perspectiva publicitária. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, Rio de Janeiro, 38., 4-7 set. 2015. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-1364-3.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

CUNHA, Caroline Valquiria Moura da; SILVA, Mayara Vieira da; YAMAGUCHI, Nathalia Midori. Empreendedorismo. **Anuário da Produção Acadêmica Docente**, v. 5, n. 12, 2011. Disponível em: <https://repositorio.pgsskroton.com/bitstream/123456789/1465/1/Artigo%2011.pdf>. Acesso em: 8 maio 2022.

CUNHA, José Marcos Pinto da. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 4, oct.-dec. 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392005000400001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000400001). Acesso em: 20 mar. 2018.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. *In: Antropologia do Brasil*, Etnicidade, indianidade e política. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 235-244. Disponível em: [https://leiaarqueologia.files.wordpress.com/2018/02/10\\_etnicidade\\_da\\_cultura\\_residual\\_mas\\_irredut\\_vel.pdf](https://leiaarqueologia.files.wordpress.com/2018/02/10_etnicidade_da_cultura_residual_mas_irredut_vel.pdf) Acesso em: 21 ago. 2019.

DOLABELA, Fernando. Entrevista: Fernando Dolabela fala sobre Empreendedorismo. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, v. 4, n. 1, p. 13-23, sept. 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3312/331227106002.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

EMMI, Marília. Fluxos migratórios internacionais para a Amazônia brasileira do final do século XIX ao início do século XX: o caso dos italianos. *In: ARAGÓN, Luis E. (org.). Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 2009. p. 263-279.

FARIAS, Luiz Antonio Chaves de. Movimentos pendulares da população e interações espaciais na região de governo do Médio Paraíba/RJ. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, n. 18, 2012, Águas de Lindóia, São Paulo. **Anais ... Águas de Lindóia**, 2012.

FERRARI, Maristela. As noções de fronteira em geografia. **Revista Perspectiva Geográfica**, v. 9, n. 10, 2014. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/viewFile/10161/7550> Acesso em: 26 jul. 2019.

FERREIRA, Marinilde Verçosa. **O homem, o rio e o viveiro**: as relações de poder que entrelaçam o trabalho da piscicultura em Benjamin Constant, no Amazonas. 2016. 260 f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/5594/5/Tese%20Marinilde%20V.%20Ferreira.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2018.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. Comunidade andina. **Uol**, c2022. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/comunidade-andina.htm>. Acesso em: 11 out. 2022.

FUSCO, Wilson; REZENDE, Dimitri F. A. Redes Sociais. In: CAVALCANTI, Leonardo *et al.* (Org.). **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: UNB, 2017.

GARCÉS HARO, Alejandro. Comercio inmigrante y economías étnicas: síntesis y críticas de los debates vigentes. **Polis**, Santiago, v. 10, n. 29, p. 97-121, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/polis/v10n29/art05.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2019.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. A pesquisa na produção do conhecimento: questões metodológicas. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 253-274, jul./dez. 2005.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisas qualitativas em Ciências Sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES JUNIOR, Jonas da Silva. Imaginários, representações e Amazônia: análise da construção de sentidos nos discursivos das ONGs Greenpeace e WWW. **Revista Observatório**, Palmas, v. 4, n. 5, 2018. Disponível em: [https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwidxP\\_borjxAhX2D7kGHRllBAgQFjABegQIBRAD&url=https%3A%2F%2Fsistemas.uft.edu.br%2Fperiodicos%2Findex.php%2Fobservatorio%2Farticle%2Fdownload%2F4910%2F13716%2F&usg=AOvVaw1Gy-eU1HMIKzkm8y4S-XL2](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwidxP_borjxAhX2D7kGHRllBAgQFjABegQIBRAD&url=https%3A%2F%2Fsistemas.uft.edu.br%2Fperiodicos%2Findex.php%2Fobservatorio%2Farticle%2Fdownload%2F4910%2F13716%2F&usg=AOvVaw1Gy-eU1HMIKzkm8y4S-XL2). Acesso em: 25 jan. 2021.

GONÇALVES, Maria Ortelinda Barros. **Migrações e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fronteira do Caos, 2009. Coleção Portugueses no Mundo. Disponível em: <file:///C:/Users/Maria%20Pc/Downloads/MigraeseDesenvolvimento.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2019.

GRUN, Roberto. Economia étnica, teoria econômica e a “escola da vida”. **Pro-posições**, v. 9, n. 1, mar. 1998. p. 92-112. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644148> Acesso em: 30 de abril de 2019.

GUTIÉRREZ REY, Franz; ACOSTA MUNOZ, Luis Eduardo; SALAZAR CARDONA, Carlos Ariel. **Perfiles urbanos en la Amazonia colombiana**: um enfoque para el desarrollo sostenible. Bogotá: Instituto Sinchi, 2004.

HALTER, Marylin. Cultura econômica do empreendimento étnico: caminhos da imigração ao empreendedorismo. **RAE**, v. 47, n. 1, jan-mar, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v47n1/v47n1a11>. Acesso em: 30 abr. 2019.

HARDMAN, Francisco Foot. **A vingança de Hileia**: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: Unesp, 2009.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE divulga a relação dos municípios na faixa de fronteira**. Rio de Janeiro: Geociências, 27 mar. 2019, atualizado em 28 mar. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia->

sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24071-ibge-divulga-a-relacao-dos-municipios-na-faixa-de-fronteira. Acesso em: 18 jul. 2019.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Amazônia Legal:** sobre a publicação. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=sobre>. Acesso em: 18 jan. 2021.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e estados:** Benjamin Constant. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/benjamin-constant.html>. Acesso em: 5 jun. 2022.

IFDEP. Instituto para o Fomento e Desenvolvimento do Empreendedorismo em Portugal. Departamento de Research. **Empreendedorismo nas comunidades imigrantes:** um olhar sobre Portugal, 2015. Lisboa: IFDEP, 2015. Disponível em: [https://www.ifdep.pt/assets/empreendedorismo-com\\_imigrantes\\_ver\\_web.pdf](https://www.ifdep.pt/assets/empreendedorismo-com_imigrantes_ver_web.pdf). Acesso em: 20 jul. 2019.

INCÊNDIOS na Amazônia aceleram degelo de geleiras nos andes, aponta estudo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 nov. 2019. Disponível em: [https://www.jb.com.br/ciencia\\_e\\_tec/ecologia/2019/11/1020586-incendios-na-amazonia-aceleram-degelo-de-geleiras-nos-andes--aponta-estudo.html](https://www.jb.com.br/ciencia_e_tec/ecologia/2019/11/1020586-incendios-na-amazonia-aceleram-degelo-de-geleiras-nos-andes--aponta-estudo.html). Acesso em: 10 dez. 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O que é Amazônia Legal? Revista de Informações e Debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. **Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, ano 5, n. 44, p. 64-65, jun. 2008. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/images/stories/PDFs/desafios044\\_completa.pdf](https://www.ipea.gov.br/desafios/images/stories/PDFs/desafios044_completa.pdf). Acesso em: 10 jan. 2021.

JAKOB, Alberto Augusto Eichman. A migração internacional na Amazônia brasileira. **Revista Paranaense de Desenvolvimento** (RPD), Curitiba/PR, n. 121, 2011. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/422>. Acesso em: 19 dez. 2018.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Migração e mobilidade social:** migrantes no mercado de trabalho paulista. Campinas/SP: Autores Associados, 2000.

LIGHT, Ivan; GOLD, Steven. **Ethnic economies**. Cambridge, Massachusetts: Academic Press, 2000. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2761931> Acesso em: 20 jul. 2019.

LIMA, Jorge Luís de Freitas. **Vidas em movimento:** imigração peruana na fronteira Brasil–Peru, no Alto Solimões: trajetórias e contextos. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, Tânia Marques *et al.* (org.). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB-Seção Porto Alegre, 1998.

MALHEIROS, Jorge. Empreendedorismo. In: CAVALCANTI, Leonardo *et al.* (org.). **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: UnB, 2017.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e nações**. São Paulo: Contexto, 1997.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**: tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATOS, Francisco Carlos Dantas de. **Comércio e cultura na fronteira**: a cultura de consumo no setor varejista de Benjamin Constant. 2016. 110 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/5222/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-Francisco%20Carlos%20Dantas%20de%20Matos.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2018.

MILLS, C. Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Tradução de Maria Luiza X. A. Borges. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009.

MOURA, Rosa; CASTELLO BRANCO, Maria Luisa G.; FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. F. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 4, oct.-dec. 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392005000400008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000400008). Acesso em: 18 mar. 2018.

MUYLAERT, Camila Junqueira *et al.* Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 48, Esp. 2, p. 193-199, 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48nspe2/pt\\_0080-6234-reeusp-48-nspe2-00184.pdf](http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48nspe2/pt_0080-6234-reeusp-48-nspe2-00184.pdf). Acesso em: 8 ago. 2019.

NORONHA, Cláudia Lima Ayer de; VILELA, Elaine Meire. Uma análise sobre a economia étnica no Brasil. **Sinais Sociais**, v. 10, n. 29, p. 1-60, set./dez. Rio de Janeiro: Sesc, 2015.

NUNES, Brasilmar Ferreira. Capital social. In: CAVALCANTI, Leonardo (org.) *et al.* **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: UnB, 2017.

OBMIGRA. Observatório das Migrações Internacionais. **Resumo Executivo**: relatório anual 2020. Disponível em: [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/Resumo%20Executivo%20\\_Relat%C3%B3rio%20Anual.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/Resumo%20Executivo%20_Relat%C3%B3rio%20Anual.pdf). Acesso em: 25 maio 2021.

OIM. Organização Internacional para as Migrações. Glossário sobre migração. Genebra: OIM, 2009. **Direito Internacional da Migração**, n. 22. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>. Acesso em: 15 maio 2022.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de; OLIVEIRA, Wagner Faria de. A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho informal: o que nos dizem as pesquisas domiciliares? In: CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Imigração e refúgio no Brasil**: relatório anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. **Dinâmicas migratórias na Amazônia contemporânea**. 2014. 340 f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4239>. Acesso em: 21 nov. 2018.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Os (des)caminhos da identidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092000000100001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000100001). Acesso em: 15 ago. 2019.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Identidade étnica, reconhecimento e o mundo moral. **Revista Antropológicas**, ano 9, v. 16, n. 2, p. 9-40, nov. 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/Maria%20Pc/Downloads/23631-46549-2-PB.pdf>. Acesso em: 2 out. 2019.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2006.

PERU. **Emigrantes totais**. 2019. Disponível em: <https://pt.countryeconomy.com/demografia/migracao/emigracao/peru>. Acesso em: 21 jul. 2022.

PIZARRO, Ana. **Amazônia**: as vozes do rio: imaginário e modernização. Tradução de Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

PORTO, Selomi Bermeguy. **Cooperativismo, alternativa ou ilusão?**: um estudo de caso com os trabalhadores informais inseridos no ramo alimentício de salgados nos municípios de Tabatinga e Benjamin Constant, Amazonas. 2017. 112 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Benjamin Constant, 2017. Disponível em: [https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/6452/5/Disserta%c3%a7%c3%a3o\\_Selomi%20Bermeguy](https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/6452/5/Disserta%c3%a7%c3%a3o_Selomi%20Bermeguy). Acesso em: 3 jul. 2018.

POUTIGNAT, Phillipe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teoria da etnicidade**: seguidos de grupos e suas fronteiras de Friderik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Unesp, 1998.

PROMPERU. Comissão de Promoción del Perú para la Exportación y el Turismo. **Sobre o Peru**: panorama geral. [2019?] Disponível em: <https://www.peru.travel/pt/sobre-o-peru>. Acesso em: 18 fev. 2020.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REPÓRTER BRASIL. **Carta aberta da Região Tocantina**, 9 jan. 2009. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2009/01/carta-aberta-da-regiao-tocantina/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

RODRIGUES, Fernando da Silva. Conflitos contemporâneos na América do Sul e as tensões nas fronteiras do Brasil. **Revista Análise Estratégica**, Edição Especial: A guerra do futuro, v. 11, n. 1, p. 33-38, dez./fev., 2019. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEEExAE/article/view/2117>. Acesso em: 15 jan. 2021.

RODRIGUES, Francilene dos Santos; VASCONCELOS, Iana Santos. Migrações, gênero e empoderamento das migrantes na Pan-Amazônia. *In: SILVA, Sidney Antônio da (org.). Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais.* São Paulo: Hucitec, 2012.

ROSA, Fátima Sabrina da; BERTUZZI, Damaris. Depois do Estado-Nação: migrações, soberania e direitos na aurora da crise sistêmica. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, v. 15, n. 2, p. 97-117 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.25112/rgd.v15i2.1633>. Acesso em: 5 jun. 2022.

SALAH, Roberto Abusada; VARGAS, Cinthya Pastor. Migração no Peru. **Cadernos Adenauer**, p. 69-94: 2009. Disponível em: [https://www.kas.de/c/document\\_library/get\\_file?uuid=dfe9d13e-7e7d-6eee-848f-6cac6a7699cb&groupId=265553](https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=dfe9d13e-7e7d-6eee-848f-6cac6a7699cb&groupId=265553). Acesso em: 25 fev. 2020.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia.** Manaus: Editora Universidade Federal do Amazonas, 2012.

SANTOS, Alessandra Rufino. A migração de peruanos para a Amazônia brasileira: uma discussão sobre redes migratórias, fronteiras e identidades. Somanlu: **Revista de Estudos Amazônicos**, Manaus, ano 12, n. 2, p. 63-84, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu/article/view/442/273>. Acesso em: 18 set. 2018.

SAYAD, Abdejmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** Prefácio de Pierre Bourdieu. Tradução de Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SCHUTZ, Fritz. Pesquisa biográfica e entrevista narrativa. Tradução de Denilson Werle. Revisão de Wivian Weller. **Neue Praxis**, n. 1, p. 283-293, 1983. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/166336066/32-SCHUTZE-Entrevista-narrativa#>. Acesso em: 6 ago. 2019.

SILVA, Gustavo Junger. O reflexo dos deslocamentos internacionais forçados no mercado de trabalho formal brasileiro *In: CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. Imigração e refúgio no Brasil: relatório anual 2020.* Brasília, DF: OBMigra, 2020. p. 142-178. Disponível em: [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra\\_RELAT%C3%93RIO\\_ANUAL\\_2020.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra_RELAT%C3%93RIO_ANUAL_2020.pdf). Acesso em: 14 mar. 2021.

SILVA, Marilene Corrêa da. **O paiz do Amazonas.** Manaus: Valer, 2004.

SILVA, Sidney Antônio da. Peruanos em Manaus, Boa Vista e Paracaima: trajetórias e processos identitários. *In: SILVA, Sidney Antônio da (org.). Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais.* São Paulo: Hucitec, 2012. p. 258-274.

SILVA, Sidney Antônio da. **Imigração e redes de acolhimento: o caso dos haitianos no Brasil.** 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/ncHtMBvM4gSp38MRFKdGD6K/?format=html>. Acesso em: 12 mar. 2021.

SILVA, Wellington Souza. **Região Norte.** 2014. Disponível em: <https://www.infoescola.com/geografia/regiao-norte/>. Acesso em: 15 ago. 2019.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. As complexidades da noção de fronteira, algumas reflexões. **Caderno Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 2, n. 3, 17-37, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/223>. Acesso em: 29 jul. 2019.

SIMÕES, André *et al.* **Relatório RAIS**: a inserção socioeconômica dos imigrantes no mercado de trabalho formal. Brasília, DF: OBMigra, 2019.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SOLÉ, Carlota; PARELLA, Sónia (Ed.). **Negócios étnicos**: los comércios de los inmigrantes no comunitários em Catalunya. Barcelona: Fundació Cidob, 2005. Série Migraciones. p. 312-315. Disponível em: <file:///C:/Users/Maria%20Pc/Downloads/Dialnet-NegociosEtnicos-7390889.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.

SOUZA, Alex Sandro Nascimento de. **Cidades amazônicas na fronteira Brasil-Peru**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2015.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra; SACOMANO NETO, Mário. Economia e empreendedorismo étnico: balanço histórico da experiência paulista. **ERA**, v. 47, n. 2, abr./jun. 2007. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/viewFile/36880/35656> Acesso em: 18 abr. 2019.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg; RUCKERT, Aldomar Arnaldo. Aspectos gerais da dinâmica migratória no Brasil no século XXI. **Confins**, n. 31, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/11905>. Acesso em: 18 out. 2021.

VALCÁRCEL, Carlos A. **Crítica del tratado Salomón-Lozano firmado entre Perú y Colombia**. Texto del Tratado de Limites com Colombia (1922). Lima, 1931. <http://repositorio.pucp.edu.pe/index/handle/123456789/169308>. Acesso em: 15 dez. 2020.

VALE, Gláucia Maria Vasconcellos. Empreendedorismo: origens, concepções teóricas, dispersão e integração. **Documentos e Debates**: Revista de Administração Contemporânea, v. 18, n. 6, nov.-dec. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/s8SRpzv4FFtYZWfCqLn7kyn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2022.

WANDERLEY JUNIOR, Helio Irany. Questão Letícia: análise da atuação militar brasileira no Conflito Colombo-Peruano (1932-1934). **Revista de Trabalhos Acadêmicos – Campus Niterói**, América do Norte, n. 1, abr. 2019. Disponível em: <http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=1reta2&page=article&op=view&path%5B%5D=7351&path%5B%5D=4181>. Acesso em: 16 jun. 2021.

WEBER, Regina. Imigração e identidade étnica: temáticas historiográficas e conceituações. **Dimensões**, Revista de História da Ufes, Vitória, v. 18, p. 236-250, 2006. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/148537/000644090.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 8 jul. 2019.

